



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

GABRIEL SANDINO DE CASTRO

**FRAÇÕES DE CLASSE, BLOCO NO PODER E POLÍTICA EXTERNA:
O CASO DA TENTATIVA DE ADESÃO DO BRASIL À OCDE**

Marília

2023

GABRIEL SANDINO DE CASTRO

**FRAÇÕES DE CLASSE, BLOCO NO PODER E POLÍTICA EXTERNA:
O CASO DA TENTATIVA DE ADESÃO DO BRASIL À OCDE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Área de Concentração: Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Duarte
Fernandes dos Passos

Linha de pesquisa: Relações Internacionais e
Desenvolvimento

2023



C355f	<p>Castro, Gabriel Sandino de</p> <p>Frações de classe, bloco no poder e política externa : o caso da tentativa de adesão do Brasil à OCDE / Gabriel Sandino de Castro. -- Marília, 2023</p> <p>147 f.</p> <p>Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília</p> <p>Orientador: Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos</p> <p>1. Política Externa Brasileira. 2. Economia Política Internacional. 3. Relações Brasil-OCDE. 4. Bloco no poder e frações de classe. 5. Nicos Poulantzas. I. Título.</p>
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

**FRAÇÕES DE CLASSE, BLOCO NO PODER E POLÍTICA EXTERNA: O
CASO DA TENTATIVA DE ADESÃO DO BRASIL À OCDE**

GABRIEL SANDINO DE CASTRO

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

UNESP – Câmpus de Marília

Orientador

Prof. Dr. Leandro de Oliveira Galastri

UNESP – Câmpus de Marília

Examinador

Prof^a. Dr^a. Noêmia Ramos Vieira

UNESP – Câmpus de Marília

Examinadora

Prof^a. Dr^a. Erka Laurinda Amusquivar

UNB - Brasília

Examinadora

Prof. Dr. Thiago Fernandes Franco

UFS - Aracaju

Examinador

Marília, 05 de setembro de 2023

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos serão curtos, porém, de extrema importância. Agradeço aos meus amigos e, especialmente, aos meus familiares mais próximos e à minha mulher. Sei que eles também fizeram sacrifícios para que eu pudesse trilhar e concluir essa etapa. Aos meus professores e colegas de doutorado, que somaram nessa jornada. Agradeço aos membros da banca, que separaram um tempo de suas vidas para lerem esta tese e fazerem as considerações para a melhoria da mesma. Deixo, também, meus agradecimentos à UNESP, por me permitir aprofundar na minha carreira profissional e validar o meu trabalho acadêmico. Por fim e não menos importante, agradeço ao meu orientador pela paciência e apoio, principalmente nos momentos mais difíceis.

“O tempo tem várias dimensões; o tempo tem uma espessura. Só aparece como contínuo graças à superposição de muitos tempos independentes. Reciprocamente, qualquer psicologia temporal unificada é necessariamente lacunar, necessariamente dialética”

BACHELARD, Gaston. A dialética da duração

"O ressurgimento, pois, do Fascismo continua possível, sobretudo hoje mesmo que, provavelmente não se revista agora exatamente das mesmas formas históricas de que se revestiu no passado"

POULANTZAS, Nicos. Fascismo e Ditadura.

“Por mais que tenhamos avançado na construção de modelos, cabe reconhecer que sempre partimos para sua construção de algumas hipóteses intuitivas sobre o comportamento do processo histórico como um todo. E a mais geral dessas hipóteses é a que nos proporciona a dialética, pela qual o histórico é aquilo que necessariamente se encontra em desenvolvimento. A ideia do desenvolvimento surge como uma hipótese ordenadora do processo histórico – como “síntese de várias determinações, unidade da multiplicidade”, na expressão de Marx – a partir da qual é possível realizar um esforço eficaz de identificação de relações entre fatores e de seleção desses fatores com vistas à reconstrução desse processo através de um modelo analítico”.

FURTADO, Celso. Dialética do desenvolvimento.

RESUMO

A presente tese tem como objetivo analisar a tentativa de ingresso do Brasil na OCDE. Com efeito, argumentamos, a partir dos trabalhos de Nicos Poulantzas, que tal processo faz parte do conjunto de interesses das frações burguesas. Dessa forma, contextualizamos esse episódio através das transformações dos blocos no poder que permearam a história política do Brasil nas últimas décadas. O argumento central da presente tese é que a adesão do Brasil à OCDE atende, em consenso, as diferentes frações burguesas e que, essa busca pelo ingresso por parte do governo brasileiro não representa um interesse supostamente nacional e sim de interesses de classe. No primeiro capítulo, discutimos o viés teórico e metodológico do trabalho, elencando os pontos necessários para a compreensão das variáveis domésticas que influenciam as tomadas de decisões do governo para o desenvolvimento da política externa brasileira. No segundo capítulo, apresentamos uma análise geral das configurações do bloco no poder nas últimas três décadas no Brasil. Posteriormente, estudamos a restauração do bloco neoliberal ortodoxo e, conseqüentemente, os governos Temer e Bolsonaro, sustentados por esse bloco. No terceiro capítulo, analisamos o desenvolvimento da OCDE, bem como a sua atuação juntos aos Estados. No último capítulo, voltamos ao Brasil, examinando o processo do governo brasileiro em pleitear a condição de membro da organização. Não obstante, indicamos os obstáculos e as limitações do Brasil em avançar nesse processo.

Palavras-chave: Bloco no poder. Brasil na OCDE. Frações de classe. Política externa brasileira.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze Brazil's attempt to join the OECD. Indeed, we argue, based on the works of Nicos Poulantzas, that such a process is part of the set of interests of the bourgeois fractions. In this way, we contextualize this episode through the transformations of the power blocks that permeated the political history of Brazil in the last decades. The central argument of this thesis is that Brazil's accession to the OECD meets, in consensus, the different bourgeois fractions and that, this search for entry by the Brazilian government does not represent a supposedly national interest, but class interests. In the first chapter, we discuss the theoretical and methodological bias of the work, listing the necessary points for understanding the domestic variables that influence government decision-making for the development of Brazilian foreign policy. In the second chapter, we present a general analysis of the configurations of the power block in the last three decades in Brazil. Subsequently, we study the restoration of the orthodox neoliberal bloc and, consequently, the Temer and Bolsonaro governments, supported by this bloc. In the third chapter, we analyze the development of the OECD, as well as its work with the States. In the last chapter, we return to Brazil, examining the process of the Brazilian government in applying for membership of the organization. However, we indicate the obstacles and limitations of Brazil in moving forward in this process.

Keywords: Bloc in power. Brazil in the OECD. Class fractions. Brazilian foreign policy.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo analizar el intento de Brasil de ingresar a la OCDE. De hecho, argumentamos, con base en los trabajos de Nicos Poulantzas, que tal proceso es parte del conjunto de intereses de las fracciones burguesas. De esta forma, contextualizamos este episodio a través de las transformaciones de los bloques de poder que permearon la historia política de Brasil en las últimas décadas. El argumento central de esta tesis es que el ingreso de Brasil a la OCDE reúne, en consenso, las diferentes fracciones burguesas y que, esta búsqueda de ingreso por parte del gobierno brasileño no representa un supuesto interés nacional, sino de clase. En el primer capítulo, discutimos el sesgo teórico y metodológico del trabajo, enumerando los puntos necesarios para la comprensión de las variables internas que influyen en la toma de decisiones gubernamentales para el desarrollo de la política exterior brasileña. En el segundo capítulo, presentamos un análisis general de las configuraciones del bloque de poder en las últimas tres décadas en Brasil. Posteriormente, estudiamos la restauración del bloque neoliberal ortodoxo y, en consecuencia, los gobiernos de Temer y Bolsonaro, apoyados por este bloque. En el tercer capítulo, analizamos el desarrollo de la OCDE, así como su trabajo con los Estados. En el último capítulo, volvemos a Brasil, examinando el proceso del gobierno brasileño para solicitar la membresía de la organización. Sin embargo, señalamos los obstáculos y limitaciones de Brasil para avanzar en este proceso.

Palabras clave: Bloque en el poder. Brasil en la OCDE. Fracciones de clase. Política exterior brasileña.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Número de instrumentos da OCDE segundo temas	86
Figura 2 – Adesão do Brasil aos instrumentos da OCDE segundo temas	87
Figura 3 – Adesão do Brasil aos instrumentos da OCDE segundo tipo	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT)

Associação Brasileira de Agronegócio (ABAG)

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ABIMA)

, Associação de Investidores no Mercado de Capitais (AMEC)

Associação Brasileira de Investidores (ABRADIN)

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)

Agência Brasileira de Exportação e Investimentos (APEX-Brasil)

Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)

Banco Internacional de Reconstrução e Fomento (BIRD)

Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)

Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos (Amcham-Brasil)

Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)

Confederação Nacional da Agricultura (CNA)

Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)

Central de Inteligência Americana (CIA)

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)

Frente Parlamentar Agropecuária (FPA)

Fernando Henrique Cardoso (FHC)

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)

Fundo Monetário Internacional (FMI)

Grupo de Trabalho Interministerial (GIT)

Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)

Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI)

Movimento Brasil Livre (MBL)

Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)

Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE)

Organização para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE)

Organização Mundial do Comércio (OMC)

Organização das Nações Unidas (ONU)

Organização Mundial da Saúde (OMS)

Organização dos Estados Americanos (OEA)

Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)

Partido do Movimento Democrático Brasileiro/Movimento Democrático Brasileiro (PMDB/MDB)

Partido dos Trabalhadores (PT)

Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)

Programa de Parcerias e Investimentos (PPI)

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)

União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
Considerações iniciais, Objetivos do estudo, Problema de pesquisa, hipótese e estrutura	
CAPÍTULO I – O método e a teoria: frações de classe, bloco no poder e relações internacionais	11
1.1. Marxismo e Relações internacionais	11
1.2. Elementos para a análise de política externa: Estado, frações de classe e o bloco no poder	15
1.3. Empresariado, agenda de interesses e processos decisórios em política externa	28
CAPÍTULO II: Frações e interesses de classe no Brasil	35
2.1. O bloco no poder neoliberal e neodesenvolvimentista na história do Brasil pós-redemocratização	35
2.2. As diretrizes da diplomacia econômica externa na configuração do novo bloco no poder	40
2.3. Os resultados da política externa do governo Temer na governança econômica internacional	52
2.4. Algumas considerações sobre a política externa do governo Bolsonaro	54
CAPÍTULO III: A OCDE: ideologia, funcionamento e normas	69
3.1. A OCDE e a ordem internacional liberal	69
3.2. As recomendações da OCDE para o desenvolvimento brasileiro: governança, legislação e ajustes econômicos	81
CAPÍTULO IV: A adesão do Brasil à OCDE na agenda de interesses do empresariado	94
4.1. A iniciativa de ingresso do Brasil na OCDE: breve histórico	94
4.2. O processo de adesão do Brasil à OCDE no governo Bolsonaro	99
4.3. O Brasil na OCDE, vale a pena? Uma síntese dos argumentos favoráveis e contrários ao ingresso	103
4.4. A expectativa do Brasil como membro-efetivo da OCDE: posicionamentos e benefícios para as frações burguesas	106
4.5. Os obstáculos do Brasil como membro da OCDE: a extrema-direita brasileira e a contestação da ordem internacional liberal	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118

INTRODUÇÃO

1. Considerações iniciais

Desde a publicação de *Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)*, do cientista político Décio Saes, surgiram vários estudos que vem oferecendo melhores contornos para a história política brasileira. Alguns argumentos bastante conhecidos na historiografia do Brasil, como a revolução burguesa no país, via Florestan Fernandes, ou o entendimento da revolução de 1930 como marco do início do Estado moderno brasileiro. Os trabalhos oriundos do marxismo poulantziano revisam grande parte desses argumentos e fornecem tantos outros, reconstituindo a história do Brasil como uma análise do desenvolvimento político do Estado. Não obstante, o Estado aqui não é tratado como um tipo weberiano, ou a partir de um modelo específico de economia política.

Na verdade, o Estado, no marxismo poulantziano é o espaço de condensação das forças sociais, cujas classes sociais são suas respectivas frações. No entanto, ao contrário de uma leitura superficial de Marx, o aparelho estatal não é simplesmente um instrumento de manipulação da burguesia em relação à classe trabalhadora. Ele é um espaço de disputa das classes dominantes, cujo interesse geral se mantém, ou seja, da exploração da mais-valia e da permanência do eixo final do processo de acumulação de capital. Ao mesmo tempo, possuem interesses particulares, o que explica a existência das diferentes frações burguesas.

Alguns critérios de classificação nos ajudam a compreendê-las. Tais frações se dividem por interesses específicos que correspondem ao seu lugar no processo de acumulação do capital. Ou seja, burguesia agrária, comercial, bancária, industrial. É possível identificá-las também pela dimensão e pela relação com o capital externo e projeto nacional. No âmbito dimensional, temos o pequeno, grande e médio burguês. Já o outro critério, se refere ao perfil dessa burguesia, ou seja, burguesia compradora/associada, burguesia interna e burguesia nacional. As frações burguesas possuem uma relação de cooperação e conflito, sendo o primeiro para garantir o interesse geral burguês e o segundo para cristalizar a hegemonia política no Estado.

Em outras palavras, a hegemonia política no Estado, ou a garantia dos interesses particulares de classe como prioridade na agenda estatal, é motivo de conflito pelas frações burguesas, uma vez que o Estado não pode corresponder a todas as particularidades de todas as

classes. Nesse caso, ele prioriza determinadas agendas em detrimento de outras. Além disso, o Estado também corresponde, em alguma medida, aos interesses das classes trabalhadoras, que também possuem suas frações. Na busca pela consolidação da hegemonia política, parte das frações burguesas fecham acordos entre si e também cooptam parte dos trabalhadores na composição de uma unidade que tomará o poder estatal. Tal unidade é caracterizada por Poulantzas como “bloco no poder”. O bloco no poder é sustentado por diferentes classes e frações de classe, tendo o ponto em comum, uma fração burguesa como fração hegemônica de classe que sustenta esse bloco.

Se o bloco no poder representa prioritariamente os interesses de determinadas frações da burguesia e corresponde algumas demandas de parte dos trabalhadores, a política externa não poderia ser um instrumento de atendimento aos interesses desse bloco? Sim. Partimos do pressuposto de que a política externa pode ser influenciada pelo bloco no poder vigente, não sendo somente uma política de Estado, via Itamaraty, ou fruto de um projeto de inserção internacional elaborado por um Partido Político específico. Em outros termos, tratamos a política externa como política de classe, não desconsiderando as influências da estrutura burocrática do Estado e, tampouco, as disputas das arenas decisórias do sistema político.

No final do século XX e início do XXI, é possível identificar dois tipos de blocos no poder. O primeiro, que se estabeleceu na década de 1990, teve como fração hegemônica de classe a burguesia associada, e ficou conhecido, na literatura poulantziana sobre o Brasil, como bloco no poder neoliberal ortodoxo. O segundo, que se formou sob o governo Lula, por sua vez, teve a burguesia interna como força social e política alçada à centralidade do bloco. Esse bloco no poder é denominado de neodesenvolvimentista. Assim, do primeiro governo Lula ao segundo, nota-se um direcionamento do atendimento prioritário dos interesses da burguesia associada aos interesses dos setores da burguesia interna. O segundo mandato delimita melhor essa mudança¹.

1 É importante destacar a diferença entre as expressões “neoliberalismo” e bloco no poder “neoliberal”. Esse último caracterizaria um tipo de bloco no poder, enquanto o primeiro termo, pode ser compreendido por diversos marcos analíticos e perspectivas teóricas. Vale destacar que o conceito de bloco no poder neoliberal foi, sob influência poulantziana, sugerido por Boito Júnior e outros marxistas poulantzianos ligados à Universidade Estadual de Campinas.

2. Problema de pesquisa

O bloco no poder, sendo um grande arranjo de articulação de interesses de classe e frações de classe no direcionamento do Estado, o modelo de economia política a ser gestado, passa, necessariamente, pelo atendimento a esses interesses. Ora, se o Estado atenta-se a agenda de compromissos firmados em um bloco no poder, não é possível supor que essa agenda se resume apenas às demandas domésticas. Nesse sentido, a política externa é mais um instrumento de atendimento a interesses de classes, sendo responsiva aos anseios de algumas frações que fazem parte do bloco no poder. Isso não significa que ignoramos os trabalhos que compreendem a política externa como política de Estado. Na verdade, Poulantzas já apontava a existência da burocracia pública como uma fração relevante na composição do Estado. O que delimitaremos aqui é a capacidade dissuasória dessas frações de classe em influenciar as tomadas de decisões do Estado brasileiro. Para isso, analisaremos a tentativa de adesão do Brasil à Organização para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE). Em suma, tentaremos compreender uma questão geral (potencialidades e limites da capacidade dissuasória das frações burguesas em inserir o Brasil como membro da OCDE) a partir de responder algumas indagações específicas: a) que frações de classe estimulam a entrada do Brasil na OCDE? b) Quais os interesses dessas frações que seriam atendidos pelo ingresso do Brasil a essa organização? c) Quais os arranjos que vem travando a adesão do Estado brasileiro? d) Quais os condicionantes que permitiriam a entrada dos brasileiros à OCDE?

3. Hipótese

Nossa hipótese, que pretendemos apresentá-la enquanto tese, é de que o ingresso do Brasil na OCDE atende não somente as frações da burguesia associada como também da burguesia interna, por motivos diferentes. No caso, da burguesia interna, destacamos a análise sociológica que percebe o comportamento da burguesia nos países subdesenvolvidos como essencialmente ativa aos seus próprios interesses no curto-prazo. Em outras palavras, por certas flexibilizações que a OCDE traria ao Brasil, essas frações da burguesia interna seriam contempladas com algumas vantagens em um primeiro momento. No entanto, dado o aumento da competitividade internacional e as modificações recorrentes no tabuleiro geoeconômico, essas mesmas frações perderiam a parte de sua capacidade dissuasória em ponderar o Estado no atendimento de seus interesses. Isso porque o ingresso do Brasil na OCDE não é simplesmente algo simbólico, mas a adesão do mesmo à agenda de compromissos estipulados

pela organização, o que, na prática, interferiria na soberania do país, na liberdade em desenhar sua economia política em vista do interesse nacional². Portanto, consideramos que, para essas frações, a entrada do Brasil na OCDE tem muito mais consenso do que dissenso para essas frações burguesas. Os arranjos que travam esse ingresso são de natureza política e social, variando de acordo com o governo analisado (Temer ou Bolsonaro, por exemplo). Os condicionantes que permitiriam o Brasil na OCDE passariam, em larga medida, pela reorientação do país aos preceitos da ordem internacional liberal, dos acordos domésticos dessas frações com a burocracia pública, bem como das articulações para apoio do governo brasileiro com os países membros da organização.

4. Objetivos do estudo

O objetivo principal desta tese é compreender, em parte, como se estrutura a agenda de interesses das frações burguesas na inserção internacional do país. Nossa compreensão é parcial no sentido de tratarmos dessa agenda a partir do ingresso do Brasil na OCDE. Não obstante, nos esforçamos em identificar as expressões da política externa brasileira a partir da fração hegemônica do bloco no poder vigente, ou seja, da influência das frações da burguesia associada na política externa do Brasil. No que se refere aos objetivos específicos, examinaremos os efeitos da possível entrada do país na organização. Além disso, esboçaremos algumas considerações acerca dos arranjos que vem impedindo essa concretização e, ao mesmo tempo, os condicionantes que possibilitam essa adesão.

5. Estrutura da tese

A presente tese é composta por quatro capítulos, somados a esta introdução e às considerações finais. No primeiro capítulo, intitulado *O método e a teoria: frações de classe, bloco no poder e relações internacionais*, discutiremos dois pontos importantes. Em primeiro lugar, apresentaremos, em detalhes, o aparato teórico/metodológico que norteará nosso estudo. Posteriormente, analisaremos as frações burguesas no Brasil, especialmente nas últimas décadas do século XX e início do XXI. Nessa análise, elucidaremos as relações dessas frações

2 Abordaremos também algumas considerações sobre a diferença de impacto do ingresso de um Estado subdesenvolvido ou em desenvolvimento, de outro já desenvolvido. Grosso modo, a força da soberania nacional, na adoção de certas agendas, grupos ou organizações, é corroída, ao passo que nos países desenvolvidos ela pode sair fortalecida.

de classe com o Estado, as transformações dessas, sobretudo a partir dos anos 1980. Além disso, trataremos dessas frações burguesas no contexto das relações internacionais, sobretudo no papel do empresariado enquanto variável doméstica na tomada de decisões em política externa. No segundo capítulo, contextualizamos a teoria política de Poulantzas para a leitura do Estado brasileiro. Dessa forma, identificamos as coalizões de classe para a consolidação do bloco no poder nas últimas décadas e como tais coalizões modulam a economia política brasileira.

Com efeito, destacamos as relações internacionais do Brasil sob a formação do bloco no poder neoliberal ortodoxo. Esse, por sua vez, retoma, em larga medida, a agenda econômica dos anos 1990, porém traz novos elementos, em parte pela materialização da extrema-direita em camadas mais amplas da sociedade, bem como pela degradação institucional através do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016. Assim, nossa preocupação, nessa parte da tese, é analisar as modificações da inserção econômica internacional do Brasil a partir da reorganização desse bloco no poder.

Não obstante, no terceiro capítulo, o foco é a compreensão da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE). Abordaremos o propósito da organização, sua importância para a ordem liberal internacional e, em linhas gerais, sua agenda de recomendações para a reforma do Estado, em especial para o caso brasileiro, nos âmbitos políticos, econômicos e jurídicos. Nosso objetivo aqui é conectar tais recomendações com a agenda de interesses das frações burguesas para as relações internacionais.

No quarto e último capítulo, trataremos do caso em específico: o ingresso do Brasil na OCDE. Em um primeiro momento, apresentaremos o início das discussões que envolviam a entrada do Brasil na organização. Posteriormente, abordaremos as vantagens e os benefícios, gerais e específicos, das frações contempladas por essa iniciativa. Em um terceiro momento, tentaremos explicar quais impedimentos e os motivos que inviabilizaram, pelo menos até o início de 2022, a entrada do Brasil na OCDE.

CAPITULO I – O método e a teoria: frações de classe, bloco no poder e relações internacionais

1.1. Marxismo e Relações Internacionais

O presente capítulo procura enquadrar o leitor ao arcabouço teórico-metodológico dessa tese. Nosso propósito é apresentar as lentes de análise que nortearão esse trabalho. Assim, tentaremos cumprir dois objetivos: elucidar a concepção de política internacional na perspectiva marxista e expor as ferramentas analíticas para análise de política externa a partir do marxismo de Nicos Poulantzas ³. Não obstante, não é nosso empenho sistematizar uma teoria geral marxista de política internacional e, muito menos, abordar as principais leituras do marxismo sobre relações internacionais. Além do espaço limitado que aqui utilizaremos, seria também uma tarefa despropositada em virtude do nosso objeto de estudo.

Com efeito, ao apresentarmos a teoria política de Nicos Poulantzas para o estudo e compreensão do Estado e suas camadas sociais, também não pretendemos expor nenhum estudo amplo e detalhado sobre o autor. Por justificativa, o pensamento poulantziano é, por vezes, fragmentário e, a depender da obra que se trata, possui conceitos e percepções teóricas distintas. Isso não significa que Poulantzas não possa nos oferecer as ferramentas necessárias para a consecução deste trabalho. Destacamos alguns conceitos elaborados pelo autor no intuito de compreender, grosso modo: a) a estrutura geral do Estado capitalista, b) a composição e representação das forças sociais (classes sociais e frações de classe) desse e nesse Estado, c) Impactos dessas forças sociais no processo decisório, especificamente, no âmbito da política externa e, mais ainda, na tentativa entrada do Brasil na OCDE. O último tópico, nesse caso, será abordado nos capítulos seguintes.

A política internacional, ou a análise do sistema internacional, vista pela ótica do marxismo, apresenta dois grandes eixos que podem se complementar a depender do foco da pesquisa. O primeiro, refere-se ao entendimento que o sistema internacional que, assim como a própria dinâmica e reprodução do sistema capitalista, funciona a partir de uma estrutura

³ É importante destacar a diferença dos estudos em política internacional e daqueles centrados em análise de política externa. Apesar de ambos terem a análise do Estado enquanto ator internacional, o foco analítico é distinto. No primeiro caso, percebe-se o entendimento a partir do espaço/estrutura internacional no qual os atores de relacionam, enquanto os segundos, tratam da perspectiva do sistema internacional a partir da ótica, limitações e potencialidades de um Estado específico (Ver DAY e HUDSON, 2020).

portadora de determinadas leis sociais e econômicas (GERRATANA, 1973). Na verdade, a estrutura do sistema internacional seria a expressão, para além das fronteiras nacionais, do próprio desdobramento das leis do capital. Ao mesmo tempo, não é válido crer ao âmbito econômico, a única dimensão de todas as origens da análise social⁴. Nem é certo afirmar que todo comportamento do Estado é fruto da lógica econômica, como se esse fosse mero efeito da sofisticação das estruturas produtivas (KUBALKOVA e CRUICKSHANK, 1986; ANDERSON, 1976). A análise social é complexa e interdependente e, dessa forma, é preciso atenção às particularidades e às influências das outras esferas sociais, em destaque, o ideológico e o político⁵. Nesse sistema, são os Estados os principais atores, que procuram reproduzir as relações de poder e a representação de interesses de suas respectivas burguesias⁶.

Com efeito, o fenômeno mais importante oriundo dessa perspectiva é o imperialismo. O imperialismo é a externalização do processo de acumulação de capital para além das fronteiras do Estado. Ele presume a redefinição do poder estatal, e condiciona um tipo particular de relações internacionais (LENIN, 2011). O imperialismo também redesenhou a monopolização do capital e o papel de potência internacional no tabuleiro geopolítico e econômico. Berringer (2014, p.14-15), considerando Lênin, sintetiza essa discussão em três grandes pontos:

- 1) Há um desenvolvimento desigual entre as nações ligado à relação de dominação que se realiza entre os Estados imperialistas e as colônias e/ou Estados dependentes. 2) Há uma disputa entre os Estados imperialistas ligada ao domínio por mercados, matérias-primas, e ao controle de territórios e recursos naturais das colônias e dos Estados dependentes. 3) É impossível haver paz enquanto existir sociedades cindidas em classes sociais. 4) O “[...] verdadeiro caráter de classe de uma guerra não se encontrará, naturalmente, na sua história diplomática, mas na análise da situação *objetiva* das classes

4 Alguns estudos de origem marxista têm se concentrado nos próprios processos revolucionários, para além das estruturas do sistema capitalista. Ver Visentini (2021).

5 O presente trabalho corrobora, em linhas gerais, com a percepção do marxismo como uma ciência social, em que o objeto de análise são as estruturas de poder. Dessa forma, concordamos com a existência de determinadas leis dessas estruturas, sendo necessário a exploração das categorias analíticas do todo social. Ao mesmo tempo, pontuamos a distinção com o chamado marxismo humanista que, em contraposição, compreende o objeto de análise ao sujeito e não às estruturas. Para maiores detalhes ver Althusser (1999; 2002).

6 É importante enfatizar que o entendimento de Estado aqui não é o mesmo das escolas oriundas do realismo nas relações internacionais. O Estado-nação, no marxismo, não é algo distanciado da luta de classes em seus respectivos territórios e, tampouco, se apresenta como entidade aglutinadora dos interesses nacionais. Aqui, faz-se oportuno destacar o conceito de efeito de isolamento de Poulantzas. Para o autor, a ideia de Estado-nação no capitalismo cria, artificialmente, a visão de igualdade social ao identificar, os indivíduos, como membros de um tipo de identidade social coletiva, conhecida também como nacionalidade. A ideia, encampada especialmente pelo Direito burguês, promove a defasagem da percepção da sociedade em se compreender enquanto conjunto de classes sociais.

dirigentes de todas as potências beligerantes” 5) Há uma relação de influência mútua entre as guerras civis e o imperialismo, ou dito de outra forma, a política doméstica e a política externa de um Estado são entrelaçadas.

Nesse sentido, as potências imperialistas proporcionam, talvez, a principal característica do sistema internacional: o desenvolvimento desigual e combinado. Identificada inicialmente por Trotsky, essa característica, que se tornara uma teoria de natureza marxista, explica a desigualdade social no contexto das relações internacionais. Nessa perspectiva, o sistema mundial capitalista produzia um tipo de hierarquização dos Estados, levando em consideração a condição e a intensidade que determinado Estado elencou para a monopolização do capital e o desenvolvimento de suas forças produtivas no âmbito internacional. Tal processo corrói o caráter soberano do desenvolvimento econômico e social dos países que se situavam nas camadas inferiores da hierarquia de poder dos Estados⁷. Devido à marginalidade do marxismo nos estudos das relações internacionais, a teoria do desenvolvimento desigual, apesar da sua importância, não teve o devido reconhecimento da comunidade acadêmica⁸. Como observa Halliday (2007, p. 63):

As Relações Internacionais desenvolveram-se principalmente em universidades britânicas e americanas e como um derivado teórico de outras disciplinas das ciências sociais. Em nenhum destes contextos institucionais ou teóricos, o marxismo teve um lugar proeminente ou reconhecido.

Nas últimas décadas, alguns autores retomaram a teoria do desenvolvimento desigual e combinado para explicar, sobretudo, os efeitos e as dinâmicas da globalização no pós-guerra fria (ROSENBERG, 2012). Ainda assim, observam-se muitas lacunas em aberto e, ao mesmo tempo, possibilidades de pesquisa que elevaram a vertente marxista enquanto campo de estudo na teoria das relações internacionais. Tais pesquisas, para além do próprio marxismo, contribuíram para maior autonomia da área de RI, ainda bastante dependente, teórico e metodologicamente, da Ciência Política (ROSENBERG, 2016).

7 Sobre o caráter assimétrico do sistema internacional, identificando os Estados como países desenvolvidos e em desenvolvimento, a CEPAL, e demais pensadores que passaram ou foram influenciados pela mesma, produziu diversas pesquisas importantes. Apesar de não serem de natureza marxista, é possível afirmar que houve certa influência do mesmo em parte desses trabalhos. Nas décadas seguintes aos estudos pioneiros da CEPAL, as ciências sociais no Brasil desenvolveram uma série de trabalhos, oriundos do marxismo, que ficou conhecida como Teoria Marxista da Dependência. Podemos apontar alguns dos principais representantes dessa escola, como o alemão André Gunder Frank e os brasileiros Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra e, o principal desses, Ruy Mauro Marini. Maiores detalhes ver Goldstein (1994) e Amaral (2012).

8 Tradicionalmente, os principais estudos em RI estavam circunscritos às escolas ligadas ao realismo e ao liberalismo. Posteriormente e em menor grau, o construtivismo dominou uma parte da agenda de pesquisa da comunidade acadêmica. Ver Whight (1996).

Há também o componente de libertação/emancipação do marxismo⁹ (MARX, 1971; 1974). Não obstante, foi a partir desse elemento que o marxismo obteve maior reconhecimento na área de RI. Desde o jovem até o velho Marx, dos escritos pós-1945, a ideia de revolução como libertação dos trabalhadores pelo sistema opressor era um norte para o desenvolvimento das pesquisas de caráter marxista. A rigor, os estudos marxistas que enfatizavam a estrutura do sistema internacional pelas categorias analíticas do velho Marx, especialmente na obra *O Capital*, não tiveram o mesmo sucesso – divulgação – do que aqueles que enfatizavam o potencial emancipador dos trabalhos marxistas, conhecidos também, em conjunto, como teoria crítica. No caso desses últimos, o foco dos estudos era, grosso modo, ou a análise particular de determinadas instituições que reproduzem a desigualdade e a dominação no sistema capitalista ou os desdobramentos dos movimentos sociais de contestação ao Estado, setores organizados da burguesia, dentre outros. A natureza filosófica desses estudos reside, em larga medida, na Escola de Frankfurt (LINKLATER, 1990).

Com efeito, na área de Relações Internacionais, a teoria crítica ficou conhecida pela explicação de fenômenos internacionais, sobretudo a partir de conceitos gramscianos, em especial pelo cientista político canadense, Robert Cox¹⁰. Além do trabalho conhecido na disciplina de Teoria das Relações Internacionais, Cox e outros como Stephen Gill, Craig Murphy, Kees van der Pijl, Mark Rupert e Geoffrey Underhill por exemplo, contribuíram,

9 A ideia da proposta libertadora, com o viés de mudança social do pensamento marxista, refuta as algumas das principais críticas do *mainstream* da academia científica. Uma leitura vulgar do marxismo, o define como determinista e auto-responsivo, no sentido de ser autossuficiente em seus arcabouços teóricos por não considerar o princípio da falseabilidade (POPPER, 1972). Ora, se o marxismo admite ruptura e mudança no desenvolvimento histórico das sociedades, como ele poderia ser determinista e auto explicativo, ao passo do mesmo não apresentar de que forma essas rupturas seriam concebidas do ponto de vista prático? De fato, pode-se argumentar a ruptura pela revolução via socialização dos meios de produção. Porém, é um tanto vago e simplista, em detrimento dos processos sociais e históricos mais complexos como a revolução russa em 1917, a revolução maoísta de 1949, a revolução cubana em 1959, ou até mesmo as diferenças institucionais da Iugoslávia e do Estado soviético. Tais episódios também anulariam a crítica histórica de Popper (1974), sobre o caráter totalitário do marxismo, uma vez que isso não é concebido teoricamente e, não obstante, desconsidera a existência de totalitarismo e processos totalitários em diversos Estados capitalistas. Existe também uma crítica semelhante dentro do próprio marxismo a respeito do suposto determinismo marxista. Ver Thompson (1981).

10 Alguns autores como Halliday e Linklater destacam os teóricos críticos, em especial Robert Cox, como um dos precursores do marxismo gramsciano nas Relações Internacionais. De fato, Cox e outros, utilizam instrumentos analíticos elaborados pelo filósofo italiano Antonio Gramsci. Entretanto, é preciso observar que o uso de tais conceitos é uma forma particular de entendimento do pensamento político gramsciano que Cox realiza. Existe uma série de lacunas no pensamento de Cox que não nos permitem colocá-lo como um marxista gramsciano. Isso não significa desconsiderar a importância do autor às Relações Internacionais. Para maiores detalhes, ver Passos (2019). Curiosamente, outros estudiosos que utilizam Gramsci para o estudo das Relações Internacionais e apresentam um pensamento mais próximo do autor sardo não são devidamente reconhecidos, como Adam Morton (2007), por exemplo. Apesar do importante trabalho desenvolvido pelo autor, ainda carece de referência na área de RI em comparação à Cox.

também, na disciplina de economia política internacional¹¹. Não obstante, talvez o principal conceito abordado na maioria dos escritos, se não na totalidade, em teoria crítica neogramsciana, é o de hegemonia. Não é nosso objetivo descrever a discussão sobre esse conceito nessa perspectiva e, tampouco, analisar sua aplicabilidade na explicação dos fenômenos. Contudo, é importante mencioná-lo por ele próprio ser um instrumento analítico de fundamental importância nos estudos em política internacional e também como uma ferramenta necessária para a análise de política externa.

1.2. Elementos para a análise de política externa: Estado, frações de classe e o bloco no poder

Como já havíamos apontado anteriormente, a análise de política externa e o estudo de política internacional convergem no objeto de estudo, em especial o comportamento dos Estados. No entanto, divergem, grosso modo, no foco analítico deste comportamento. A pesquisa em política internacional parte do estudo do ambiente ou sistema mundial¹². Por seu turno, a análise de política externa trata das condições, capacidades, limitações e possibilidades da inserção de um Estado específico em relação a outro, ou ao próprio sistema internacional.

A análise de política externa (APE) torna-se uma subdisciplina das Relações Internacionais a partir da década de 1950. Ela nasce como tentativa de resposta no entendimento dos processos decisórios em política externa (HUDSON, 2016). Em outras palavras, ela procura explicar a natureza e as forças sociais, sejam elas dentro ou fora do Estado, que levam determinado ator estatal a tomar tal decisão. Inicialmente, influenciados pelo behaviorismo nas ciências sociais, os primeiros pesquisadores a tratarem especificamente da política externa, e

11 No âmbito da EPI, Cox e os demais teóricos da escola neogramsciana somaram, com Nye, Kindleberger e Strange, por exemplo, nas discussões sobre a hegemonia dos EUA e seu futuro nas relações internacionais. Para maiores detalhes sobre o campo de EPI nas Relações Internacionais, ver Cohen (2008) e Dickins (2006). No Brasil, autores ligados à Universidade Estadual de Campinas e à Universidade Federal do Rio de Janeiro, também apresentaram importantes trabalhos sobre o poder americano, sendo a pioneira nessa agenda de pesquisa, a economista Maria da Conceição Tavares (1985). Na década de 1990 e início dos anos 2000, José Luis Fiori organizou parte da coleção Zero à Esquerda, da editora Vozes, que publicou uma série de livros que se tornaram clássicos no campo de EPI no Brasil. No que se refere ao impacto de produção na área de EPI nas ciências sociais na academia brasileira, ver Onuki (2017).

12 A política internacional costuma ser analisada como estrutura geral que condensa características específicas, a depender do objeto e da área de pesquisa. Os estudos em segurança internacional, ou aqueles oriundos de EPI são percebidos a partir dessa estrutura. Para melhor compreensão, é oportuno lembrar a contribuição de Waltz no âmbito da política internacional como estrutura espacial das relações de poder dos Estados.

não a política internacional como objeto de estudo, procuraram elaborar uma teoria geral de política exterior (ROUSENAU, 1974;1980)¹³.

Com efeito, a origem dessa teoria era a identificação de particularidades e aproximações da política externa de Estado sobre outro. O entendimento das causas e efeitos das tomadas de decisão, norteavam esses trabalhos. Na verdade, a base metodológica da APE aproxima-se da área bastante conhecida na Ciência Política e em formação nas RI: a política (internacional) comparada. Contudo, os requisitos para a formulação e aplicabilidade dos modelos analíticos oriundos de uma tentativa de elaborar uma teoria de política exterior eram muitos. Conseqüentemente, o resultado esperado não ocorreu. Acreditava-se que a APE poderia reproduzir os modelos behavioristas vistos nas demais ciências sociais norte-americanas e que seria possível prever as tomadas de decisão de certos atores internacionais com base nos padrões de comportamento gerado por esses modelos (SNYDER e SAPIN, 2002; SPROUT e SPROUT, 1956; ROUSENAU, 1966).

A partir do fracasso da elaboração de uma teoria geral de política externa, a subdisciplina de APE passou a admitir as teorias de médio alcance. Essas, por sua vez, restringem o objeto de estudo e possuíam aspirações de resultados mais modestos. Todavia, justamente pela delimitação mais restrita do objeto de pesquisa, bem como a espera de respostas mais realistas e modestas, as teorias de médio-alcance ganharam mais relevância¹⁴. Em APE, os principais autores que adotaram tal abordagem, utilizaram como objeto de pesquisa, grupos específicos que influenciam a política externa de um Estado¹⁵.

13 O behaviorismo, conhecido também como comportamentalismo, foi uma tentativa de revolução científica, especialmente a partir dos anos 1950, nas ciências sociais norte-americanas (ciência política, psicologia, sociologia, dentre outros). Em suma, o behaviorismo orientava as ciências sociais na construção de modelos explicativos e aparatos metodológicos semelhantes aos das demais ciências (naturais e exatas) (ALMOND, 1990; GREEN e SHAPIRO, 1996, ADCOCK, 2007). Não muito tempo, a depender de qual ciência tratamos, o behaviorismo ganhou destaque por, supostamente, enquadrar as ciências sociais no padrão verdadeiramente científico. Não é possível dizer que tal abordagem desapareceu das produções científicas. Porém, nas décadas seguintes, o behaviorismo foi contestado por uma força semelhante ao que o projetou, sendo criticado em diversas vertentes acadêmicas, justamente por não conseguir cumprir o que prometia (GOODIN, 2006; ROSS, 1990; SCHMIDT E GILHOT, 2019). Ou seja, um conhecimento mais preciso do que as demais abordagens “menos” científicas

14 As teorias de médio alcance também são conhecidas como teorias de análise de um ator específico, em contraste com as formulações em teoria geral. Para maiores detalhes sobre as variáveis em APE, ver Hudson e Day (2020) e Neack (2008). No tocante à regionalização dos estudos em APE, ver Brummer e Hudson (2015).

15 É importante salientar que tanto na Política Internacional Comparada quanto nas análises de grupos específicos em APE, os autores dessa fase histórica das subdisciplinas utilizavam teorias e modelos oriundos do behaviorismo. A diferença, portanto, reside no alcance explicativo de cada uma.

Ao longo das décadas seguintes ao nascimento da disciplina nos anos 1950, a APE ganhou novos contornos, ampliando o número de pesquisadores e, conseqüentemente, o desenvolvimento da agenda de estudos. O que se pôde notar nesse desenvolvimento histórico da disciplina, foi a influência da política doméstica como variável expressiva na composição e prática de determinada política exterior (PUTNAM, 1998; HAGAN, 1995; MOON, 1995; HERMANN, KEGLEY e ROUSENAU, 1987). Com efeito, os trabalhos que enfatizavam os condicionantes domésticos para a análise da inserção internacional, focaram, nas frações das burocracias estatais, ou nos grupos de interesses ligados à sociedade civil, como associações empresariais, Partidos Políticos, movimentos sociais, dentre outros (HALPERIN, 2006; HUDSON e DAY, 2020)

Por certo, é possível notar que a noção de classes sociais não foi uma variável presente nesses trabalhos. Primeiro pelo conceito se referir, em grande medida, à análise marxista. Segundo o marxismo, que já não tinha tanto espaço em relação às demais correntes teóricas no âmbito dos estudos da política internacional, não apresentou um segmento específico para APE, ficando circunscrito, neste âmbito, aos trabalhos que observavam a dinâmica internacional de um Estado devido à sua posição no capitalismo mundial e na divisão internacional do trabalho (NEACK, 2008).

No entanto, o fato de o marxismo não ser conhecido como arcabouço analítico significativo para o estudo da política externa, não significa que não existam contribuições marxistas em APE. Na verdade, a vertente marxista em APE vem sendo desenvolvida especialmente na ciência política brasileira. Nesse caso, as pesquisas de APE marxistas partem das contribuições do cientista político Nicos Poulantzas que, ao elaborar uma série de conceitos para a formulação de uma teoria política marxista do Estado, também nos oferece instrumentos para a análise de política externa (BERRINGER, 2014; 2020). Nesse sentido, procuraremos expor os principais conceitos do marxismo poulantziano para o estudo da política externa, sendo, também, o aparato analítico que utilizaremos para o desenvolvimento da presente tese.

Como já havíamos apontado na introdução dessa tese, Poulantzas produziu uma série de contribuições sobre a estrutura e o papel do Estado no sistema capitalista contemporâneo. No entanto, é preciso pontuar as modificações que o autor realizou ao longo de suas obras, ora reformulando conceitos anteriormente abordados, ora introduzindo novas considerações em

matéria de teoria política¹⁶. Tal observação é importante, pois explica a utilização e exposição que faremos de algumas das principais ideias de Poulantzas. Dessa forma, não nos é propósito, esgotar discussões sobre tais conceitos, e tampouco, analisar, comparativamente, o desenvolvimento e as modificações do pensamento poulantziano ao longo do tempo. Por certo, destacamos e apresentaremos conceitos-chave do pensamento político poulantziano, conceitos esses que utilizaremos ao longo desta tese. Com isso, queremos dizer que outros aparatos conceituais serão tangenciados, o que não significa desconsiderar a relevância desses.

Utilizaremos como base para nossa discussão, para a leitura do Estado, o livro *Poder Político e Classes Sociais*, publicado pela primeira vez em 1968¹⁷. Quanto às frações e classes sociais, a obra *Classes Sociais no Capitalismo Hoje*, sendo a primeira edição em 1974. A utilização de tais trabalhos, em especial, não descarta, quando oportuno, as demais publicações do autor. Dos conceitos tratados, apresentaremos, respectivamente: a) As classes sociais e frações de classe, com foco na caracterização das burguesias b) Estado capitalista (burguês) como estrutura jurídico-política c) Bloco no poder e economia política.

Inicialmente, compreendem-se as classes sociais, apesar de estarem circunscritas às estruturas econômicas do capitalismo, definidas também, por essas estruturas, suas posições sociais. No entanto, o determinismo econômico, como quer o marxismo vulgar, indica, porém, não esgota, os interesses de classe. Daí a importância do político e do ideológico, na teoria marxista, para o estudo das classes sociais. Marx no 18 de Brumário (2011), já apontava a importância do estudo da representação de classe e de que forma o Estado se moldava por essa

16 A teoria política poulantziana é denominada, pelo marxista grego, como teoria regional do político. Por “regional” Poulantzas expressa a preocupação da teoria na explicação de determinada posição/âmbito, a região, portanto, de um modo de produção examinado. Nas palavras do autor (2019, p.20): a teoria regional do político não pode passar aos conceitos mais ricos em determinações teóricas a não ser localizando seu objeto num dado modo de produção. Segundo os princípios que nos conduziram à construção do conceito de modo de produção, uma instância regional — neste caso, o político — pode constituir um objeto de teoria regional, na medida em que ela é “recortada” num modo de produção dado. Sua constituição em objeto de ciência, ou seja, a construção de seu próprio conceito, depende não da sua natureza, mas do seu lugar e da sua função na combinação particular que especifica esse modo de produção. ”

17 Como já sugerido, Poulantzas é um autor que modificou, incluiu e escreveu conceitos e definições ao longo de suas obras. Dificilmente, seria possível estabelecer noções precisas desses conceitos, pensando da teoria poulantziana de modo geral. Os cientistas políticos que utilizam Poulantzas normalmente se apegam, na obra *Poder Político e Classes Sociais* ou no último livro publicado pelo autor, *Estado Poder e Socialismo*, de 1978. No Brasil, a Escola de Campinas, cujos principais expoentes são Décio Saes e Armando Boito Júnior, baseia-se, principalmente, no primeiro trabalho de Poulantzas. No exterior, o círculo universitário inglês ganha certo protagonismo, tendo como uma das principais figuras Bob Jessop, conhecido por utilizar a última obra, majoritariamente. Há também os que sustentam certa continuidade do pensamento poulantziano, como Mota e Barrow. Outros, como Codato, compreendem Poulantzas em três fases definidas – *Poder Político e Classes Sociais*; *Fascismo e Ditadura*; *Estado Poder e Socialismo* – com mais outras duas fases de transição.

representação. Diversos autores trouxeram análises sobre o papel do Estado e seus múltiplos campos de atuação.

No entanto, foi Poulantzas o autor que mais se aproximou da elaboração de uma teoria geral do Estado, aglutinando os níveis econômico, ideológico e político, numa estrutura jurídica-legal para a legitimação desses. Para o entendimento dessa teoria geral do Estado, é preciso entender, antes de tudo, a posição política das classes a partir de suas posições sociais no sistema capitalista¹⁸. Além disso, cada classe social apresenta desdobramentos próprios, traduzidos em frações de classe. Tais frações são classificadas comparativamente, como dimensão (porte), eixo de atuação (comércio, indústria, serviços, finanças), área geográfica de atuação e capacidade de influência nas tomadas de decisão do Estado (cena política¹⁹ e ação coletiva²⁰).

18 Como escreve Saes, o político não necessariamente é desdobramento do econômico. Em outras palavras (2014, p.106): “É preciso, portanto, descartar toda concepção essencialista das frações da classe capitalista. Esses segmentos não devem ser pensados como grupos que teriam se organizado politicamente desde o início da sociedade capitalista, lutando a partir daí e de modo incessante pela conquista de uma influência predominante sobre a política do Estado capitalista. O processo político capitalista é bem mais complexo do que supõem os essencialistas. Em muitas conjunturas, alguma fração capitalista, perfeitamente detectável no plano econômico, não se exprime de modo aberto no plano político (para Poulantzas, isso significa que essa fração capitalista, a despeito de poder ser identificada no plano econômico, é ainda carente de “autonomia” no plano político).”. Em outra passagem, Saes (p.108) enfatiza: “No conjunto de sua obra, Poulantzas indicou – infelizmente, nem sempre com a clareza necessária – que a classe capitalista pode se segmentar de diferentes modos no plano do sistema econômico. Cabe ao pesquisador, portanto, utilizar diferentes critérios para caracterizar exaustivamente o fracionamento da classe capitalista no plano do sistema econômico.”.

19 Poulantzas denomina de “cena política” a política representativa no Estado. Os Partidos Políticos, as eleições, os congressistas, as comissões parlamentares são, na perspectiva poulantziana, expressões da luta de classes e de que forma as frações burguesas se inserem, representativamente, no Estado. É importante destacar que Poulantzas não aponta a cena política como mero reflexo das lutas de classe, mas a observa como um tipo de luta de classe que ocorre na esfera estatal. Dessa forma, é importante o estudo da cena política, fazendo essa consideração. Se compreendemos a política de representação no Estado como cena política, a prática política, por sua vez, é disputa pelo poder entre as classes sociais e suas frações. O cientista político grego reconhece, ainda, que os representantes das frações burguesas na política podem ser algo como porta-vozes dessas burguesias, não necessariamente pertencendo às mesmas. Nesse caso, existiria uma espécie de delegação político-administrativa dessas frações com determinados políticos e Partidos Políticos. Tais espaços analíticos também podem ser vistos pelas diferenciações das frações em relação ao poder. Dessa forma, destaca-se três conceitos: a fração hegemônica, dominante no bloco no poder, que será exposto em maiores detalhes posteriormente, a fração reinante, que comanda os partidos políticos e presente na cena política. Por fim, a fração detentora que também faz parte da cena política, porém sua identificação ocorre a partir do domínio do Estado (representação no governo). De acordo com Pinto (2014, p.48): “Esta última é aquela fração que recruta os políticos, os burocratas e os militares das diversas frações de classe, inclusive em algumas situações nos segmentos dominados, para ocupar cargos nos diversos órgãos do Estado”

20 A noção de “ação coletiva” não vem da teoria poulantziana, mas da ciência política institucionalista, na figura principal de Mancur Olson. No entanto, utilizaremos essa expressão quando tratarmos dos interesses organizados das frações burguesas. Poulantzas distingue as frações de classe entre frações autônomas e puras. No caso da primeira, seria a possuidora dos efeitos pertinentes específicos, ou seja, aquela que possui presença política organizada (associações empresariais, por exemplo). Já as puras, não são necessariamente organizadas politicamente, sendo, de costume, mais reativas às políticas de governo do que ativas, ao ponto de influenciar nos

Cada critério de classificação das frações de classe vale considerações. Pretendemos apontá-los ao longo desta tese. No entanto, abordaremos uma característica específica nesse momento: a relação de interesses dessas frações atendidas pelo Estado. Essa relação manifesta-se de acordo com a posição de cada fração no desenvolvimento do modo de produção capitalista. Mais especificamente, essas frações disputam a tomada de poder do Estado, a extração da mais-valia em sua totalidade e, conseqüentemente, o resultado da distribuição de riqueza²¹. Com efeito, Poulantzas identifica três grandes segmentos: a burguesia nacional; a interna; e a compradora/associada²².

Grosso modo, a burguesia nacional seria aquela responsável pela revolução capitalista e pela sofisticação das forças produtivas nacionais. Em outras palavras, ela se configura como ator pioneiro para a construção de um Estado-nação desenvolvido (BRESSER PEREIRA,2013;2018). Nas palavras de Poulantzas (1978, p.78)²³:

De fato, entende-se por burguesia nacional, a fração autóctone que, a partir de certo tipo e grau de contradições com o capital imperialista estrangeiro, ocupa, na estrutura ideológica e política, um lugar relativamente autônomo, apresentando, assim, uma unidade própria. Esse lugar, referindo-se à determinação estrutural de classe não se reduz à sua posição de classe, mas tem efeitos sobre ela: burguesia nacional é suscetível em conjunturas determinadas de luta anti-imperialista e de libertação nacional, de adotar

processos decisórios das instituições. Como Poulantzas não entra em detalhe sobre como, pensar de forma mais concreta as frações puras, a contribuição de Olson no conceito de ação coletiva pode nos auxiliar, na precisão das organizações políticas e sociais burguesas.

21 Sob o aparato teórico poulantziano, produziram-se importantes estudos sobre a história política e econômica do Brasil, sobretudo na relação do Estado brasileiro com as frações burguesas. Dentre os principais, destacam-se Saes (1985) , Boito Júnior (1982), Farias (2017), Perissinotto (1994), Souza (2001). Evidenciam-se, também, outros autores que, de alguma forma, tiveram a influência de Poulantzas como Silva (1976) e Gorender (1981).

22 “De fato, o problema das “frações” de classe é mais complicado, mas tomo aqui apenas o caso de certas classes que se tornam, devido à combinação, frações de outras classes. Na formação social pode-se, ademais, descobrir, como efeitos próprios das estruturas políticas concretas dessa formação, o aparecimento de frações dentro de uma mesma classe; darei exemplos de Marx no capítulo sobre o bloco no poder. Por outro lado, o fracionamento de uma classe pode estar presente já no modo “puro” de produção, e no nível econômico desse modo: por exemplo, a burguesia comercial, industrial, financeira.” (POULANTZAS, 2019, p. 97)

23 As burguesias nacionais dos países desenvolvidos, para além da operação da revolução capitalista nesses, maximizam seus poderes e riquezas para além das fronteiras dos seus respectivos Estados. Em todos os âmbitos aqui já tratados – o político, o econômico e o ideológico - essas burguesias produziram uma teia de relações com as frações burguesas das metrópoles imperialistas, contribuindo, para além da própria lógica do capital, na dissolução e inibição de burguesias de caráter nacional nos Estados subdesenvolvidos. Cientistas sociais simpáticos à corrente desenvolvimentista analisaram melhor essas relações. Dentre tantos, vale ressaltar os trabalhos de Celso Furtado. Conforme expressa Saes e Farias (2021, p.18): “No caso do Brasil, o capitalismo retardatário engendrou uma burguesia interna, enfeudada nas burguesias dos países desenvolvidos. As condições para uma postura política de burguesia nacional existiriam se a burguesia brasileira se transformasse. Mas é muito raro o caso de autotransformação de um grupo social em outro. O grupo tende a permanecer como ele é”. Dessa forma, para a análise dos países subdesenvolvidos, os tipos de burguesia (interna e associada) são proeminentes em detrimento do tipo nacional. Com efeito, ainda existe a discussão da existência ou não dessa fração atualmente.

posições de classe que incluem no “povo” e então é passível de certo tipo de aliança com as massas populares.

A burguesia associada (ou compradora), por seu turno, é aquela dependente do capital internacional, não possuindo uma base própria de acumulação. Nesse sentido, ela opera como um tipo de correia de transmissão dos interesses das burguesias das metrópoles imperialistas (POULANTZAS, 1978). Como observa Berringer (2014, p.46), “esta fração é composta predominantemente pela oligarquia dos grandes proprietários de terras e pelos setores financeiros, bancários e comerciais”. Em complemento à essa observação, para Farias (2009, p.88):

É difícil uma burguesia industrial assumir o papel de compradora. Isso é visível no caso da indústria voltada para o mercado interno: o capital industrial nativo acaba necessariamente se chocando com os interesses do capital industrial estrangeiro que deseja penetrar esse mercado. Mesmo no caso de multinacionais que produzem para o mercado nacional, podem surgir conflitos do tipo matriz-filial. A empresa filial, como na automobilística, pode tentar produzir bens adaptados ao mercado local, mas que iriam chocar-se com os interesses da empresa matriz. Em suma, é pouco provável que o capital industrial assuma a postura de burguesia compradora, sendo-lhe mais fácil se comportar como burguesia interna ou como burguesia nacional.

Ainda sobre a burguesia compradora/associada, Saes escreve (2014, p.115):

Um primeiro segmento do capital se associa ao capital estrangeiro e defende internamente os seus interesses. Esse segmento pode se formar na esfera industrial (empresas mistas nas quais o interesse predominante é o da matriz), na comercial (é o caso dos importadores, que exercem pressão contra a produção interna de bens importados de alto valor) e na esfera bancária (bancos e sociedades financeiras voltados para o financiamento de empreendimentos do capital estrangeiro, descompromissados com o fortalecimento do mercado interno ou do setor público). Em Poulantzas, esse segmento do capital é nomeado “burguesia compradora” (expressão portuguesa usada na China pré-comunista, inclusive pelos militantes comunistas). Preferimos, contudo, adotar a expressão “burguesia associada” – encontrada, por exemplo, nos trabalhos de Peter Evans –, já que essa fração não emerge apenas na esfera comercial, mas pode se constituir também nas esferas bancária e industrial

Há um outro tipo de burguesia que, segundo Poulantzas (1978), se enquadra como intermediária da burguesia nacional e associada: a burguesia interna. Essa, por sua vez, possui autonomia relativa, e ao mesmo tempo, dependência relação ao capital internacional²⁴. Ou seja, é um posicionamento flexível, que será determinado, ora mais autônomo, ora mais dependente,

24 Por capital internacional, Poulantzas se refere às metrópoles imperialistas e, em especial, ao capital norte-americano.

devido à conjuntura analisada. Identifica-se esse tipo de burguesia nas formações sociais dos países periféricos, ocupando a posição que, nos Estados desenvolvidos, está a burguesia nacional²⁵. Ou seja, “esta burguesia que coexiste com setores propriamente compradores, não possui mais, em graus certamente desiguais nas diversas formações imperialistas, as características estruturais da burguesia nacional” (POULANTZAS, 1978, p. 77).

Nas palavras de Farias (2009, p.88):

A burguesia interna se define pelo comportamento ambíguo diante do capital estrangeiro: ora se opõe a ele, ora o apoia. Isso se dá em razão das formas de dependência – financeira ou tecnológica – do capital nativo em relação ao capital externo. Esse perfil de burguesia interna se encontra, por exemplo, no caso da burguesia industrial brasileira após 1930, que possui esta dupla dependência externa: a financeira e a tecnológica. Não está excluída a possibilidade de certos setores do comércio interno ou do sistema bancário assumirem uma postura de burguesia interna, opondo resistências à penetração de capitais estrangeiros. Num caso, podemos pensar o exemplo de empresas comerciais que atuam no setor de supermercados opondo-se à presença de grupos estrangeiros no setor. No outro caso, pode ocorrer de o sistema bancário nacional ainda não dominado pelo capital financeiro internacional opor resistências à penetração de bancos estrangeiros.

Por certo, as burguesias nacionais, associadas e internas são, na verdade, frações de classe burguesas que ocupam posições específicas no modo de produção capitalista. Todas elas têm um ponto em comum, justamente por ocuparem a posição de classe dominante. Porém, ao mesmo tempo, possui particularidades que se traduzem em interesses específicos de cada fração²⁶. Tais interesses são atendidos pelo Estado, que responde às frações burguesas em graus de intensidade diferentes. Ou seja, por mais que exista uma resposta do Estado aos propósitos da burguesia como um todo, ele não atende esses propósitos de forma igualitária. Isso significa

25 Sobre a burguesia interna a partir da realidade brasileira, Saes (2021, p.17):” a burguesia industrial brasileira, por ser uma burguesia retardatária, tem características que facilitam sua inclinação para a posição de burguesia interna. Ela depende do capital internacional, do ponto de vista tecnológico e quanto ao fornecimento de divisas. Portanto, ela vive numa situação de dependência orgânica. E ela completa a sua dependência no plano político procurando sufocar as contradições que existem entre o imperialismo e os interesses nacionais. Ela procura tirar algumas vantagens e aumentar o seu quinhão, sem, no entanto, contestar o modelo de desenvolvimento capitalista que está sendo implementado.”

26 É importante registrar, para além do econômico e do político, aqui, o componente ideológico. Nesse caso, conforme analisa Martuscelli (2018, p.86): “Outra característica básica da burguesia interna é a sua fragilidade político-ideológica perante o capital estrangeiro – o que a impede de exercer, no longo prazo, a hegemonia política no bloco no poder. Na visão de Poulantzas, a burguesia interna está tendencialmente limitada a renegociar a hegemonia exercida pela burguesia compradora (associada) com a qual coexiste no bloco no poder – portanto, a burguesia interna coexiste de maneira subordinada em relação à burguesia compradora (associada)”.

que existem frações de classe que tem seus interesses atendidos pelo Estado prioritariamente, em detrimento de outras burguesias. Daí a disputa das frações burguesas pelo Estado.

O senso comum de certa leitura de Marx afirma que o Estado é mero instrumento de poder da burguesia. No entanto, a realidade dessa relação é muito mais complexa e contraditória. Na perspectiva poulantziana, não é possível a tomada de poder por apenas uma fração determinada. O Estado, na verdade, é composto por alianças de frações de classe, não somente burguesas, que dão a orientação material prioritária nos interesses dessas frações. Poulantzas chama esse conjunto de alianças de bloco no poder. Dessa forma, o Estado não está a serviço da burguesia em abstrato, mas responde a interesses gerais e particulares em virtude do bloco no poder vigente.

[...] o “predomínio político” de uma dada (fração de) classe numa conjuntura histórica específica passa, em grande parte, pela sua capacidade de controlar ou influenciar o ramo do aparelho de Estado que concentra o poder real. Esse poder enfeixa uma quantidade de recursos institucionais (orçamento, administração, repressão) que conferem ao ramo em que estão concentrados o “poder de tomar decisões” e à classe que aí se instala as “rédeas da administração” (CODATO e PERISSINOTTO, 2001, p.18)

Identificar as frações burguesas e seus respectivos interesses requer, do pesquisador, a clareza na identificação na posição no modo de produção da fração burguesa (nacional, associada e interna), no perfil econômico (bancária, comercial, industrial, financeira, rural), na dimensão (pequeno, médio e grande capital) e na geografia (regional). De acordo com Berringer (2014, p.42-43):

A burguesia raramente se organiza conscientemente em partidos políticos para conquistar seus interesses, cabe ao Estado organizar os interesses políticos das classes dominantes e unificá-las. O bloco no poder, portanto, pressupõe uma unidade contraditória entre as diferentes frações de classe dominantes. A unidade corresponde aos sacrifícios mútuos entre as frações de classe com vistas à construção de uma relativa unidade em todos os níveis da luta de classes. Trata-se de uma unidade política, econômica e ideológica contra a classe trabalhadora. O Estado, através das suas políticas, articula os interesses das distintas classes e frações de classe dominantes: não se trata de um acordo explícito, mas de uma unidade política em torno da manutenção da ordem social garantida pelo aparelho de Estado. Na articulação do bloco no poder, há a tendência à formação de uma fração hegemônica: uma fração com capacidade de obter prioritariamente os benefícios da política estatal — política externa, política econômica e a política social. Nem sempre é a fração que obtém mais lucros. A fração hegemônica controla, influi e se beneficia das políticas governamentais e atua – referindo-se, aqui a Poulantzas - “[...] encarnando o interesse geral do povo-nação, e condiciona por isso mesmo, uma aceitação específica de sua dominação por parte das classes dominadas.”.

As políticas governamentais, ou em larga medida, a economia política do Estado, refletem, prioritariamente, os interesses das frações de classe que compõem o bloco no poder vigente. Em especial, aquela que se torna o polo principal do bloco, ou seja, a fração hegemônica de classe. Poulantzas (2009) entende que a ideia de hegemonia pode ser abordada em duas perspectivas: no primeiro caso, sob influência de Gramsci²⁷, o autor grego afere a hegemonia, em sentido amplo, como instrumento de dominação ideológica ou criação e disseminação de certos consensos das burguesias sobre o conjunto da sociedade²⁸. No segundo caso, em sentido estrito, a hegemonia está circunscrita à relação de uma determinada fração de classe sobre outras frações no bloco no poder (MARTIN, 2008). Nas palavras de Poulantzas (2009, p. 139-140):

1) o conceito de hegemonia, que se aplicará somente às práticas políticas das classes dominantes — e não ao Estado — de uma formação capitalista, reveste-se de dois sentidos. 1) Indica a constituição dos interesses políticos dessas classes, em sua relação com o Estado capitalista, como representativos do “interesse geral” desse corpo político que é o “povo-nação”, e que tem como substrato o efeito de isolamento no econômico. [...] 2) O conceito de hegemonia reveste-se igualmente de outro sentido, que não é de fato indicado por Gramsci. Veremos, com efeito, que o Estado capitalista e as características específicas da luta de classes em uma formação capitalista tornam possível o funcionamento de um “bloco no poder”, composto de várias classes ou frações politicamente dominantes. Entre essas classes e frações dominantes, uma delas detém um papel dominante particular, que pode ser caracterizado como papel hegemônico. Nesse segundo sentido, o conceito de hegemonia abrange a dominação particular de uma das classes ou frações dominantes em relação às outras classes ou frações dominantes de uma formação social capitalista.

Através das contribuições de Poulantzas e demais autores que somam a essa abordagem, fica mais claro as complexas relações e representações que o Estado possui em si e para as classes sociais. A complexidade deriva das múltiplas camadas possíveis para análise, bem como de que forma as frações burguesas, em especial, se apresentam na esfera institucional. O conteúdo político – atendimento a determinados interesses - e o modelo de economia política são frutos do bloco no poder articulado no contexto histórico determinado. Dessa forma, identificar as possibilidades e limites de poder das frações que compõem o bloco no poder,

27 Sobre a influência de Gramsci em Poulantzas, ver Galastri (2013).

28 Para melhor compreensão da ideia de hegemonia em Gramsci e suas dimensões, ver Coutinho (1999), Bianchi (2018), Dias (2000), Anderson (2002) e Williams (2020). Para sua aplicabilidade no estudo das Relações Internacionais, ver Passos (2019) e Morton (2007).

sobretudo a hegemônica, é preciso o caráter de classe do Estado e, portanto, sua atuação e expressão.

É oportuno salientar que o Estado aqui tratado é o Estado burguês²⁹. Além da caracterização do mesmo pelo bloco no poder, a partir dos níveis econômico, político e ideológico, esse Estado também é caracterizado pela sua estrutura jurídica³⁰. Neste sentido, há em Poulantzas uma filosofia do Direito que examina o aparato jurídico estatal por quatro conceitos além de uma problemática: direito capitalista, efeito de isolamento, efeito de representação da unidade, burocratismo e, por último, a autonomia relativa do Estado (SAES, 1998a). Em linhas gerais, produz-se a percepção das classes sociais como conjunto de indivíduos e, mais ainda, como supostamente iguais. Daí a cidadania³¹. Além disso, também unifica os cidadãos enquanto unidade, colocando o conteúdo identitário-nacional para além das posições sociais, ou seja, o Estado como representante do conjunto do povo³².

O Direito burguês cria, em aparência, as condições igualitárias de participação social e unifica as classes sob elementos gerais como povo e nação, esfacelando, assim, as desigualdades e as assimetrias inerentes da vida social no capitalismo e dessa, também, com o Estado. Ao unificar as classes em uma identidade nacional homogênea, o povo e nação, o direito burguês produz o efeito de isolamento nos cidadãos, ou, melhor dizendo, nos agentes da produção. Conseqüentemente, tem-se a individualização desses agentes, desestimulando as organizações populares de pressão ao Estado. Nas palavras de Poulantzas (2019, p. 191):

29 Para Saes (1985), há uma diferença entre a expressão “Estado burguês” ao invés de “Estado capitalista”. Em relação ao primeiro, associa-se pelo conteúdo de classe. Pelo segundo, remete-se ao sistema econômico. No entanto, não utilizaremos essa distinção, seguindo assim, Poulantzas, que não aborda essa diferença, utilizando os dois conceitos com o mesmo sentido.

30 Por estrutura jurídica, compreende-se a expressão “estrutura jurídico-política capitalista”, mais utilizada por Poulantzas. Não sendo via de regra, como o autor a substitui, em determinadas passagens de Poder Político e Classes Sociais, por “Direito”, ou “Estado”, resumimos aqui, a denominação.

31 A oferta de direitos por parte do Estado capitalista não se resume ao direito civil. A ideia de homogeneidade dos indivíduos enquanto cidadãos e, portanto, detentores dos mesmos direitos e deveres na sociedade, passa por todos os âmbitos do direito. Vale destacar que o Estado burguês também cumpre um papel de organizador da divisão social do trabalho, não sendo esse, efeito exclusivo do mercado (GALLAS, 2015).

32 Sem necessariamente ter o propósito, Poulantzas enterra o falso debate entre Estado e Mercado. Diversos autores já apontaram a falseabilidade da existência de um mercado capitalista sem Estado, porém Poulantzas aponta a sua inviabilidade através dos efeitos do direito burguês. Em resumo: a condição de existência do modo de produção capitalista, para além da própria lógica do capital, é a organização social das classes e os instrumentos políticos-ideológicos orientados via Estado. Com efeito, a discussão necessária atualmente, sobre o direito burguês não reside na identificação de elementos para caracterizá-lo como burguês e sim, na sua expressão pela fração hegemônica burguesa que, detendo o poder político do Estado, atua na produção e manutenção da legislação nacional. Dessa forma, se forma uma ampla agenda de pesquisa que poderia examinar determinadas legislações e reformas na legislação que atenderia determinadas frações de classe.

o Estado capitalista mantém a desorganização política das classes dominadas, por um lado, graças ao seu efeito de isolamento sobre as relações sociais econômicas e, por outro, graças ao partido que tira desse efeito, ao se apresentar como a unidade do povo-nação composto de pessoas políticas-indivíduos privados. Essa função é então preenchida ao mesmo tempo por meio da ocultação, aos olhos das classes dominadas, de seu caráter de classe, e por meio de sua exclusão específica das instituições do Estado enquanto classes dominadas.

Até aqui, abordamos três conceitos da estrutura jurídica do Estado burguês: 1) o direito capitalista, enquanto homogeneizador das classes sociais via cidadania 2) o efeito de isolamento, pela percepção da vida social não a partir de classe, mas de uma abstrata sociedade civil com interesses gerais e do bem comum 3) o efeito de representação da unidade, que introduz a identidade nacional como elemento unificador de reconhecimento e pertencimento dos trabalhadores em um único corpo social (povo/Estado-nação).

No que se refere aos últimos dois conceitos, Poulantzas define o burocratismo como um tipo de organização particular dos recursos humanos e materiais do Estado capitalista. Saes (1998b, p.40) identifica duas normas fundamentais do burocratismo:

- 1) não-monopolização das tarefas do Estado - forças armadas, forças coletoras - pela classe exploradora (proprietários dos meios de produção); ou não-proibição do acesso, a essas tarefas, de membros da classe explorada (produtores diretos).
- 2) hierarquização das tarefas do Estado segundo o critério formalizado da competência, isto é, do nível de conhecimento ou saber exigido daqueles que se dispõem a desempenhá-las.

Nesse sentido, na primeira norma, Poulantzas observa no Estado capitalista a possibilidade de domínio de certos instrumentos e espaços por parte do setor privado, independente da origem de classe³³. Na segunda, percebe-se, no Estado burguês, a aparente democratização e composição do corpo burocrático do mesmo por todos os cidadãos. Por conseguinte, o critério para ser um burocrata seria o mérito e a competência, independentemente da posição social que o indivíduo ocuparia. Assim, “o burocratismo é mecanismo criador de uma aparência de representatividade popular para o Estado (SAES, 1998b, p.47). Essa suposta universalidade de participação não dificulta o processo de ingresso daqueles que oriundos das frações burguesas, porém, possibilita, para Poulantzas, a autonomia relativa do Estado em

33 . É importante lembrar que a possibilidade não gera condicionalidade, ou seja, o domínio de determinados instrumentos (transportes coletivos, por exemplo) ou espaços (hospitais e escolas privadas), apesar de possível às classes trabalhadoras, é pouco provável que ocorra concretamente.

determinados tempos históricos. Tendo como referência o 18 de Brumário de Marx, o autor grego observa que o Estado pode se comportar de forma autônoma em relação às lutas de classes.

Conforme observa Saes (1997b) a autonomia relativa do Estado não se trata de um conceito, mas de um tratamento temático, uma vez que ela abarca as relações entre todos os conceitos da estrutura jurídica do Estado. Ao mesmo tempo, tal expressão não se apresenta de modo uniforme nos escritos de Poulantzas, o que confere ao pesquisador uma atenção particular ao uso. Em Poder Político e Classes Sociais, o marxista grego, sob forte influência de Althusser, considera a necessidade do estudo da realidade a partir da definição concreta da instância em análise, seja ele teórico, econômico, político ou ideológico. Em outros termos, cada esfera analítica possui autonomia relativa em relação às outras, ou seja, dinâmicas particulares que, em conjunto, compreendem a totalidade social. Não obstante, para Althusser e Badiou (1979, p.20):

De início convenhamos em chamar instância de uma formação social a uma prática enquanto articulada sobre todas as outras. A determinação da autonomia diferencial de umas instâncias com relação às outras, isto é a construção mesma de seu conceito (o que possibilita o se falar de uma história da ciência, de uma história da religião, de “o político”, etc.) é ao mesmo tempo a determinação de sua articulação e de sua hierarquia no interior de uma sociedade dada

Porém, conforme observa Saes (1998b, p.55):

Registra-se, portanto, uma diferença entre Poulantzas e os demais althusserianos nesse terreno específico. Uma coisa é concluir — como fazem Althusser, Badiou ou Balibar — que fixar as estruturas do modo de produção como objetos teóricos independentes e conceituá-las uma a uma significa dar-lhes um tratamento relativamente autônomo. Outra coisa é sugerir — como faz Poulantzas — que um tratamento relativamente autônomo, dado às estruturas do modo de produção, apenas exprime de um modo adequado a autonomia real das instâncias na prática social total.

Por certo, o importante a se destacar no que tange à autonomia relativa do Estado identificado por Poulantzas, é a possibilidade de analisar instâncias particulares do modo de produção, sem que isso comprometa, ou rejeite, a existência de uma realidade social complexa. Além disso, o tratamento analítico ao Estado, o confere em determinados contextos históricos, dinâmicas próprias que nem sempre se referem aos reflexos das lutas de classes e das frações burguesas. O desenho institucional do Estado capitalista, ao formar um corpo burocrático próprio nas mais diversas áreas, permite que certos espaços desenvolvam uma lógica particular de ação.

No propósito da presente tese, optamos por expor a discussão sobre a autonomia relativa do Estado para dar luz a relação da política externa brasileira. De um lado, a política externa reflete as variáveis domésticas de cada país e, na perspectiva marxista, essas se atendem pelo interesse de classe e, mais especificamente, de frações de classe. Por outro, o Itamaraty, instituição estatal responsável pela política externa e inserção internacional do Brasil, também possui suas particularidades, existindo, assim, políticas de Estado que não necessariamente são produtos de interesses de classes.

1.3. Empresariado, agenda de interesses e processos decisórios em política externa

Nesta seção, apresentaremos, em linhas gerais, as frações burguesas no Brasil e como as mesmas se relacionam e, ainda, se relacionam com o Estado. Nosso objetivo aqui é indicar a modificação da burguesia brasileira em três instâncias: a econômica, a política e a ideológica. A literatura sobre a formação econômica e histórica da burguesia no Brasil, bem como os estudos sobre o empresariado, é extensa. Desse modo, não trataremos das abordagens específicas dessa literatura, mas a utilizaremos para nos auxiliarmos na explicação do seguinte argumento: na maior parte das décadas do século XX, sobretudo após a ascensão do governo Vargas nos anos 1930, o Brasil teve em sua composição de classes, uma burguesia, em pequena parte nacional, e em larga medida, interna, enquanto fração hegemônica de classe³⁴. As relações do Estado com essas frações da burguesia interna foram se modificando a partir dos novos contornos políticos e pela modelagem econômica. Após o fim da ditadura militar e a crise econômica da década de 1980, as burguesias internas entram em declínio e, dessa forma, as

34 Foi objeto de estudo da sociologia brasileira o caráter nacional e transformador da nascente burguesia industrial no Brasil. Jaguaribe (1958) e Sodré (1958), por exemplo, acreditavam no empresariado industrial como ator fundamental na instauração da revolução capitalista brasileira. Tal revolução partiria de ampla aliança das burguesias nacionalistas e as classes trabalhadoras em contraponto ao Brasil agrário e arcaico. Posteriormente, tal argumento foi rechaçado por autores como Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado, Caio Prado Júnior, Luciano Martins, Bresser Pereira, dentre outros. Há diferenças analíticas entre esses autores sobre o papel e a mentalidade do empresariado brasileiro. No entanto, todos concordam na falta de projeto nacional de desenvolvimento dessa classe social. Ao mesmo tempo, iniciativas de aproximação com as classes populares não faziam parte do conjunto das frações burguesas. Em outras palavras, movimentos de conteúdo nacionalista por parte do empresariado brasileiro não abarca o desenvolvimento social, excluindo, assim, o trabalhador do processo de modernização do país. É importante destacar que a burguesia brasileira teve, desde muito cedo, aporte intelectual, caso fosse objetivo, de parte expressiva da intelectualidade no Brasil para a construção e aplicação de uma reformulação modernizante institucional do Estado, no intuito de contemplar a emergência de classes empresariais e industriais no país. Nesse caso, destacam-se os trabalhos de Rômulo Almeida, Guerreiro Ramos, San Tiago Dantas, e Roberto Campos, nas primeiras fases da sua vida intelectual (BRESSER, 1977).

frações burguesas associadas ganham protagonismo, tanto no bloco no poder quanto na hegemonia em sentido amplo, através da disseminação do pensamento neoliberal.

Destarte, sob o âmbito econômico, temos nos anos 1980 o colapso econômico e o questionamento sobre o papel do Estado na economia. No âmbito político, o fim da ditadura militar e a força do discurso do desenvolvimento a partir da redução das funções do governo, da redução do Estado e da defesa de um desenho institucional mais simples e menos burocrático. No âmbito ideológico, o desenvolvimentismo é demonizado, sendo associado como um tipo de modelo econômico, ultrapassado, corporativista e impeditivo às novas forças e novos empreendimentos que não sejam aqueles que cooptam o Estado. Nesse período, tanto no Brasil quanto fora, o pensamento neoliberal dissemina-se mediante uma estrutura complexa de redes de informação, que passam dos centros de formulação até os veículos de transmissão, como imprensa, universidades, workshops empresariais, eventos corporativos, dentre outros.

Tais transformações na recente história democrática brasileira no século XX, refletiu a composição do bloco no poder, sustentado, agora, pela burguesia associada. Esse bloco permeou a maioria dos anos 1990, sob os governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, em especial. As contradições gestadas no bloco no poder neoliberal, produziu as condições de vitória de Luiz Inácio Lula da Silva. Esse, por sua vez, trouxe nova configuração ao bloco no poder, incorporando as classes trabalhadores mais pobres e frações da burguesia interna desprestigiadas durante os governos Collor e FHC.

Na primeira, trataremos da dialética entre o modelo de economia política e a hegemonia de determinadas das frações burguesas. Argumentamos que o modelo econômico desenvolvimentista privilegiou as frações burguesas internas e a pequena fração da então burguesia brasileira nacional. Após os períodos de entrada de capital externo como poderoso instrumento de financiamento da economia brasileira, a contida burguesia nacional foi desaparecendo, dando lugar às frações burguesas internas e associadas³⁵. A partir da década de 1980, com a crise do desenvolvimentismo autoritário, a economia brasileira entra em colapso: inflação crescente, endividamento do Estado e estagnação econômica (PIRES, 2002). O discurso acerca da incompetência do empresariado brasileiro, corporativista, protegido por um

35 Um episódio histórico que evidencia esse processo foi a introdução da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) em 17 de janeiro de 1955. Grosso modo, essa instrução facilitava em larga medida a entrada e domínio do capital externo na economia brasileira.

Estado extremamente burocrático, ganha força na sociedade (DINIZ e BOCHI, 2004). Não obstante, o empresariado nascente, sobretudo aquele dotado de capital estrangeiro, reforça esse discurso da incompetência e propõe, de forma simplista, a solução a partir da dissolução do Estado brasileiro como promotor do desenvolvimento econômico³⁶ (DINIZ e BOSCHI, 2000).

Do ponto de vista político, tem-se o questionamento do desenvolvimentismo devido ao colapso da economia brasileira no fim da ditadura militar. Ou seja, alinhado com o novo perfil do empresariado brasileiro, mais independente, teoricamente pelo menos, do Estado. No âmbito econômico, os choques do petróleo e as transformações do sistema monetário internacional introduziram uma nova realidade de financiamento externo da economia brasileira, com taxas de juros maiores³⁷.

36 Ao longo das décadas do século XX, sobretudo a partir dos anos 1950, há um crescente avanço na influência das burguesias dos países desenvolvidos na economia brasileira. Do ponto de vista econômico, tem-se a importância do capital externo para o desenvolvimento. No entanto, enfatizamos, na presente tese, o conteúdo político dessa capital. Assim, destacamos dois processos que acometeram o empresariado no Brasil. O primeiro foi a crescente desnacionalização dos empresários, caminhando mais na defesa de interesses corporativos e específicos do que na construção de uma agenda coletiva de interesse nacional. Tal fenômeno levou parte dos estudiosos sobre empresários no Brasil e América Latina a caracterizarem o empresariado brasileiro como fraco (SCHNEIDER, 2004). A burguesia industrial descendente intelectualmente de Roberto Simonsen não prosperou, no longo prazo, enquanto fração hegemônica burguesa. Ao mesmo tempo, também não é correto atribuir um tipo de nacionalismo popular a essa fração (CORSI, 1995). Em outras palavras, observa-se a fragmentação progressiva dos empresários enquanto classe social, sendo cada fragmento, preocupado com seus interesses particulares, setoriais e corporativos. Tal processo implica na fragilidade e dificuldade na formação de alianças de sustentação do bloco no poder, uma vez que os elos de sustentação de alianças de classe são flexíveis e de baixa densidade. Como resultado, o próprio Estado e o seu sistema político ficam sujeitos às oscilações dessas alianças, ameaçando a estabilidade estatal e a solidez da política nacional. Na verdade, como observa Costa (2005), tal é a percepção restrita do empresariado brasileiro que o regime político é secundário aos seus interesses particulares. Isso não significa a abdicação do empresariado à agenda político-institucional do desenho do Estado (PAYNE, 1994). A defesa da democracia, portanto, tornava-se ponto importante na agenda empresarial mais pela conveniência para a garantia de outros interesses do que necessariamente um compromisso coletivo com valores democráticos. O mesmo se diz em movimentos como defesa de maior participação do Estado na promoção de políticas para desenvolvimento industrial e, ao mesmo tempo, movimentos em defesa da desestatização (CRUZ, 1978).

O segundo processo foi a dominação de certas estruturas produtivas no Brasil pelas burguesias dos países desenvolvidos. Por conseguinte, paralelo à desnacionalização das burguesias brasileiras, as frações burguesas associadas – dependentes das burguesias exteriores – ganham peso ao dominar, localmente, as estruturas produtivas dependentes, agora, do capital internacional. Tal fenômeno é analisado pela ciência política institucionalista pela conjuntura, através da capacidade da utilização de recursos (materiais ou dissuasórios) para a obtenção de vantagens e benefícios em determinado processo político. Tal instrumento é conhecido como *rent seeking* (TULLOCK, 1993). Cardoso e Faletto chegaram à mesma conclusão, porém a partir de uma análise estrutural da formação social-econômica brasileira. A diferença, portanto, é que enquanto na ciência política institucionalista, a modificação das relações de poder em prol das frações da burguesia associada (ou receptoras do capital externo) é um processo em andamento. Em Cardoso e Faletto, ela é um desdobramento da própria formação social e econômica do Brasil, caracterizando, de forma geral, o perfil da burguesia brasileira.

37 É oportuno salientar que as relações do Estado brasileiro com as frações burguesas carregam influências tanto nacionais quanto internacionais.

Por conseguinte, procurou-se institucionalizar uma nova dinâmica de relacionamento do Estado com o empresariado, seja no novo desenho jurídico/institucional fruto da constituição de 1988, seja na aspiração pela nova política, oriunda da democratização do país. Daí a instância ideológica ganha espaço ao dar conteúdo substancial da explicação para esse colapso e propor um modelo de economia política neoliberal. Nos anos 1980 surge, no Brasil, uma série de institutos de promoção do pensamento neoliberal que interferem na formação social do empresariado brasileiro. Conforme observa Denise Gros (2003, p.297):

O surgimento do projeto dos Institutos Liberais no Brasil nos anos 80 deu-se numa conjuntura internacional de rearticulação das direitas, em que o capitalismo a nível mundial colocou a globalização do capital financeiro no centro do seu desenvolvimento, processo que recebeu impulso em toda a América Latina com o crescimento da dívida externa dos países, o fracasso dos planos econômicos de desenvolvimento e a imposição das políticas monetárias recessivas do FMI [...] Internamente, o surgimento de uma organização político-ideológica sustentada por grandes grupos econômicos como o Instituto Liberal se explica por uma série de fatores como as mudanças econômicas em curso e os planos econômicos de estabilização e pressões do FMI, e, no campo político, a conjuntura de redemocratização, a polarização política das forças sociais, que defendiam diferentes projetos para sociedade brasileira, e a defesa dos diferentes interesses na definição do novo arcabouço institucional na Constituinte.

Tais institutos, conhecidos também como Think Tanks, são entidades de formulação e divulgação de ideias que, em termos gramscianos, são instrumentos para a construção de uma hegemonia ideológica calcada no neoliberalismo. A entrada do capital internacional propiciou o surgimento desses espaços de promoção da ideologia neoliberal. Como resultado, uma parcela da classe política, ligada também às frações burguesas, comprou esse discurso, advogando pela manutenção de um tipo de Estado que fosse responsivo às novas ideias.

Desde 1990, os institutos vêm promovendo a discussão do que poderia se tornar um programa liberal de governo, por meio do debate em torno de projetos de lei e medidas provisórias apresentados ao Congresso Nacional, assim como da formulação de projetos de políticas públicas de cunho neoliberal. Os estudos são encomendados a especialistas e financiados por empresas locais e outras instituições liberais, como a Tinker Foundation, a Atlas Economic Research Foundation e o Center for International Private Enterprise dos Estados Unidos, o qual se dedica à promoção internacional dos princípios da democracia e do livre mercado e financia a realização desses policy papers em instituições liberais de outros países da América Latina (GROS, 2004, p. 148).

Tal Estado seria um facilitador da entrada do capital internacional, como garantidor da competitividade e da liberdade. Ao mesmo tempo, frações da burguesia associada ganhavam mais espaço, tanto no discurso modernizador do neoliberalismo, quanto na aquisição de

empresas e indústrias brasileiras³⁸. Os novos think tanks brasileiros eram filiais, diretas ou indiretas, de think tanks dos países desenvolvidos³⁹. Os primeiros eram facilitados pelos projetos dos segundos, que visavam a institucionalização de um discurso que beneficia seus interesses (MINELLA, 2009). Porém, tal discurso teve peso em grande parte do empresariado brasileiro, que passou a promover as ideias neoliberais por esses instrumentos. Conforme observam Boschi e Diniz (1993, p. 9)

Como vem o empresariado reagindo a tais mudanças? Tal como foi salientado no decorrer da presente análise, as novas condições levaram os empresários a um intenso processo de adaptação, que implica o questionamento das bases tradicionais da representação de interesses e a necessidade de redefinição de seu papel político e social. Sob o impacto da erosão do antigo modelo e do aguçamento das dificuldades econômicas, acentuou-se a crise de representatividade do conjunto do sistema de intermediação, traduzindo-se na multiplicação de canais de participação e de organização da classe. Um aspecto que, desde logo, ressalta da análise das entrevistas é a postura generalizada de apoio às diretrizes neoliberais.

Na década de 1980 e ao longo dos anos 1990, nota-se um processo derivado dessas transformações nacionais e internacionais: a homogeneização do empresariado brasileiro no controle do setor produtivo e financeiro. Em outras palavras, conforme aponta Minella (2006) a diferença de interesses do espaço financeiro e produtivo se torna cada vez menor, uma vez que o empresário do setor produtivo é, também, o empresário do setor financeiro. O processo de financeirização potenciado pela globalização neoliberal estimulou a multiplicidade da atuação do empresário e, por outro lado, a restrição do número de empresários para tais atuações. Dito de outro modo, os empresários passaram a atuar em múltiplas frentes da acumulação do capital, não se restringindo somente à uma parte do processo produtivo. Além disso, tais atuações se tornam circunscritas aos grandes conglomerados empresariais, o que centraliza e potencializa, ainda mais, o poder desses empresários na tomada de decisão do Estado. Não obstante, houve uma crescente organização dos empresários em associações de classe para facilitar a aglutinação de seus interesses na esfera pública. De acordo com Minella (2006, p. 25):

As variáveis consideradas e os dados levantados permitem observar que, em seu conjunto, os dez maiores bancos privados representam muito mais que intermediários financeiros, que controlam parte significativa do volume de crédito (caro e reduzido, em parâmetros comparativos com outros países

38 Para compreender melhor esse processo na década de 1990, ver Miranda e Tavares (1999).

39 Para a leitura dos Think Tanks nos países desenvolvidos, em especial nos Estados Unidos, ver Deham (1996), Weaver (1989), Smith (1993), Arin (2014), Shoup (2015).

capitalistas) e um volume expressivo dos títulos e valores mobiliários, onde estão situados os títulos governamentais, portanto a dívida pública interna. No limite das informações coletadas, pelo menos seis deles estendem seus interesses em uma variada gama de empresas não-financeiras. O exame desta intrincada rede de controle e participações acionárias se coloca como uma necessidade e um grande desafio para o entendimento da dinâmica econômica e política do país. Todos os maiores bancos estão envolvidos na direção dos órgãos de representação de classe do setor financeiro, oito deles na própria Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). É expressiva a participação dos bancos ou grupos financeiros internacionais na direção das entidades de classe, tanto no Brasil como em outros países latino-americanos. Entre outros aspectos, a atuação simultânea em várias associações, cria um enorme potencial para trocas de informações e ações coordenadas.

O processo de financeirização potenciado pela globalização neoliberal estimulou a multiplicidade da atuação do empresário e, por outro lado, a restrição do número de empresários para tais atuações. Dito de outro modo, os empresários passaram a atuar em múltiplas frentes da acumulação do capital, não se restringindo somente à uma parte do processo produtivo. Além disso, tais atuações se tornam circunscritas aos grandes conglomerados empresariais, o que centraliza e potencializa, ainda mais, o poder desses empresários na tomada de decisão do Estado. Não obstante, houve um crescimento de entidades e associações empresariais no Brasil, uma pulverização de formas de participação dos processos decisórios do Estado sem, necessariamente, ser por canais institucionais oficiais. Em resumo, houve o fortalecimento de conglomerados empresariais atuantes em vários eixos da produção e da finança, ao passo que não se observa uma concentração das formas de atuação desses empresários. A sugestão de Boschi e Diniz (2004) é que tal processo derivou-se da crença de maior possibilidade de influência no Estado, dado o aumento do número de canais de participação e promoção de interesses.

Com efeito, especialmente a partir da década de 1980, o perfil geral da burguesia brasileira tornou-se mais dependente do capital estrangeiro e, no âmbito ideológico, mais aderente às ideias e políticas neoliberais⁴⁰. Isso correspondeu, também, a novos padrões de

40 Em se tratando de associações empresariais de presente atuação política, poucas associações parecem ter apresentado resistências ao pensamento neoliberal. Dentre elas, a principal, talvez, seria o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). Ainda assim, o IEDI nunca demonstrou influência nos canais institucionais do Estado se comparado à FIESP e a CNI, por exemplo. Vale apontar que o IEDI também opera na promoção de ideias e propostas de modelagem de economia política. Longe de ser neoliberal a moda Instituto Liberal, Instituto de Estudos Empresariais e afins, não é preciso afirmar que o IEDI resgata uma concepção de burguesia nacional de meados do século XX.

relacionamento dos governos com os empresários, bem como, do Executivo e Legislativo na nova ordem institucional. Com a emergência da democracia, das bases constitucionais de 1988 e das modificações no sistema político nacional, o legislativo também passa a ser um poder expressivo na representação de interesses dos empresários, inclusive por participação direta (DINIZ e BOSCHI, 1997)⁴¹.

Ao mesmo tempo em que há o discurso da eficiência como produto da redução das funções do Estado, existem os efeitos concretos em reduzir as instituições estatais na promoção do desenvolvimento econômico e social. Medidas que visam a rapidez na conclusão de processos oriundos de repartições públicas é fundamental. No entanto, a atrofia do Estado protocolado pelo neoliberalismo não se trata de segmentos específicos exercidos por esse, mas do conjunto do próprio sistema estatal⁴². Por consequência, o que ocorre é o aumento de tarefas e operações em determinadas instituições do Estado, produzindo, assim, um efeito antagônico ao objetivado por esses teóricos. Daí um paradoxo, o excesso de demandas sociais frente às capacidades institucionais de um Estado atrofiado o colocaria justamente em descrédito na sociedade, reforçando o discurso neoliberal da eficiência do mesmo. Na verdade, discussões sobre o tamanho do Estado são infrutíferas, pois o ponto é a identificação e sofisticação de sua responsabilidade para os múltiplos e, por vezes, contraditórios, interesses sociais. Tal fenômeno fundamenta as bases de um tipo de relação fundamental e que permeia, na literatura *mainstream*, as condições de operacionalização do bloco no poder: a governabilidade (ABRANCHES, 1988; HUNTINGTON, 1968; REIS, 1994).

41 É importante considerar que parte importante dos empresários também se tornaram parlamentares. Em sua grande maioria, de Partidos Políticos no campo mais à direita no espectro político. Ao mesmo tempo, não parece que algum Partido Político específico tenha conseguido canalizar as agendas de interesses empresariais, ou seja, tais interesses foram pulverizados no sistema partidário brasileiro, em especial, aos partidos desse campo ideológico.

42 Gros aponta que o liberalismo difundido nos think tanks liberais brasileiros é relacionado ao neoliberalismo mais agressivo, da escola austríaca de Mises e Hayek, não sendo segmento, portanto, do liberalismo político e econômico de Smith, Locke, Tocqueville e afins. Isso explica a campanha não pela democracia e liberdade em si, mas pela superação de todo tipo de intervenção estatal, com exceção daquela que visa garantir a economia de mercado neoliberal. Apesar do contexto histórico ser de crítica ao desenvolvimentismo autoritário, o neoliberalismo austríaco visa, na verdade, a liquidação de quaisquer formas de Estado sociais-democratas.

CAPÍTULO II: De Temer à Bolsonaro: a economia política da política externa do Brasil

O presente capítulo pretende examinar a política econômica externa brasileira dos períodos Michel Temer e Jair Bolsonaro. Argumentamos que a emergência do governo Temer, após o *impeachment* da então Presidente Dilma Rousseff, expressa uma nova configuração de bloco no poder. Tal mudança significa a restauração do bloco no poder neoliberal ortodoxo, predominante na década de 1990. De modo geral, o novo bloco no poder guarda as principais diretrizes daquela época e, ao mesmo tempo, apresenta novas características, dado o novo contexto histórico. Tal bloco se mantém no governo Bolsonaro, porém com outros contornos, até então inéditos na história política do país.

Na primeira seção, apresentaremos, em linhas gerais, a formação dos blocos no poder consolidados na história recente do Brasil. Assim, trataremos dos blocos neoliberal e neodesenvolvimentistas, materializados sob os governos Fernando Henrique Cardoso, em especial, e Lula da Silva, respectivamente. Na segunda seção, abordaremos a restauração do bloco neoliberal ortodoxo sob o governo Temer e as diretrizes no tocante à inserção econômica internacional do Brasil nesse período. Na terceira, trataremos das expressões concretas, ou seja, o que foi feito e almejado na política econômica externa brasileira. Na quarta seção, procuraremos discutir, partindo do governo Bolsonaro, tanto o projeto de política externa quanto o desenvolvimento prático da mesma.

2.1. Os antecedentes da tormenta: considerações gerais sobre os blocos neoliberais e neodesenvolvimentistas

No âmbito do estudo da política externa brasileira, costuma-se conceituar duas grandes paradigmas: o autonomista e o universalista⁴³. Tais denominações são substituídas, por vezes, como desenvolvimentistas/liberais, ou, a partir de certos debates públicos nos veículos de imprensa ao longo do século XX, nacionalistas/entreguistas. O fato é que esses dois paradigmas se acordam nos princípios da política externa brasileira, a autonomia e desenvolvimento⁴⁴. No entanto, divergem enquanto tratamento aos conceitos.

Faz-se oportuno notar o quanto o projeto de inserção internacional representa determinado modelo de economia política⁴⁵. Nesse caso, as diferenças dos defensores de um ou outro paradigma é semelhante aos debates intelectuais do pensamento econômico brasileiro, citando aqui o pioneiro entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin, a título de exemplo. Outros pensadores também participaram, posteriormente, como Octávio Bulhões, Celso Furtado, Roberto Campos, os economistas da CEPAL, do ISEB e tantos outros.

No âmbito das relações internacionais, os autonomistas defendem a inserção internacional do país como instrumento para a superação do subdesenvolvimento. Advogam maiores espaços de atuação nas discussões internacionais, cooperação internacional com países subdesenvolvidos para a institucionalização de um tipo de proteção econômica coletiva, com a visão de diminuir suas vulnerabilidades externas e as disparidades internas (OLIVEIRA, 2005; GUIMARÃES, 2006. Já os universalistas, concordam com um tipo de inserção internacional

43 É importante lembrar que tais paradigmas devem ser levados em consideração a partir de determinada quadra histórica. Ou seja, eles sofreram modificações ao longo do século XX e XXI devido, tanto às mudanças institucionais e da política doméstica quanto das transformações do sistema internacional.

44 Esses dois conceitos norteiam as divergências dos dois paradigmas. Contudo, os princípios da política externa brasileira não se esgotam aqui. A expressão internacional do Brasil é orientada, também, pela ótica pacifista, pragmatista e jurídicista (CERVO, 1994). Tais percepções são, de modo geral, permanentes, apesar das transformações na história política do país. De acordo com Mariano (2007, p.15): O Pacifismo refere-se à posição defendida pela diplomacia brasileira de buscar solucionar os conflitos por meio de negociações. Isto é, a política externa brasileira tradicionalmente resiste à ideia de usar a força para resolver as controvérsias no plano internacional. Já o jurídicismo relaciona-se com a postura de respeito aos tratados, acordos e convenções internacionais, aceitando-os enquanto instrumentos ordenadores da interação entre os atores estatais e do próprio sistema de Estados. Finalmente, temos o pragmatismo, também entendido como realismo na política externa brasileira. Essa tradição baseia-se na análise sobre o sistema internacional, a posição do Brasil neste sistema, as relações com as potências e a capacidade de defesa dos interesses nacionais para, a partir destes condicionantes, orientar a ação externa.

45 Conforme aponta Boito Júnior (2007, p.70): “A política econômica define uma hierarquização das frações da classe capitalista privilegiando certas dimensões do capital em detrimento de outras: quanto à função do capital, privilegia a função financeira; quanto ao porte, privilegia o grande capital; quanto ao destino da produção, o mercado externo e a fatia de alta renda do mercado interno. A essas prioridades correspondem, uma a uma, as dimensões que são preteridas: quanto à função o capital, a produção, isto é, o capital ativo; quanto ao porte do capital, o pequeno e médio capital, e quanto ao destino da produção, o mercado interno de bens de consumo populares”.

que visa aglutinar e ampliar as vantagens comparativas que surgem no sistema internacional. Acreditam que o desenvolvimento vem do estabelecimento de acordos de cooperação internacional, especialmente com as nações desenvolvidas, financiamento externo e busca pela garantia de frutos da própria dinâmica dos blocos econômicos, e fóruns multilaterais (LESSA, 1998; PINHEIRO, 2004).

Na história política recente do Brasil, é possível dizer, respeitando as devidas ressalvas históricas, que a política externa brasileira nos governos Fernando Henrique Cardoso foi marcada pelo viés universalista⁴⁶ (CARDOSO, 2001; LAMPREIA, 1998) e os governos Lula da Silva, autonomistas (LIMA, 2010; PECEQUILO, 2008).

Vários trabalhos sugerem elementos que indicam as políticas externas dos governos Cardoso e Lula como exemplos concretos desses paradigmas⁴⁷. De fato, existem algumas diferenças. Alguns advogam por diferenças mais sutis entre o projeto inserção internacional dos dois até então principais partidos políticos do sistema político nacional, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido dos Trabalhadores (PT) (VIGEVANI, OLIVEIRA e CINTRA, 2003)⁴⁸. Outros argumentam divisões mais profundas entre os dois projetos (VISENTINI, 2005; MONIZ BANDEIRA, 2005; CERVO, 2002).

46 A obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, de Fernando Henrique Cardoso em parceria com o sociólogo chileno Enzo Faletto (1981), ajuda a compreender em larga medida tanto a política econômica quanto as orientações de política externa dos governos tucanos. O livro é uma interpretação de Cardoso e Faletto sobre as possibilidades e limitações da economia brasileira, tanto a partir do âmbito interno quanto da posição do Brasil no sistema internacional. Em trabalho recente, Cardoso (2010) reforça os principais preceitos do seu clássico trabalho do século passado. Vale lembrar que, para o autor, o processo de internacionalização dos mercados nacionais propiciou dois grandes caminhos para os países subdesenvolvidos: ou o desenvolvimento via associação com os países desenvolvidos ou pela estagnação como resultado de uma tentativa de autonomização do país. Para Cardoso, o desenvolvimento poderia vir de condicionantes externos (finanças e cooperação internacional) e melhoria da posição de poder no tabuleiro geopolítico e geoeconômico. No entanto, tentativas de superação do subdesenvolvimento sob uma perspectiva desenvolvimentista ou marxista seriam fracassadas pois ser subdesenvolvido, em sua perspectiva, era característica estrutural.

47 A política exterior do Brasil sob o governo Collor também pode ser identificada no paradigma universalista. Entretanto, pelo curto período em comparação aos dois mandatos completos de Fernando Henrique Cardoso na presidência da república, não discorreremos aqui, em maior magnitude. Para maiores detalhes ver Hist e Pinheiro (1995) e Casarões (2014).

48 Há também certas características em comum que não necessariamente são vinculadas ao *modus operandi* da política externa implementada e sim, ao perfil do próprio mandatário. Nesse caso, tanto FHC quanto Lula se destacam na expressão “diplomacia presidencial”, ou seja, presidentes da república que possuem um perfil mais ativo na operacionalização da diplomacia, não centralizando, apenas, esse instrumento no Ministério das Relações Exteriores e/ou demais personagens e instituições que contribuem na formação da política exterior. Ver Bastos e Burges (2017) e Cawson e Power (2009).

Nosso argumento se aproxima mais da perspectiva de acentuação das diferenças em detrimento da percepção da política externa dos governos Lula como uma espécie de continuidade daquela vista no período FHC. Isso porque tais diferenças são reflexos da mudança de um bloco no poder neoliberal para um bloco no poder de caráter mais desenvolvimentista, ou, na expressão de Boito Júnior (2007), neodesenvolvimentista. A respeito do primeiro bloco, o autor argumenta:

[..] podemos afirmar que o grande capital financeiro nacional e internacional é a fração burguesa hegemônica no modelo neoliberal porque todos os aspectos da política neoliberal – o desmonte do direito do trabalho e social, a privatização, a abertura comercial e a desregulamentação financeira – atendem integralmente aos interesses dessa fração da burguesia. Com exceção do primeiro aspecto, todos os outros contrariam, em maior ou menor medida, os interesses das demais frações integrantes do bloco no poder – médio capital, burguesia de Estado, grande capital industrial [...] Acrescentemos que, além da correspondência objetiva entre os interesses do grande capital financeiro e o modelo neoliberal, verifica-se, também, a identificação política e ideológica das entidades nacionais e internacionais do capital financeiro com os sucessivos governos neoliberais no Brasil (BOITO JÚNIOR, 2007, p. 63-64)

Em relação ao bloco no poder neodesenvolvimentista, nota-se a emergência da grande burguesia interna no interior do bloco. Não somente, é possível identificar algumas mudanças nas demais classes sociais que compõem o bloco no poder, sobretudo a maior participação dos grandes sindicatos e, ao mesmo tempo, o atendimento prioritário às camadas sociais mais pobres⁴⁹. Contudo, nos asseguramos a compreender as dinâmicas dos blocos no poder às modificações circunscritas às frações burguesas, propósito do presente trabalho.

Com efeito, os governos Lula recuperaram os canais institucionais com o empresariado brasileiro, extintos ou até então meramente protocolares durante a década de 1990. Além disso, ampliou o diálogo do governo com as entidades empresariais, propiciando a formação de conselhos, participação de fóruns de discussão ligados aos empresários (DINIZ e BOSCHI, 2007). Equipou o BNDES como instrumento mais robusto de financiamento e investimentos para a burguesia interna (BUGIATO, 2016). A inserção econômica internacional do Brasil

49 Várias pesquisas em desenvolvimento somadas a uma série de trabalhos publicados, dão conta, em certa medida, do papel das demais classes e frações de classes não-burguesas na história do Brasil. Para maiores detalhes, ver Berringer (2020)

passou a servir para conquistas de mercados internacionais para os produtos brasileiros, especialmente em regiões como América Latina, África e Ásia⁵⁰.

Destaco, logo de início, aquelas que me parecem ser algumas das características importantes da atual frente política: a) essa frente é dirigida pela grande burguesia interna brasileira (BOITO, 2012); b) tal frente envolve classes trabalhadoras que se encontram excluídas do bloco no poder – baixa classe média, operariado, campesinato e trabalhadores da massa marginal c) a frente entretém uma relação de tipo populista com essa massa marginal; d) a frente se constituiu no principal recurso político do qual se valeu a grande burguesia interna para ascender politicamente no interior do bloco no poder e e) ela enfrenta, no processo político nacional, aquilo que poderíamos denominar o campo neoliberal ortodoxo (BOITO JÚNIOR, 2012, p. 03-04)

O bloco no poder neodesenvolvimentista respondeu às contradições do bloco neoliberal, atendendo de modo mais prioritário os interesses do grande capital nacional (empresários, industriais e agronegócio) bem como se aproximando dos grandes sindicatos. As políticas de geração de renda e ampliação do consumo tornaram-se grandes instrumentos de aglutinação do bloco neodesenvolvimentista. Porém, a partir do governo Dilma Rousseff, o mesmo entra em um processo de desgaste e arrefecimento.

Os efeitos da crise internacional de 2008 juntamente com equívocos da política econômica do governo foram determinantes para o desmembramento do bloco no poder neodesenvolvimentista ⁵¹. O que aconteceu foi a saída da grande burguesia interna na sustentação do bloco e, o esfacelamento do mesmo produziu a ruptura institucional que culminou a deposição da presidente Dilma Rousseff. Várias pesquisas tentaram e ainda tentam explicar tal fato histórico. Seja pela perspectiva jurídica, econômica bem como a eficiência das forças sociais do campo da direita brasileira, o ponto é que o *impeachment* em 2016 representa, na cena política, o colapso do bloco no poder neodesenvolvimentista forjado nos governos petistas. A partir dessa perspectiva, autores como Boito Júnior (2018), Danilo Martuscelli (2017), Sávio Cavalcanti (2015) e tantos outros, procuraram elucidar em detalhes como foi o processo do esfacelamento desse bloco.

50 A respeito das relações entre o bloco no poder e suas implicações na política internacional, recomenda-se o trabalho de Pinto (2010).

51 Aqui, inúmeras análises são oportunas para explicar os condicionantes, tanto do colapso econômico interno quanto dos efeitos da crise global que, naquela altura, impactou fortemente a economia brasileira. Listamos alguns: Carvalho (2018), Corsi (2016), Carneiro (2012;2017), Orair e Gobetti (2015), Rossi e Mello (2017), Dweck e Teixeira (2017), Bastos (2017), Mello e Rossi (2017).

Com efeito, a emergência do então vice-presidente Michel Temer (PMDB) à Presidência da República inaugurou, não apenas outro governo, mas também a reestruturação das alianças e pactos sociais em torno de um novo bloco no poder. Boito Júnior (2018) sintetiza tão passagem como a restauração do bloco no poder neoliberal ortodoxo. Esse, por seu turno, reposiciona a grande burguesia associada, tanto como fração hegemônica do bloco quanto a garante ainda mais prioridade em seus interesses a serem atendidos pelo Estado. As frações da burguesia interna, desde o grande quanto o pequeno e médio capital nacional, também se organizaram em apoio ao novo bloco. Entretanto, isso não significa unanimidade. Os setores ligados à construção civil, de bens de capital, máquinas e equipamentos, por exemplo, não se mostraram apoiadores do *impeachment*.

O fato é o seguinte: quando o campo neoliberal ortodoxo iniciou a sua ofensiva política restauradora, a frente neodesenvolvimentista vinha se esgarçando. Isso apareceu em diversos aspectos da cena política. Acabou o apoio unânime das grandes centrais sindicais em torno do Governo Dilma Rousseff, o Partido Socialista Brasileiro passou para o campo da oposição, o PMDB dividiu-se e uma entidade empresarial da importância da Fiesp passou, como já indicamos, do apoio ativo aos governos neodesenvolvimentistas a uma política de oposição⁷. Um ponto que mereceria uma análise à parte é o uso político da corrupção que é feito pela oposição neoliberal. O discurso contra a corrupção, muito usado na história política brasileira contra os governos desenvolvimentistas como o de Getúlio Vargas, é um discurso enganoso que ilude o observador, esconde a verdadeira natureza da crise política e neutraliza ou atrai setores das classes populares para o campo da reação. A oposição neoliberal não pode mostrar para o grande público o seu programa político real que é mais abertura da economia, mais privatização, mais desregulamentação do trabalho. Esse programa e suas consequências não são bem vistos pela maioria da população trabalhadora. Ela agita, então, um programa retórico de combate à corrupção (BOITO JÚNIOR, 2020, p.26)

No caso da burguesia interna que se voltou contra o governo, reivindicações como a diminuição do custo do trabalho, do corte tributário, de uma reforma previdenciária, políticas econômicas para facilitar a importação, controle e diminuição da inflação foram comuns, a depender dos segmentos dessa burguesia.

2.2. As diretrizes da diplomacia econômica externa na configuração do novo bloco no poder

Nesta seção, destacamos as principais diretrizes e argumentos da diplomacia econômica do governo Temer. Para isso, utilizaremos os discursos e textos dos principais personagens em referência à inserção econômica internacional do Brasil nesse período. São eles: a) o então

Presidente da República b) o primeiro chanceler do governo, José Serra c) O segundo chanceler, que substituiu Serra, Aloysio Nunes⁵².

O processo de impedimento de um Presidente da República tem um custo político expressivo. O episódio de destituição de Dilma Rousseff foi ainda mais traumático do que o de Fernando Collor de Mello. Isso porque, diferente daquele, o *impeachment* da mandatária petista foi marcado por muitas críticas. O argumento principal para a deposição foi de que a então presidenta promoveu as chamadas “pedaladas fiscais”, ou seja, um tipo de manejo contábil que o governo adota para o cumprimento de metas fiscais. Em outros termos, é alocar recursos financeiros de um determinado setor para outro, cobrindo o déficit e, posteriormente, cobrindo o saldo daquele setor inicial⁵³. Tal argumento foi, e ainda é, bastante questionável, entendido mais como um subterfúgio de motivações políticas. Naquela época, o então presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha (PMDB) foi, não apenas opositor ao governo Dilma, mas também um dos principais articuladores do *impeachment*⁵⁴.

Em 2016, Michel Temer assumiu a Presidência da República em um contexto bastante delicado. De um lado, sua posse era fruto de uma grande articulação de interesses, envolvendo o Congresso Nacional, organizações e movimentos civis equipados com recursos duvidosos, como o Endireita Brasil, Revoltados Online, Movimento Vem pra Rua dentre outros (ROCHA, 2018). Aqui, vale destacar o Movimento Brasil Livre (MBL), seu principal exemplo (AMARAL, 2015). Soma-se também certos setores empresariais como a FIESP, por exemplo,

52 Vale lembrar que Serra e Nunes, os dois ministros das relações exteriores do governo Temer, são membros importantes da cúpula do PSDB, sendo o primeiro, um dos fundadores. Outro ponto que merece ser destacado é que Serra foi ministro da Saúde e ministro do Planejamento e Orçamento nos governos FHC. Nunes, por sua vez, foi ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República e ocupou a chefia do Ministério da Justiça, também nos governos FHC.

53 “No caso do governo Dilma Rousseff, o Tribunal de Contas da União entendeu que o Tesouro Nacional teria atrasado, voluntariamente, o repasse de recursos para a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para o pagamento de programas sociais como Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida, benefícios sociais como o abono salarial e o seguro-desemprego, e subsídios agrícolas. Essas instituições faziam o pagamento com recursos próprios, garantindo que os beneficiários recebessem em dia. Ao mesmo tempo, o governo omitiu esses passivos nas estatísticas da dívida pública, postergando para o mês seguinte a sua contabilização. Com isso, as contas públicas apresentavam bons resultados que, no entanto, não eram reais.” Fonte: Agência Senado (2022).

54 Para maiores detalhes deste episódio, ver Miguel (2019) e Jinkings et. Al. (2016). Nas eleições de 2022, Eduardo Cunha, agora no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), candidatou-se a deputado federal por São Paulo, porém não foi reeleito. Uma das suas bandeiras de campanha era “tirar o PT de novo”, caso eleito para o pleito de 2023-2026 (METRÓPOLES, 2022).

e, não menos, os efeitos da Operação Lava-Jato, da atuação política de parte importante de membros do Ministério Público e Judiciário (BOITO JÚNIOR, 2020)⁵⁵.

Nesse sentido, ao tornar-se o novo mandatário, a política externa brasileira sob Temer visou diminuir a sensação do trauma político fruto do *impeachment*. Ao mesmo tempo, o discurso de superação foi pautado nos principais objetivos da emergência do novo governo: corresponder aos interesses da nova composição do bloco no poder neoliberal⁵⁶. Tal correspondência, por sua vez, materializa-se na agenda de reformas proposta pelo governo juntamente com a política econômica reduzida, em grande medida, ao ajuste fiscal das contas públicas visando o superávit primário⁵⁷.

Na verdade, a restauração do bloco no poder neoliberal é a reorganização das frações burguesas para a ampliação mais agressiva da acumulação de capital, prejudicada pelos efeitos da crise econômica internacional juntamente com os equívocos da política econômica do governo Dilma. Tal acumulação ocorre, sobretudo, pela extração agressiva da mais-valia, aprofundando as assimetrias sociais nas classes trabalhadoras.

Por certo, os discursos do novo mandatário relativos à diplomacia econômica, se resumem em quatro principais eixos: a) Defesa da ordem internacional liberal b) o universalismo como instrumento de internacionalização dos mercados brasileiros e integração regional c) Agenda de reformas e políticas econômicas de enxugamento da máquina pública d) política externa como interesse nacional e não partidário. No caso da defesa da ordem

55 A respeito dessa quadra histórica, vale lembrar os trechos interceptados da conversa entre o ex-senador Romero Jucá (MDB) com o empresário Sérgio Machado, da Transpetro. Ali, Jucá sugere a complexidade da articulação que depôs Rousseff, indicando, inclusive, participação de Ministros do Supremo Tribunal Federal (EL PAÍS, 2016).

56 Em 25 de dezembro de 2016, Temer publicou um artigo intitulado *Uma Diplomacia Presidencial a serviço do Brasil*, no jornal O Estado de São Paulo. A proposta do texto era fazer um balanço da política externa brasileira durante o seu governo. Dessa forma, o autor destaca: “Nas curtas e intensas viagens internacionais que fizemos nestes menos de quatro meses de governo efetivo, nossa prioridade não poderia ser outra a não ser resgatar a confiança no Brasil – confiança que se traduz em investimentos, crescimento e empregos. Em meio à grave crise que herdamos, tem sido essencial apresentar a agenda de reformas que estamos promovendo internamente. A diplomacia presidencial tem servido, antes de mais nada, para mostrar ao mundo que o Brasil passou a ter rumo. Nossa diplomacia presidencial tem tido, ainda, outra prioridade: transmitir nossa mensagem de compromisso inegociável com a democracia. Compromisso que se expressa em nossa vocação para o diálogo e nosso apego ao Direito.” E completa: “Ressaltamos o vigoroso momento por que passam nossas instituições democráticas – momento de renovadas demandas e de profundas transformações”.

57 O chamado “ajuste fiscal” é normalmente visto como resposta aos complexos problemas econômicos e sociais do país. No modelo ortodoxo, o ajuste fiscal sinaliza ao mercado, a responsabilidade fiscal do Estado. Consequentemente, o mercado, de modo geral, munido de confiança, produziria as condições para o investimento e crescimento econômico. O gasto público, nessa perspectiva, tende a ser mais nocivo do que positivo. No entanto, tal raciocínio carece de evidências robustas. Vários trabalhos, na verdade, questionam esse pensamento em diversos prismas. Ver Lindert (2021) e Blyth (2013).

internacional liberal, nos referimos à defesa das instituições que desenham essa mesma ordem. Daí a retificação, desde os compromissos ambientais firmados nos fóruns multilaterais quanto no combate geral às barreiras tarifárias, sanitárias e fitossanitárias na Organização Mundial de Comércio (OMC). No discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU, em 2016, o então Presidente da República afirma:

O desenvolvimento depende, também, do comércio. Em cenários de crise econômica, o reflexo protecionista faz-se sentir. Há que contê-lo. O protecionismo é uma perversa barreira ao desenvolvimento. Subtrai postos de trabalho e faz de homens, mulheres e famílias de todo o mundo – Brasil inclusive – vítimas do desemprego e da desesperança. O sistema multilateral de comércio é parte da luta contra esse mal. De particular importância para o desenvolvimento é o fim do protecionismo agrícola. Já não podemos adiar o resgate do passivo da OMC em agricultura. É urgente impedir que medidas sanitárias e fitossanitárias continuem a ser utilizadas para fins protecionistas. É urgente disciplinar subsídios e outras políticas distorcivas de apoio doméstico no setor agrícola (TEMER, 2018, p.33).

No tocante ao segundo eixo, em grande parte de suas declarações em matéria de política econômica externa, Temer destaca o viés universalista como base de atuação internacional do Brasil. Segundo ele, o universalismo seria aquilo que caracteriza a diplomacia brasileira como o verdadeiro interesse nacional. Em outras palavras, o autor entende que “é natural, portanto, que a inserção internacional do Brasil traga o signo do universalismo. Universalismo que se traduz em relações econômico-comerciais geograficamente equilibradas” (TEMER, 2018, p.128) ⁵⁸. A abordagem da inserção econômica internacional do Brasil, sob Temer, era a manutenção e ampliação das relações comerciais com a Ásia, que se resume, em larga escala, à China e ao Japão. O mercado asiático, em especial o chinês, tornou-se essencial para o fomento do agronegócio brasileiro. As relações nesses âmbitos foram colocadas em necessária importância. Ao mesmo tempo, não se nota nos discursos e textos do então presidente, iniciativas mais robustas como a reforma da arquitetura financeira internacional. Portanto, tais aproximações são específicas, restritas a certos âmbitos, não garantindo maiores vantagens em

58 Na obra *O Brasil no mundo: escritos de diplomacia presidencial (2016-2018)*, o ex-mandatário, organiza seus discursos e textos publicados em jornais por temas relacionados à política externa. Em um desses, Temer enfatiza o universalismo. Ao comentar a divisão da obra, o autor afirma (2018, p.20): “O terceiro capítulo, ‘Universalismo’, realça característica antiga da política externa brasileira que em todos os momentos procuramos revigorar. É corrente o comentário de que o Brasil é, a diversos títulos, um país grande demais para limitar-se, no campo internacional, a um grupo restrito de parceiros. E é exatamente isto: temos interesse por todos os quadrantes do mundo, temos interesses, atuais ou potenciais, em todos os continentes”.

torno de projetos mais complexos e ousados de modificações nas estruturas internacionais de poder.

Por conseguinte, a busca pela maior atuação nas instituições e fóruns internacionais por parte do governo brasileiro não corresponde à um tipo de protagonismo ou exercício de liderança, mas uma tentativa de se firmar como parceiro importante daqueles que já lideram esses espaços, em especial, os Estados Unidos. Em discurso, o que também se viu na prática, Michel Temer costumava mencionar a América Latina, de forma genérica, como região importante para o Brasil, tendo o Mercosul como instrumento necessário para a integração regional do continente. A respeito da África, o então presidente também pouco discorreu. Restringiu-se, basicamente, a destacar os laços culturais com o continente africano, bem como, a importância dos países africanos a partir da Comunidade de países de língua portuguesa.

A respeito do terceiro item, foi, talvez, o principal argumento invocado por Temer em seus discursos voltados à comunidade internacional. Nesse sentido, torna-se evidente o propósito e o grande objetivo do então novo governo: a agenda de reformas estruturais para o enxugamento do Estado combinadas com um ajuste fiscal contracionista. Por se tratar de um argumento frequente, o mesmo torna-se redundante. No entanto, faz-se necessário destacá-lo em algumas oportunidades, com o intuito de expor o reforço de Temer em apontá-lo como pilar fundamental do seu governo. Em abril de 2017, durante um jantar promovido pela Associação Cultural Brasil-Líbano e pela Câmara de Comércio Brasil-Líbano, Michel Temer verbalizou (2018, p.155-156):

O Brasil passa por momento de grandes transformações. Recebemos o País na maior crise econômica de nossa história. Agora, o momento é de superação. Agora, o momento é de encarar de frente, sem rodeios, os nossos desafios. Por isso, estamos levando adiante ambiciosa agenda de reformas. Reformas que, há muito necessárias, se tornaram inadiáveis. Nossas reformas têm duas vertentes: de um lado, ajuste das contas públicas, porque a crise que herdamos tem raiz fiscal. De outro lado, melhorar o ambiente de negócios, que sem previsibilidade e segurança jurídica não há investimentos, crescimento, empregos.

Em discurso no encontro de investidores do Conselho das Américas, em março de 2017, Temer afirmou (2018, p.243):

A origem da crise no Brasil é fiscal. Desde que assumimos o Governo, rejeitamos atalhos e escolhemos o caminho da responsabilidade: reconstruímos as relações harmônicas entre o Executivo e o Legislativo e estamos empreendendo reformas estruturais que nos devolvem à trajetória do

crescimento. Prioridade, para nós, é pôr as contas públicas em ordem. Em 2016, conseguimos aprovar emenda constitucional que limita os gastos do governo. Em 2017, temos como objetivo a reforma da Previdência.

Por fim, em abril de 2018, em seu discurso no Fórum Econômico de Davos, Temer (2018, p.197) sintetizou sua agenda de reformas:

Com coragem e responsabilidade, implementamos agenda de reformas que colocou o País de volta nos trilhos. Vejam o quanto fizemos em menos de dois anos: instituímos o teto dos gastos públicos; modernizamos nossa legislação trabalhista; atualizamos nosso sistema de ensino; criamos modelo mais previsível e racional para concessões e privatizações; reformamos o marco de exploração do Pré-Sal; aprovamos a lei de responsabilidade das estatais. E esses são apenas alguns exemplos.

No que se refere ao quarto eixo, da modulação de uma suposta política externa sem viés ideológico e de promoção partidária, o ex-presidente pouco destacou. Contudo, tanto Serra quanto Nunes abordaram a diplomacia do então novo governo dessa forma em diversas oportunidades. O argumento, bastante comum naqueles que se identificam com o ideário neoliberal e/ou por uma visão mais ortodoxa, qual seja a denominação, costumam classificar geralmente os projetos e as políticas do campo à esquerda como algo não científico, opinativo. Em outras palavras, a ideologia se encaixa, nessa perspectiva, como algo oposto à ciência e à racionalidade. Ou seja, de um lado, estão aqueles que formulam, implementam e gerenciam políticas públicas a partir de uma determinada visão de mundo – a esquerda de modo geral – e de outro estão aqueles cujo critério de formulação, implementação e gestão não são ideológicos, mas técnicos.

Além disso, o discurso em definir a política externa como instrumento de interesses partidários, também indicam a banalização dos conceitos de ideologia e partido político. Ora, a política externa de qualquer país corresponde às diretrizes burocráticas do Estado, mas também são responsivas aos projetos de um governo, este, teoricamente, produto da vontade popular. Veremos, adiante, tal eixo expresso nos discursos dos ex-chanceleres.

Por certo, o governo Temer apresentou uma agenda de reformas que se baseou em quatro pontos: a reforma trabalhista, a reforma fiscal do teto de gastos, a reforma da previdência, privatizações, flexibilização ao capital nos modelos de concessões públicas e alterações no Programa de Parcerias e Investimentos (PPI)⁵⁹. No caso da primeira, a flexibilização dos

⁵⁹ Em setembro de 2016, em reunião do Presidente da República com o presidente da CNI, o Portal da Indústria, veículo de comunicação oficial da entidade, o Portal da Indústria (2016b), veículo de comunicação oficial da entidade, destacou “a importância do programa de concessões para ampliar os investimentos estruturantes da

direitos do trabalhador garantiu a diminuição do custo-trabalho, que atende, em sua maioria, todas as frações burguesas⁶⁰. Vale destacar que as medidas governamentais de estímulo à inserção do capital privado nos projetos de modernização e infraestruturas liderados pelo Estado referem-se também ao capital externo. Em dezembro de 2018, por exemplo, Temer assinou a medida provisória em que libera por completo a participação do capital estrangeiro nas companhias aéreas brasileiras (G1, 2018). Certa vez, a respeito do papel do capital internacional no Brasil, o ex-mandatário afirmou: “O povo quer é resultado. Não importa de onde venha” (CORREIO BRAZILIENSE, 2021).

No caso da reforma da previdência, é oportuno destacar que a mesma foi aprovada sob o mandato de Jair Bolsonaro, porém foi gestada no governo anterior a este. A reforma da previdência reduz o recurso público destinado ao aposentado, reforça a transferência de renda do trabalhador ativo via tempo de contribuição. Tal reforma também atende parte expressiva das frações burguesas, em especial as do grande capital, que opera em tomadas de decisão pela suposta responsabilidade fiscal do Estado. Sob essa perspectiva, tais frações têm seus interesses atendidos.

Tanto as privatizações, as concessões quanto os programas de parcerias e investimentos foram modulados para a atração e participação do capital privado, seja nacional ou internacional. Nesse caso, as frações burguesas mais beneficiadas são aquelas ligadas ao grande capital, tanto da burguesia associada quanto da burguesia interna. Com efeito, é importante enfatizar alguns episódios envolvendo Temer e as duas das principais entidades da grande burguesia interna brasileira: a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Em maio de 2016, a CNI sugeriu ao novo governo federal, basicamente, todos os argumentos da agenda neoliberal de enxugamento do Estado, sob o foco, especialmente, na redução do custo/trabalho e custo tributário. De acordo com a própria Confederação:

As ações passam pelo ajuste fiscal, entre elas as mudanças na Previdência; por reformas na legislação trabalhista; de tributação; pelo aumento das concessões em infraestrutura; por avanços na área de comércio exterior; por melhores condições de crédito para as empresas e pela suspensão de novas obrigações

economia brasileira.” Nessa mesma matéria, destaca-se que “o presidente da CNI foi ao Palácio do Planalto acompanhado dos presidentes das federações da indústria do Distrito Federal, de Goiás, de Mato Grosso do Sul e Espírito Santo para tratar, entre outros temas, de projetos do Programa de Parceria e Investimentos (PPI)”.

⁶⁰ Em 2022, Temer escreve um texto no Portal da Indústria intitulado “O Estado Brasileiro e as reformas”, reiterando o compromisso do seu governo com a redução do custo do trabalho.

acessórias que aumentam o custo e a burocracia para as empresas [...] A Confederação reforça que, com a adoção dessas iniciativas, os empresários vão recuperar a confiança e voltar a investir. A indústria defende que as ações devem ter caráter estrutural e governantes devem evitar "atalhos", como ações populistas que vão atrasar ainda mais o desenvolvimento do país. (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2016a).

Em agosto de 2016, de acordo com o Portal da Indústria (2016c) para o presidente da CNI Robson Andrade, “O desfecho do processo de *impeachment* e a conseqüente posse de Michel Temer na Presidência da República abrem o caminho para o entendimento em torno das reformas necessárias para garantir o futuro do país”⁶¹.

Em março de 2017, a CNI se posicionou a respeito das baixas aprovações do governo Temer pela população. De acordo com a entidade: “o custo político de promover as reformas necessárias para impulsionar o crescimento do país reduziu a popularidade do presidente Michel Temer (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2017a).” Em outubro de 2018, o ex-mandatário foi agraciado pela CNI com o Grande Colar da Ordem do Mérito Industrial, homenagem mais importante prestada pela entidade a autoridades (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2018a). Em janeiro de 2019, a CNI divulgou um texto intitulado *Governo Temer encerra gestão com avanços importantes*⁶².

No caso da FIESP, apesar de a presença de Temer ter sido menos divulgada em comparação à sua aproximação com a CNI, o ex-mandatário era bem visto pelo empresariado paulista de modo geral. Em 2020, o ex-presidente foi o convidado especial do Conselho Superior de Estudos Avançados (Consea) da Fiesp. Em 2022, Temer foi convidado para assumir a presidência do Conselho Superior de Estudos Nacionais e Política (Consep) da federação (VALOR, 2022a). Observa-se também sua influência nas articulações internas da Federação, onde lhe foi atribuído a resolução do conflito envolvendo os grupos políticos de Josué Gomes, presidente da FIESP e Paulo Skaf, ex-presidente da federação⁶³.

61 Em 2018, a CNI divulgou um documento intitulado *Agenda para o Brasil sair da crise 2016-2018*, analisando os resultados das medidas indicadas a Temer para a competitividade da indústria. A entidade concluiu que o balanço foi positivo.

62 Após deixar a Presidência da República, Temer continuou como um dos principais convidados de eventos da CNI. Em abril de 2021, palestrou na abertura da missão empresarial da CNI. Um ano depois, participou do seminário de 200 anos da independência, também promovido pela entidade.

63 Ao longo de 2022, a FIESP passou por diversas tensões envolvendo os grupos políticos de empresários que participam da Federação. Parte expressiva do empresariado estava insatisfeita com o mandato de Josué Gomes na

No tocante às frações da burguesia associada, Temer também correspondeu, à agenda de prioridades dessa classe⁶⁴. Em maio de 2016, o então presidente do Goldman Sachs no Brasil, Paulo Leme, afirmou que o rumo do então novo governo, bem como da nova equipe econômica, estava correto (JORNAL DO COMÉRCIO, 2016). Após a divulgação do documento, *Uma Ponte para o Futuro*, o antigo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, 2015), atual Movimento Democrático Brasileiro (MDB), lançou as bases do então possível governo Temer. Tal documento também foi instrumento de críticas aos governos Dilma, ignorando o fato de que os emedebistas fizeram parte dessas mesmas gestões, sendo, inclusive, aliados principais. O documento foi muito bem recebido pelos analistas da XP Investimentos. Em reportagem no portal de notícias ligadas à empresa, o site Infomoney, “o programa “Uma Ponte Para O Futuro” traz é de melhor eficiência da despesa pública, um ambiente mais convidativo para os negócios, sejam eles nacionais ou internacionais e um aumento da escala comercial brasileira” (INFOMONEY, 2016).

Ainda sob a vertente do capital financeiro, é oportuno destacar também a satisfação do grande capital nacional com as políticas econômicas do governo Temer. Em maio de 2017, durante um Seminário Promovido pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), o então presidente da FEBRABAN, Murilo Portugal, “fez elogios nesta terça-feira (23) ao presidente Michel Temer e à equipe econômica e pediu a aprovação das reformas trabalhista e da Previdência” (VALOR, 2017) .

Em 2017, após diversas tensões políticas e insatisfações populares envolvendo o governo Temer, o mercado absorveu muito bem a crise política que tem abalado o governo. Isso porque Temer é o personagem da cena política, de importância conjuntural, que representa, a restauração do bloco no poder neoliberal. Tal argumento ganha força ao notarmos que “o mercado já trabalha com um final prematuro do governo Temer e traça planos para a próxima gestão” (EXAME INVEST, 2017). Nessa mesma reportagem vale destacar a declaração do

presidência da entidade. Tal insatisfação motivou a tentativa de destituição de Gomes do cargo. Em contrapartida, articula-se o retorno de Skaf à presidência. A situação ficou ainda pior durante as eleições presidenciais daquele ano, após a diretoria da FIESP liderada por Gomes assinar uma carta em defesa da democracia, em um evento na faculdade de direito da Universidade de São Paulo. Tal carta foi interpretada pelos adversários de Josué Gomes, em sua maioria simpatizantes ao então candidato Bolsonaro, como um apoio indireto à campanha do presidente Lula. Nesse sentido, em vista do que foi noticiado, Temer contribuiu para a costura de um tipo de acordo de paz desses grupos políticos.

64 Apesar de não se resumir a entidade “mercado” dos noticiários econômicos da imprensa, é possível indicar esse “mercado” como expressão dessa classe.

economista André Perfeito, então sócio da Gradual Investimentos na época. Segundo Perfeito, “A permanência ou saída do presidente Temer é irrelevante, porque o que importa é que a equipe econômica deve permanecer e todos agora estão interessados na aprovação ou não das reformas”.

De fato, a declaração de Perfeito se mostrou correta. No âmbito da cena política, ao final de 2018, o governo Temer encerra e dá lugar a um novo governo, comandado por Jair Bolsonaro. Contudo, tal mudança se deu mais pela aparência do que pela essência. Estruturalmente, houve um aprofundamento do bloco no poder, uma vez que agora, diferentemente de Temer, passou pelo crivo eleitoral. Em dezembro de 2018, Temer sinalizou que Bolsonaro daria continuidade às suas políticas (AGÊNCIA BRASIL, 2018) e afirmou que o ex-capitão do exército faria um “governo extraordinário”. A justificativa, segundo o político paulista: “não só pelo que revelaram nas suas falas, mas pela história de Bolsonaro e dos que compõem sua equipe”(FOLHA DE SÃO PAULO, 2018a).

Em julho de 2019, Temer declarou: “o governo Bolsonaro vai bem porque está dando sequência ao meu” (BBC BRASIL, 2019). Em janeiro de 2022, ao avaliar o governo do ex-deputado federal, Temer manteve a opinião: “Bolsonaro deu sequência ao que fazíamos” (PODER 360, 2022)⁶⁵. Em suma, é possível notar que a agenda de reformas juntamente com a política econômica do governo Temer visou atender, no seu conjunto, os interesses prioritários do grande capital das frações burguesas.

Em complemento aos discursos de Michel Temer, destacamos as diretrizes da política econômica externa deste governo a partir da proposta do ex-ministro das Relações Exteriores José Serra, apresentada em seu discurso de posse em maio de 2016. Naquele momento, o político paulista estabeleceu dez diretrizes para a condução da diplomacia brasileira. De modo geral, procurou deixar claro que a política externa brasileira tomaria um rumo bem diferente das gestões petistas. Logo na primeira diretriz, Serra sinaliza o que escrevemos acerca do quarto eixo. Diz o chanceler (2016, p.222).

A diplomacia voltará a repetir de modo transparente e intransigente os legítimos valores da sociedade brasileira e os interesses de sua economia, a

65 Nas eleições presidenciais de 2022, correu a informação de que Temer havia decidido apoiar publicamente a candidatura de Bolsonaro à reeleição. Posteriormente, o político paulista desmentiu (CONGRESSO EM FOCO, 2022). No entanto, em resposta à nota de Temer desmentindo o apoio explícito à Bolsonaro, porém destacando que votaria no candidato que continuasse as reformas do seu governo, o ex-capitão declarou ter recebido apoio, mesmo que velado, de Temer (CNN BRASIL, 2022).

serviço do Brasil como um todo e não mais das conveniências e preferências ideológicas de um partido político e de seus aliados no exterior. A nossa política externa será regida pelos valores do estado e da nação, não do governo e jamais de um partido.

Na segunda, na terceira e na quarta diretriz, Serra enfatiza o compromisso da diplomacia brasileira com a ordem liberal internacional, destacando o compromisso com valores democráticos, regimes e instituições internacionais, bem como os direitos humanos e cuidado ambiental. Na quinta diretriz, reforça o papel do Brasil na OMC, visando a liberalização comercial e a eliminação de barreiras protecionistas. Vale destacar um trecho dessa diretriz, na qual o chanceler aponta, ainda que não diga explicitamente, a volta da estratégia de inserção internacional do Brasil via dependência associada dos governos tucanos.

Mas essas negociações, infelizmente, não vêm prosperando com a celeridade e a relevância necessárias, e o Brasil, agarrado com exclusividade a elas, manteve-se à margem da multiplicação de acordos bilaterais de livre comércio. O multilateralismo que não aconteceu prejudicou o bilateralismo que aconteceu em todo o mundo (SERRA, 2016, p.224)

Na sétima diretriz, Serra promete reforçar o caráter de livre comércio do Mercosul, aproximando-o da Aliança do Pacífico. Na oitava diretriz, o chanceler estende a parceria do Mercosul para a União Europeia, Estados Unidos e Japão. Em comparação aos discursos de Temer, é importante notar que Serra também pouco discorre sobre a América Latina, resumindo-a como uma relação entre Mercosul e Aliança do Pacífico. Com efeito, Serra defende (2016, p.224):

No mundo de hoje não se protege, do ponto de vista comercial, com tarifas. Se protege com barreiras não tarifárias. Quero dizer que o Brasil nesse sentido é o mais aberto do mundo. Nós não temos nenhuma barreira não tarifária, ao contrário de todos os outros que se apresentam como campeões do livre comércio. Com os Estados Unidos, confiamos em soluções práticas de curto prazo, eu repito, para a remoção de barreiras não tarifárias, e de regulação que entorpecem o intercâmbio.

É possível notar que o discurso do político paulista sugere mais um apoio à atuação norte-americana na promoção do livre-comércio do que um posicionamento mais autônomo do país no sistema econômico internacional, valendo-se da defesa do livre-comércio em relação aos produtos que o Brasil é competitivo a priori⁶⁶. Apesar de Serra não explicitar o termo

⁶⁶ É necessário destacarmos que o Brasil, sendo um país inserido estruturalmente na condição de país periférico, também exerce atuações de alguma forma “imperialistas” acerca de Estados mais subdesenvolvidos, em especial na América Latina. Na verdade, existe um debate sobre o suposto imperialismo brasileiro ou a existência de uma atuação imperialista de um país subdesenvolvido. Alguns afirmam que a concepção de imperialismo é restrita aos condomínios de poder dos Estados desenvolvidos. Isso porque, no capitalismo, o imperialismo para além de uma

imperialismo, a defesa do livre-comércio como objetivo geral de inserção internacional é uma forma de adesão e aceitação às expressões do imperialismo contemporâneo.

Na nona diretriz, Serra pontua o continente africano e os BRICS como eixo de atuação nas relações sul-sul do Brasil. Sobre o primeiro, o então chanceler afirma que “ao contrário do que se procurou difundir entre nós, a África moderna não pede compaixão, mas espera um efetivo intercâmbio econômico, tecnológico e de investimentos” (SERRA, 2016, p.225). Tal argumento sugere que a política externa brasileira para a África era pautada por um certo tipo de política de caridade⁶⁷. Na última diretriz, nota-se claramente o viés neoliberal da nova condução da política externa brasileira.

É preciso investir no aumento constante da competitividade e da produtividade. Daí a ênfase que será dada à redução do custo Brasil, mediante a eliminação das distorções tributárias que encarecem as vendas ao exterior e a ampliação e modernização da infraestrutura por meio de parcerias com o setor privado, nacional e internacional (SERRA, 2016, p.226).

A economia política liberal, compreende o desenvolvimento econômico pela lógica da produtividade do ponto de vista quantitativo e não qualitativo. Em outras palavras, defendem o aumento da produtividade e ignoram a diversificação da estrutura produtiva. O que Serra diz acima é buscar o aumento da competitividade daqueles produtos que o Brasil já tende a ser mais competitivo. Dessa forma, o chanceler sinaliza, basicamente, à grande burguesia interna ligada ao agronegócio. Além disso, compreende a modernização da infraestrutura brasileira com a necessidade do grande capital privado. Ao pontuar a natureza nacional ou internacional, sinaliza tanto para a grande burguesia interna quanto para a associada. Vale apontar que as “parcerias com o setor privado” são um tanto amplas. Ou seja, de que forma ocorreriam tais parcerias?

dinâmica do próprio sistema, caracteriza, também, um Estado como desenvolvido. No Brasil, a ideia de imperialismo brasileiro, ou também conhecido como subimperialismo, ganhou força nos chamados teóricos da dependência de viés marxista, tendo como principal expoente o economista Ruy Mauro Marini. Para maiores detalhes, ver Santos (2018). Ao mesmo tempo, é importante salientar que a defesa do livre-comércio, na prática, se manifesta mais como linguagem do que necessariamente como concepção estratégica. Em outros termos, países, em especial os desenvolvidos, advogam pelo livre-comércio de modo geral, porém o defendem apenas segmentos que lhes são convenientes. Ou seja, mercados livres para a ampliação da exportação e conquista de mercados internacionais e barreiras protecionistas para aqueles segmentos em que tais Estados não são competitivos, garantindo, assim, vantagens governamentais às suas respectivas plataformas de produtos e serviços que se inserem em baixa competitividade (CHANG, 2002; 2007)

⁶⁷ Ao mesmo tempo, esse trecho guarda alguma relação com uma expressão do senso comum e despolitizada, do “não dar o peixe, mas ensinar a pescar”.

Poderiam ser tanto da condução do processo de modernização quanto da própria financeirização e especulação do mesmo.

Em março de 2017, Aloysio Nunes assumiu o ministério das Relações Exteriores. Seguindo as diretrizes apresentadas por Serra, já era previsto que Nunes tivesse uma atuação semelhante, inclusive pelo viés partidário dos mesmos. Em seus discursos, o segundo chanceler efetivo do governo Temer, reforçou os trechos aqui destacados dos discursos do ex-presidente e do ex-ministro. Dessa forma, destacamos e faremos alguns comentários, de um discurso de Nunes em específico: sua participação na abertura da VI Conferência sobre Relações Exteriores (CORE), realizada em Brasília, 8 de novembro de 2017. Aqui, Nunes reforça o viés universalista da política externa brasileira pós-PT, enfatiza a inserção econômica internacional do Brasil voltada ao aumento da produtividade e competitividade. Contudo, vale destacar outro trecho que indica a atuação da diplomacia brasileira via dependência associada:

O Brasil não enxerga a globalização como ameaça ou fenômeno intrinsecamente deletério. Reconhecemos, sim, os desafios derivados da aceleração da integração de uma economia global competitiva, mas não acreditamos que se combatam os eventuais efeitos indesejáveis da globalização por meio do protecionismo, do isolamento e do retraimento. Buscamos maior integração com a economia global pela via da abertura negociada de mercados (NUNES, 2017, p.20).

No entanto, foi em um artigo publicado na Revista *America's Quartely*, que Nunes mostrou-se mais explícito na defesa de um ordenamento neoliberal sob o novo governo. Nesse texto, criticou duramente o populismo latino-americano, associado a práticas do campo da esquerda, e a advogou a irresponsabilidade que líderes carismáticos têm na máquina pública, a pretexto de uma suposta defesa de interesses populares (NUNES, 2017)⁶⁸.

2.3. Os resultados da política externa do governo Temer na governança econômica internacional

Não obstante, o que se viu na prática foi uma política externa pouco expressiva e apática. De fato, reforçou e atuou nas principais discussões presentes na comunidade internacional como direitos humanos e meio ambiente. No entanto, tal atuação não ensejou uma liderança brasileira

⁶⁸ Um trecho oportuno a ser destacado: “President Michel Temer’s administration has been laying the groundwork for sustainable growth through a reform agenda that is designed to lead to a more efficient state and a more competitive economy: capping public spending, making the labor market more flexible, streamlining the pension system, tamping down inflation, creating a reliable business environment, inviting foreign investment, and restoring consumer confidence.” (NUNES, 2017).

nesses temas. Tampouco representou algum novo arranjo que ampliasse o poder dissuasório do país.

No âmbito da América do Sul, houve a suspensão da Venezuela como país-membro do Mercosul, patrocinado pelo governo brasileiro. Nessa época, o Brasil, enquanto importante líder latino-americano, também perdeu a oportunidade em mediar os conflitos e promover a paz entre os venezuelanos e a comunidade internacional⁶⁹. Pelo contrário, entrou em conflito diplomático com a Venezuela, endossando as críticas do governo norte-americano ao país. No âmbito do bloco regional, Temer não conseguiu avanços significativos. O acordo Mercosul-União Europeia não se concluiu, tendo como uma das justificativas, as falhas na proteção do meio ambiente por parte do Brasil, apesar do discurso de compromisso à causa.

No caso do continente africano, conforme também destacamos anteriormente, não avançaram em termos de políticas econômicas de integração regional, apesar do discurso de Serra. As relações com o continente africano ocorreram, basicamente, pelo viés discursivo de aproximação histórica e cultural com a região. Conforme aponta Vilella (2021, p. 1107):

Durante o governo Temer, realizou-se apenas duas visitas presidenciais ao continente, uma a Cabo Verde e outra à África do Sul, ocorridas no último ano de seu governo, em 2018. Todavia, nem mesmo essas buscaram algum objetivo político específico, mas sim apenas o cumprimento de agenda de compromissos internacionais. Portanto, o continente africano teve com o processo de impeachment uma perda das políticas integracionistas entre os continentes e os Estados que foram adotadas pelos governos anteriores, retornando a posição de recebimento de pouca ou nenhuma atenção

Apesar de a China ser o maior parceiro comercial desde 2009, Temer visitou o país duas vezes: uma no evento do G20 financeiro e a outra na Cúpula dos BRICS. Ou seja, não realizou nenhuma visita em termos de compromisso bilateral com o governo chinês. Nos fóruns econômicos multilaterais do G20 financeiro, por exemplo, o mandatário teve tímida participação. Mal parecia que Temer era o chefe de Estado do maior e mais importante país da América Latina. Em 2016, o anúncio oficial do encontro do G20 financeiro omitiu o nome de

69 Em 2017, o Brasil juntamente com outros países, formalizaram o chamado “Grupo de Lima”, com o objetivo de buscar uma solução pacífica à questão venezuelana. No entanto, avaliamos que a posição do Brasil foi aquém, enquanto liderança regional, na condução das discussões gestadas no grupo. Além disso, o Grupo de Lima, ao longo dos anos, foi se distanciando do seu discurso inicial de resolver a crise venezuelana a partir de ajuda humanitária e promoção da passividade. A influência dos Estados Unidos contribuiu para esse distanciamento. Em 2019, o então vice-presidente americano Mike Pence participou do encontro do Grupo de Lima. Naquela época, os EUA sob o governo Trump já haviam manifestado possibilidades mais agressivas à Venezuela, incluindo ações militares. Dessa forma, a participação de Pence no encontro foi vista como uma inclinação do grupo ao discurso trumpista.

Temer e o novo posto de Presidente da República, o indicado apenas como um “líder brasileiro” (SPUTNIK BRASIL, 2016) Apesar de tal episódio possuir uma série de interpretações, o fato é que, simbolicamente, se mostrou negativo.

Com efeito, tal percepção negativa se reforçou a posição do então presidente brasileiro na foto oficial dos chefes de Estado. Temer ficou no canto da foto, isolado do núcleo principal dos líderes mundiais (DW, 2016). No encontro do G20 em 2017, Temer, a princípio, foi esquecido do evento que contava com a participação da imprensa mundial. Em seu lugar, constava o então ministro da fazenda Henrique Meirelles (UOL ECONOMIA, 2017)⁷⁰. Além disso, em sua estadia para o evento, não realizou nenhum encontro bilateral com outro chefe de Estado (SCHREIBER, 2017).

Portanto, a emergência de Temer à Presidência da República representa a configuração política do bloco no poder neoliberal ortodoxo. Boito Júnior (2020) advoga que tal bloco também representa uma exclusão mais acentuada das frações de classe populares. As classes médias, munidas pelo antipetismo, foram muito menos contundentes nas críticas ao governo Temer, mesmo que esse também tenha apresentado índices pífios de aprovação⁷¹.

2.4. Algumas considerações sobre a política externa do governo Bolsonaro

Ao assumir a presidência do Brasil em 2019, Jair Bolsonaro leva diversos analistas a concordarem que agora, inicia-se algum tipo de ruptura com a história da nova república brasileira. Inúmeros trabalhos procuraram examinar os impactos do bolsonarismo no aparato institucional do Brasil, nos mais variados segmentos. Destacamos alguns, como, por exemplo, a) as modificações nas relações executivo-legislativo, as novas dinâmicas do chamado presidencialismo de coalizão, b) as coalizões para a construção do desenho orçamentário público e, portanto, o papel do Estado em responder às demandas sociais c) a economia política e macroeconômica do novo governo d) a inserção internacional do Brasil.

De fato, ao longo do governo Bolsonaro, a relação executivo-legislativo ganhou, progressivamente, novos contornos. A projeção do popularmente conhecido “orçamento

70 Inicialmente, Temer havia declinado da participação no encontro do G20 financeiro em 2017. Mudou de ideia posteriormente e compareceu.

71 Em dezembro de 2018, segundo o Datafolha, o governo Temer tinha uma aprovação de 7%. Em maio daquele ano, o IBOPE identificou uma aprovação de apenas 4% (MODZELESKI, 2018).

secreto”, modificou a densidade da influência do governo federal no congresso nacional, ocasionando em maior autonomia individual dos deputados e, conseqüentemente, maior poder de barganha⁷²(FARIA, 2022). Ao mesmo tempo, a emergência expressiva de parlamentares vinculados à extrema-direita, bem como a diminuição do número de políticos mais à esquerda eleitos no Congresso Nacional nas eleições de 2018, também modificou o tabuleiro político nacional (NICOLAU, 2020).

Com efeito, esse novo peso no poder dissuasório do legislativo federal implicou na definição orçamentária e, mais ainda, nas classes e frações de classe beneficiadas com esse orçamento. Ao delegar maiores recursos aos deputados federais, o governo pôde avançar em sua agenda neoliberal e na destruição do que existia em termos de socialdemocracia no Brasil (ISTOÉ, 2018; RESENDE e DWECK, 2022). Dessa forma, houve, por um lado, o constrangimento orçamentário em áreas de forte impacto no bem-estar da população e, por outro, a fragilização e insuficiência no cumprimento das políticas públicas. Conforme observam Silva e Teixeira (2022, p.12), “A anarquia orçamentária do governo Bolsonaro é o resultado da destruição da política. Há causas estruturais, contudo, que perpassam governos e que aumentam os custos de transação orçamentários e dificultam a arbitragem do conflito distributivo”.

No âmbito da economia política e do modelo macroeconômico, o agravamento do neoliberalismo tornou-se a característica elementar do novo governo. A princípio, já estava precificado o declínio dos índices de bem-estar social (BOLSONARO, 2018). Por conseguinte, os indicadores atestam essa queda (OREIRO e PAULA, 2021; CORSI, 2022; SCHUTTE et. al., 2022).

No âmbito da política internacional, o ex-capitão do Exército indicou mudanças significativas, levando muitos analistas a sugerir uma mudança de rumo e, mais ainda, uma ruptura das linhas mestras do pensamento diplomático brasileiro e da história da política exterior do Brasil (SPEKTOR, 2019; LIMA e ALBUQUERQUE, 2019; SARAIVA e ALBUQUERQUE, 2022). Outros enfatizam o lado ideológico da diplomacia do governo Bolsonaro a partir da ascensão de outros líderes de extrema direita no contexto do

72 Os efeitos do “orçamento secreto” implicam também, em larga escala, nos governos municipais, aumentando a dependência de prefeitos a recursos específicos de deputados federais. Tal situação, não apenas produz maiores incertezas na solidez da formação do orçamento municipal, como também contribui para os determinantes do voto em certos redutos eleitorais. Esse expressivo recurso adicional e pouco transparente foi criticado tanto à esquerda quanto à centro-direita (HARTUNG, MENDES E GIAMBIAGI, 2022).

questionamento à ordem liberal internacional (GUIMARÃES e SILVA, 2021; CASARÕES e FARIAS, 2021; WEHNER, 2022). Há também uma ampla leitura do bolsonarismo e suas expressões no contexto do fascismo e/ou neofascismo (RICUPERO, 2022).

Todos esses trabalhos são de fundamental importância. No entanto, é preciso destacar que toda essa temática está circunscrita nas estruturas do desenvolvimento capitalista em nível mundial. Dessa forma, os tópicos destacados acima não podem ser resumidos à cena política, mas devem ser compreendidos pelos desdobramentos estruturais do próprio capitalismo (PASSOS, 2021). Assim, enfatizamos duas dimensões estruturais: no âmbito nacional, a nova fase do bloco no poder neoliberal ortodoxo formado pelas contradições do governo Rousseff e pela emergência de Temer. No âmbito mundial, a posição do Brasil, como Estado periférico, no desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e das relações de força e hegemonia, especialmente no âmbito geoeconômico, dos EUA e China (PASSOS, 2020; PASSOS, 2022; PASSOS e ALVES, 2021).

Nessa seção, trataremos da diplomacia do governo Bolsonaro. Isso significa que deixaremos de lado, *a priori*, as discussões mais específicas sobre populismo, fascismo, bem como os apontamentos daquilo que vem se compreendendo por extrema-direita na ciência política. No último capítulo, nos comprometemos a discorrer sobre tais elementos, no intuito de apontar as limitações e as debilidades produzidas pelo bolsonarismo na tentativa do Brasil em aderir à OCDE.

Com efeito, elencamos um argumento inicial: houve um processo de um tipo de privatização da política externa brasileira sob governo Bolsonaro (CRUZ, 2019; PASSOS, 2022b). Em outras palavras, a diplomacia do Brasil foi utilizada, e também mediada, por interesses pessoais e eleitoreiros. Por conseguinte, no plano de governo em 2018, Bolsonaro sintetiza um Brasil cujo objetivo principal é destruir tudo aquilo que for associado à esquerda. Em termos da concepção de política internacional, é essencial destacar o artigo “Trump e o Ocidente” publicado em 2017 pelo diplomata, que viria a se tornar ministro das relações exteriores, Ernesto Araújo. Aqui, temos, talvez, a noção preliminar do que viria a ser o chamado lado ideológico da nova diplomacia brasileira.

Nosso argumento parte do princípio de que a política externa do governo Bolsonaro foi expressão direta do bolsonarismo enquanto força política e social. Não obstante, autores importantes que identificam a vertente ideológica como um dos pilares da diplomacia brasileira

sob Jair Messias. Em contrapartida, advogamos que, em essência, essa é completamente ideológica, ao passo que os outros pilares, são fruto da agenda de interesses definida na estruturação do bloco no poder neoliberal ortodoxo. Assim temos dois grandes campos de análise: o bloco no poder que fundamenta o governo Bolsonaro e o bolsonarismo, como corrente ideológica neofascista de extrema-direita, que permeia o primeiro. Vale destacar que tais campos possuem relações complexas, complementares e contraditórias, o que não nos compete o esforço analítico, na presente tese, de compreendê-la em todos os seus prismas. Em outras palavras, se a política externa do governo Bolsonaro carrega esses dois campos, a entrada do Brasil na OCDE leva a mesma dualidade.

Na perspectiva bolsonarista, conforme salienta Araújo (2017) a civilização judaico-cristã está sob ameaça. Combinando elementos do pensamento político de Samuel Huntington (1996) e de Olavo de Carvalho (2012;2013), o ex-chanceler argumenta que o mundo oriental, via islamismo, Rússia e China, somado ao “marxismo cultural”, têm produzido um esfacelamento dos valores cristãos do ocidente. Em sua interpretação, seria Donald. Trump, no comando do governo norte-americano, a força principal para impedir tal desdobramento. Dessa forma, a política externa do governo Bolsonaro teria um objetivo ainda maior do que o interesse nacional: a defesa do interesse ocidental. Em outros termos, Bolsonaro atuaria como personagem fundamental em apoiar Trump nessa guerra civilizatória. Políticas de promoção de igualdade de gênero, direitos homoafetivos e afins, proteção ambiental seriam mecanismos para a destruição da família tradicional, e o papel biológico e social do homem e da mulher, especialmente pelos dois primeiros pontos⁷³.

No caso da defesa do meio ambiente, esse seria um instrumento dos globalistas para um tipo de ditadura normativa mundial, no qual os Estados nacionais perdem gradualmente sua soberania, e, por consequência, sua identificação própria de povo e território. O que se sugere defender é a tentativa de utilizar a ordem liberal internacional, por parte das organizações

73 Organizações Não Governamentais voltadas aos temas ambientais e de direitos humanos, em sua maioria, também seriam instrumentos para a destruição dos valores da civilização judaico-cristã. Na verdade, há uma série de elementos que serviriam para essa construção artificial do declínio do mundo ocidental, inclusive pelas próprias elites financeiras do capitalismo. Conforme observa Casarões (2019, p.249): “Isso se dá, especialmente, pelas mãos das elites meta-capitalistas – as poucas famílias que detêm controle sobre as grandes fortunas mundiais, e que se articulam no Clube de Bilderberg, no *Council on Foreign Relations* e na Comissão Trilateral – que financiam organizações não-governamentais, fundações empresariais, partidos políticos e governos na defesa de pautas progressistas e identitárias ligadas ao ambientalismo, aos direitos de minorias, ao secularismo e a uma suposta “ideologia de gênero”

oriundas dessa ordem (ONU e OMS por exemplo) como um espaço para o desenvolvimento de uma ditadura global que padronizará os valores sociais e destruiria a cultura e a identidade nacional. Para a extrema-direita de modo geral, o “marxismo cultural”, que seria a verdadeira identidade do globalismo, ao destruir os valores judaico-cristãos, ele conseqüentemente destruiria os pilares morais e sociais do capitalismo, implementando, assim, o comunismo em escala global. Voltaremos a tratar desse tópico em maiores detalhes no último capítulo, ao discorrermos dos arranjos de constrangimentos domésticos e internacionais que impediram o ingresso do Brasil na OCDE.

Contudo, a visão do sistema internacional pela extrema-direita bolsonarista implicou no comportamento econômico diplomático do país. Passos e Santana (2018, p.92-94) compendiam, ainda no ano eleitoral, as possíveis movimentações de Bolsonaro, como presidente da república, em matéria de política externa. Vejamos: a) medidas completamente favoráveis aos Estados Unidos, à gestão Trump e ao capital financeiro; b) Ruptura de relações com Cuba ; c) A promessa de realização da transferência da embaixada brasileira para Jerusalém e a intenção em reconhecê-la como capital de Israel; d) Ataque ao Acordo de Paris, que contém cláusulas e metas ambientais; e) possível retirada de cláusulas e barreiras econômicas e comerciais, o que pode incidir em maior abertura e vulnerabilidade da economia brasileira; f) O discurso pela criação de um “novo Itamaraty”, baseado em parcerias políticas e econômicas supostamente destituídas de motivações ideológicas. Conforme apontado, há indícios de resistência do corpo diplomático nacional ao alinhamento aos Estados Unidos, política já adotada no governo Temer; g) Defesa de políticas contrárias às minorias, indígenas, e à maioria negra; h) Propostas em torno da retirada ou facilitação de barreiras para o capital financeiro, incluindo a independência do Banco Central; i) Ênfase em relações e acordos bilaterais e não em iniciativas multilaterais; j) Abandono da prioridade da diplomacia de diversificação de relações com o Terceiro Mundo, Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e União de Nações Sul-Americanas (UNASUL); k) Com conseqüências de difícil mensuração, a retirada do país da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), classificadas como “inúteis”; l) saída do Pacto Global de Migração a partir de 2019; m) Distanciamento político-econômico em relação à República Popular da China e aproximação com Taiwan, visitada por Bolsonaro quando candidato.

Em nossa análise da diplomacia do governo Bolsonaro, elencamos o eixo de análise principal, as relações Brasil e EUA. A partir daqui, examinaremos, em linhas gerais, as relações internacionais do Brasil nesse período. Nosso objetivo, nesse ponto, é indicar os caminhos da diplomacia brasileira que levaram o Brasil a se tornar um ator internacional menos relevante. Outros pontos, por certo, ficarão de fora. Porém, nosso intuito é elucidar as singularidades da diplomacia bolsonarista e, ao mesmo tempo, apontar certa continuidade daquilo que identificamos em Temer.

As relações Brasil-EUA ganharam contornos nunca antes vistos na história brasileira. Mais do que um relacionamento de Estados, era um elo ideológico e de completa subserviência, por parte do ex-capitão. Destacamos alguns episódios que exemplificam o argumento. Em 2017, o então deputado federal prestou continência à bandeira norte-americana em um evento em Deerfield Beach, na Flórida. Em novembro de 2018, já eleito Presidente da República, Bolsonaro se reuniu com John Bolton, Conselheiro de Segurança Nacional do então Presidente Trump⁷⁴. Na data, o ex-deputado federal, ao ter o primeiro contato com o assessor norte-americano, cumprimentou-o prestando continência (ESTADÃO, 2018). Simbolicamente, denota-se submissão, sendo ainda mais agravada por se tratar de um presidente da república e de um assessor⁷⁵. Em maio de 2019, Bolsonaro repetiu o gesto, prestando continência, novamente, para a bandeira dos EUA. Em julho de 2020, o então embaixador dos EUA no

74 Após romper relações com Trump e sair do governo, John Bolton escreveu um livro em que relata os bastidores da Casa Branca acerca das relações internacionais dos EUA no período em que atuou como Conselheiro de Segurança Nacional. A obra em questão foi percebida pelo circuito trumpista como perigosa à imagem do então presidente norte-americano. Assim, o executivo federal tentou impedir a publicação do livro, sem sucesso. A justiça americana havia concedido autorização a Bolton, por concluir que, àquela altura, o material já estava disponível nas dezenas de redações editoriais e prontos para a entrega, ou seja, já era tarde demais. Na época, o juiz Royce Lamberth, apesar de ser o responsável pela autorização, criticou duramente Bolton, ao reconhecer que o livro, carregado de detalhes de inúmeros episódios presenciados e percepções do mesmo, poderiam prejudicar os EUA (NEW YORK TIMES, 2020). Na obra de quase 600 páginas, há apenas duas menções ao presidente Bolsonaro. Uma a respeito da reunião do mandatário brasileiro com Trump e outra, do encontro do autor com o ex-capitão em 2018. Destoando da essência do livro, Bolton pouco desenvolveu sobre os dois episódios. No caso do seu encontro com Bolsonaro, Bolton sequer expressou opinião sobre o ex-presidente brasileiro, simplesmente mencionando, assim, o episódio em si (BOLTON, 2020). Tal informação é relevante no intuito de compreendermos a importância de Bolsonaro para o governo Trump e, conseqüentemente, para a política externa dos EUA.

75 Um episódio conhecido dos estudiosos de relações internacionais foi a declaração do ex-chanceler argentino Guido di Tella, no governo Menem (1991-1999). Na ocasião, Tella afirmou que a Argentina pretendia manter relações “carnais” com os EUA. A forma de se expressar do ex-chanceler implicava na busca por um tipo de proximidade muito maior com o governo americano do que se havia até então. Costumava-se lembrar desse acontecimento para ilustrar o nível de submissão e dependência da Argentina ou de um tipo de postura que um Estado soberano não deveria ter ao lidar com outro Estado. Ao analisarmos as relações do Brasil e EUA a partir de Jair Messias, tanto como então candidato presidencial quanto já mandatário da república, o episódio envolvendo Guido di Tella parece muito menos significativo.

Brasil, Todd Chapman, declarou que o Estado brasileiro poderia ser prejudicado pelos EUA caso permitissem a entrada da rede 5G, da empresa chinesa Huawei (O GLOBO, 2020). Ao longo de sua estadia no Brasil, trabalhou fortemente para impedir o acesso da tecnologia chinesa no país⁷⁶. Um ano depois, em julho de 2021, o mesmo embaixador recebeu medalha da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, a mais alta condecoração que o governo brasileiro concede a um estrangeiro. Em junho de 2021, em um dos momentos mais agudos da pandemia do Covid-19, Bolsonaro e Chapman estiveram juntos em um churrasco na embaixada norte-americana (O GLOBO, 2021)⁷⁷.

No que se refere à relação do ex-mandatário brasileiro com Donald Trump, é visível a vassalagem, por parte do primeiro e certo desprezo, por parte do segundo. O senso comum costuma se referir a Bolsonaro como uma espécie de “Trump dos trópicos” em analogia às semelhanças entre os dois líderes reacionários. Se Araújo identificava o novo governo eleito em 2018 como um apoio fundamental na guerra dos EUA, sob Trump, em defesa da civilização judaico-cristã, o ex-presidente americano parecia não enxergar da mesma forma. Em janeiro de 2019, na cerimônia de posse da Presidência da República, Trump não veio prestigiar o mandatário brasileiro a quem o considerava um “exemplo” (MARTÍ, 2017)⁷⁸.

Em março de 2019, Bolsonaro faz sua primeira viagem como chefe de Estado ao exterior. O destino, rompendo a tradição diplomática brasileira da visita à Argentina como primeiro país, foram os EUA. Na ocasião, Bolsonaro declarou que, “pela primeira vez, um Presidente brasileiro que não é antiamericano chega a Washington” (EL PAÍS, 2019)⁷⁹. O objetivo central

76 De acordo com o colunista Lauro Jardim (2020), Chapman atuou como lobista, junto ao governo Bolsonaro, para beneficiar a candidatura de Trump à reeleição. Na data, o embaixador agiu para que o executivo federal isentasse as tarifas de importação sobre o etanol norte-americano. O Estado de Iowa é o maior produtor de etanol nos EUA e é considerado, na ciência política americana, como um *swing state* (GREEN, 2021). *Swing state* se refere aos Estados mais voláteis em termos de preferência eleitoral, ou seja, tendem a oscilar entre democratas e republicanos ao longo da história das eleições presidenciais. Da mesma forma que existem esses Estados, há também aqueles mais inflexíveis, como, por exemplo, o Texas, que se inclina majoritariamente ao Partido Republicano e Nova York, ao Partido Democrata. O argumento de Chapman era de que a vitória de Trump seria benéfica a Bolsonaro. Em agosto daquele ano, o Brasil aceitou conceder isenção tarifária sobre o etanol americano. Como justificativa, o governo brasileiro afirmou que tal medida era uma contrapartida para facilitar o acesso do açúcar nacional no mercado dos EUA (COLETTA, 2020).

77 Na ocasião, todos os participantes, em especial o mandatário brasileiro, posaram para fotos com a ausência de máscara e sem distanciamento social. Três dias depois, Bolsonaro foi diagnosticado com Covid-19.

78 O então vice-presidente americano Mike Pence também não participou. O representante dos EUA na cerimônia foi o ex-secretário de Estado Mike Pompeo.

79 O deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do ex-presidente, atuou, ao longo do mandato do pai, como uma espécie de representante diplomático informal do governo. Antes do encontro de Jair Messias com Trump, Eduardo ajudou na organização de um jantar em Washington, no qual participaram, dentre outros nomes, o ex-assessor

do encontro era estipular um entendimento comum sobre a situação venezuelana. Não obstante, tratou-se também, da possibilidade de ingresso do Brasil na OCDE. Tal questão será analisada em maiores detalhes no último capítulo. Contudo, é oportuno salientar que Trump indicou apoio verbal à entrada do Brasil na organização contanto que o governo brasileiro renunciasse a condição de tratamento na OMC como país em desenvolvimento.

Durante a estadia no território americano, Bolsonaro assinou um decreto isentando a necessidade de visto por norte-americanos, japoneses, canadenses e australianos⁸⁰. Bolsonaro fez tal concessão aos EUA sem qualquer contrapartida. Na data, a estimativa era de que o Brasil deixaria de arrecadar R\$60 milhões (PRAZERES, 2019). Nos costumes da diplomacia, é incomum a concessão de vantagens ou benefícios sem alguma equivalência por parte do interlocutor. Quando isso acontece, o entendimento geral é, de certo modo, sujeição ao Estado beneficiado.

É oportuno salientar que, na viagem aos EUA, Bolsonaro se reuniu com a então diretora da Central de Inteligência Americana (CIA), Gina Haspel. Nomeada por Trump após Pompeo assumir a secretaria de Estado, Haspel é conhecida por ser uma operadora de prisões secretas e mandatária de torturas. Em audiência no congresso americano, a diretora da CIA não negou as ações, porém não as reconheceu como tortura. Inicialmente, a reunião com Haspel não foi publicada na agenda oficial do presidente brasileiro, mantida, portanto, em sigilo. No momento da reunião, constava-se que o ex-capitão estava em agenda para assuntos privados (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019a)..

Posteriormente, o Planalto divulgou o encontro de Bolsonaro com a diretora, após a publicação de Eduardo Bolsonaro nas redes sociais, informando que o mandatário e sua comitiva – vale destacar a presença do então ministro da justiça e segurança pública Sérgio Moro - estavam a caminho da sede da CIA. Segundo o Planalto, conteúdo da reunião foi relativo a questões de combate ao narcotráfico, ao crime organizado e fortalecer ações de

trumpista Steve Bannon, o escritor Olavo de Carvalho, o ex-chanceler Ernesto Araújo, o presidente Bolsonaro e seu filho. No evento, o mandatário brasileiro resumiu o objetivo do novo governo: “O Brasil não é um terreno aberto, onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos de desconstruir muita coisa, de desfazer muita coisa para depois recomeçarmos a fazer” (MARIN, 2019)

⁸⁰ Em março de 2023, o novo governo Lula retomou a cobrança de vistos desses países. De acordo com dados do executivo federal, não houve aumento do número de turistas no Brasil, inclusive indicando algumas quedas, a partir da isenção dos vistos por Bolsonaro. Dessa forma, o propósito da medida não se realizou, ao passo que o país deixou de acumular receita proveniente de verba estrangeira (PERES, 2023).

inteligência a partir do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do gabinete institucional da presidência da república e de outros órgãos do governo federal⁸¹.

Com efeito, após a divulgação da presença de Bolsonaro na sede da CIA, o porta-voz do governo, o general Otávio Rêgo Barros, declarou que a ida do presidente à agência era apenas uma “visita de cortesia” (LEITE, 2019). No mesmo dia da visita de Bolsonaro à CIA, o governo brasileiro assinou o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, que discorreremos adiante.

Em julho de 2019, Bolsonaro afirmou, em referência a Trump, estar “a cada dia mais apaixonado por ele” (CARVALHO e FERNANDES, 2019). Em setembro daquele ano, ao cumprimentar o mandatário americano na Conferência da ONU em Nova York, o ex-capitão declarou “*I love you*”. “É bom te ver de novo” disse Trump, em resposta ao presidente brasileiro (ISTOÉ, 2019). Em outubro de 2019, o governo norte-americano enviou uma carta à OCDE, manifestando apoio à entrada da Argentina e da Romênia na organização (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019b). Apesar de o governo brasileiro ter aceitado abdicar do *status* de país em desenvolvimento da OMC, Trump não declarou apoio formal ao ingresso do país na OCDE (G1, 2019). Em agosto de 2019, os EUA declararam o Brasil como aliado extra- OTAN. Dessa forma, o Brasil seria “comprador preferencial de equipamentos e tecnologias militares dos Estados Unidos, além de participar de leilões organizados pelo Pentágono” (AGÊNCIA BRASIL, 2019). É possível notar que as supostas vantagens conseguidas por Bolsonaro a partir da sua relação com o Trump foram circunscritas a interesses geoeconômicos e geopolíticos. Foi o Estado americano, e não o oposto, que estabeleceu as vantagens e os benefícios nas relações internacionais entre Brasil e EUA.

Ao longo da gestão Bolsonaro, a busca pelo multilateralismo ou por iniciativas mais autônomas no ambiente internacional pouco tiveram efeitos concretos. No caso dos BRICS, Bolsonaro discursava, em linhas gerais, sobre a importância do grupo, necessidade de buscar o desenvolvimento, mas nada além disso. Na verdade, o ex-mandatário brasileiro inclinou o Brasil para uma condição mais periférica em termos da importância do país no grupo. Em

81 A visita do ex-capitão à CIA causou mal-estar na Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Em primeiro lugar, Bolsonaro visitou a CIA antes de comparecer à entidade. Na verdade, não é comum a ida de um chefe de Estado a uma sede de inteligência de outro Estado. Assim, a percepção geral dos estudiosos e operadores de política internacional é de estranhamento a esse tipo de episódio. A visita do presidente brasileiro à CIA em detrimento da ABIN, foi vista como um desprestígio à entidade brasileira. Em segundo lugar, a ausência do diretor geral da ABIN Janer Tesch na comitiva de Bolsonaro à entidade norte-americana reforçou essa percepção (VALENTE, 2019).

janeiro de 2021, pouco tempo antes de deixar o cargo de Secretário de Estado, Mike Pompeo elogiou Bolsonaro por se afastar dos BRICS (IG ECONOMIA, 2021). No que diz respeito ao continente africano, pouco temos a observar em termos de desenvolvimento. Não por menos, em fevereiro de 2023, após deixar o cargo de Presidente da República, Bolsonaro criticou a intenção do novo mandatário Lula em reaproximar o governo brasileiro dos países africanos. Na visão do ex-presidente, são Estados que nada têm a oferecer ao Brasil (UOL POLÍTICA, 2023). De acordo com Nadir et. al. (2022, p.163):

Não há no atual governo o esforço presidencial para a construção de uma nova agenda para o continente africano. Como é possível observar, as intervenções do presidente em Angola e África do Sul não tinham relação com a política externa, mas com a base política de Jair Bolsonaro que atuava internacionalmente. Entretanto, atores governamentais e privados, envolvidos com as redes do agro brasileiro, apontam para as oportunidades no continente africano, apostando no potencial de terras agriculturáveis no que ainda não foram exploradas ou foram subexploradas devido à falta de técnicas adequadas para a produção de gêneros de exportação. Diante da constituição da área de livre comércio na África, as agendas de empresas estatais como a Embrapa e de grupos do agro convergem para impulsionar uma nova projeção brasileira sobre o continente.

No tocante ao regionalismo-sul americano, Paulo Guedes, pouco antes de assumir o ministério da economia, declarou que o Mercosul não era prioridade para o Brasil (AGOSTINE e RAMALHO, 2018). Ao longo dos 4 anos, o governo Bolsonaro atuou no bloco no sentido de flexibilizá-lo para o Brasil ampliar sua cooperação internacional por acordos bilaterais (MÁXIMO, 2021). Houve também uma tentativa de avanço nas negociações Mercosul com a União Europeia, que não se concretizou. O governo brasileiro também procurou reduzir as amarras do país com o bloco, especialmente em matéria tributária (AYRES, 2021). Com efeito, os ciclos eleitorais na América do Sul, produzindo vitórias dos candidatos mais à esquerda, gerou desincentivos à uma maior atuação do Brasil no bloco (MARINGONI, 2022). Aquilo que já não era prioridade, tornou-se ainda mais distante das preocupações da diplomacia brasileira.

Em dezembro de 2019, o mandatário norte-americano declarou, por surpresa do Brasil, que retomaria imediatamente as tarifas de importação do aço e alumínio do brasileiro⁸². Na semana anterior ao anúncio, Paulo Guedes esteve em Washington, em visita oficial, representando o governo brasileiro. O tema do retorno tarifário sequer foi mencionado pelo

⁸² Na ocasião, Trump acusou o Brasil e a Argentina de desvalorizarem suas moedas e, conseqüentemente, prejudicar a indústria norte-americana.

ministro da economia (AMARAL e ANDRADE, 2019). Na época, Bolsonaro afirmou que telefonaria para Trump, no intuito de convencê-lo a não tomar tal atitude. De acordo com Ernesto Araújo, o então presidente não efetuou o telefonema. A iniciativa de Trump foi vista com muita preocupação pelo empresariado brasileiro do setor. “O Instituto Aço Brasil (IABr), que representa os produtores da liga no país --entre eles Gerdau, Usiminas e CSN-- afirmou que recebeu com ‘perplexidade a decisão de Trump” ’ (UOL ECONOMIA, 2019). Apesar da preocupação dos principais produtores de aço e de alumínio do Brasil, o ex-chanceler Araújo havia dito, na ocasião, que a atitude do então presidente americano não era preocupante e que o governo brasileiro deveria aproveitar o momento para entender a situação ⁸³ (AMARAL, 2019).

Ainda em dezembro daquele ano, entrou em vigor o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos. O acordo previa a exploração da base militar de Alcântara, no Maranhão, para atividades e operações espaciais pelos EUA⁸⁴. Conforme analisa Berringer et. al. (2022, p.115):

O acordo fere a soberania brasileira, pois não permite que o Estado brasileiro controle as importações no local, proíbe o acesso de funcionários do Estado ao local e limita o uso do recurso do aluguel da base, que não pode ser direcionado para desenvolvimento e aperfeiçoamento do Programa Espacial Brasileiro. Com isto, cede-se um território estratégico e abre-se mão de um projeto nacional de desenvolvimento de tecnologia. Em abril de 2021, foram definidas as quatro companhias que irão operar o centro de lançamento de foguetes. São elas: Hyperion (EUA), Orion Stat (EUA), Virgin Ast (EUA) e C6 Launch (Canadá)

Em 2020, a disseminação do coronavírus SARS-CoV-2, responsável pela COVID-19, ganhou projeção global. Inúmeras adversidades eclodiram, sobretudo no âmbito sanitário, social e econômico. Em paralelo, o discurso anticientífico também ganhou força, expressado, majoritariamente, pelas forças políticas de extrema-direita ao redor do mundo. No caso do Brasil e dos EUA, a narrativa de que a periculosidade do vírus era superestimada, proliferou

⁸³ Em janeiro de 2020, Trump assinou a autorização para o aumento de tarifas de aço e alumínio, porém deixou o Brasil de fora. Na data, Bolsonaro havia dito que o mandatário americano havia entendido a necessidade de poupar o governo brasileiro da medida (ESTADO DE MINAS, 2020).

⁸⁴ Outro episódio importante: a visita do conselheiro de segurança nacional Robert O’Brien, ao Brasil. Segundo Berringer et.al (2022, p.74): “A visita teve como mote o anúncio da celebração de três acordos bilaterais, contidos na chamada “Agenda da Prosperidade”. Os acordos se colocam na área comercial e política e podem indicar muito sobre o tipo de aliança entre os dois governos. As negociações versam sobre facilitação de comércio, boas práticas regulatórias e medidas anticorrupção, e foram celebradas em meio ao pior índice da relação comercial Brasil-Estados Unidos dos últimos 11 anos, que teve queda de mais de 25% em 2020, em função dos efeitos da pandemia do coronavírus”.

rapidamente. Nessa perspectiva, as recomendações da OMS, dos ministérios e secretarias de saúde dos Estados nacionais, de modo geral, eram, na verdade, uma forma de estabelecer um tipo de ditadura em escala mundial. Os usos de máscaras de proteção, álcool em gel e do distanciamento social, por exemplo, foram tratados como uma iniciativa, por parte dos globalistas, de determinar o comportamento das pessoas, retirando-as da liberdade. O debate sobre o direito individual e da liberdade no contexto da adoção de medidas no combate ao vírus teve projeção nos veículos de comunicação da extrema-direita. Trump e Bolsonaro minimizam a gravidade da COVID-19 e afrouxaram as medidas sanitárias de combate ao vírus.

No caso do Brasil, a destruição promovida pela COVID-19 foi ainda pior do que nos EUA. Tal situação foi de tamanha gravidade que o governo Trump, mesmo com o descaso no enfrentamento da pandemia, criticou o Brasil pela conduta no combate ao coronavírus (FIGUEIREDO, 2020). Naquele ano, Trump foi derrotado por Joe Biden em sua tentativa de reeleição para presidente da república. Não obstante, o mandatário brasileiro manifestou apoio à candidatura do republicano (PARAGUASSU, 2020). Nas linhas de etiqueta do comportamento diplomático, é extremamente vulgar um chefe de Estado manifestar opiniões de preferência eleitoral se tratando de outro país.

Após a eleição presidencial americana, Bolsonaro foi um dos últimos chefes de Estado a reconhecer a vitória do candidato democrata. Tradicionalmente, a comunidade internacional reconhece e cumprimenta o vitorioso das eleições presidenciais como uma forma de reconhecer o resultado e a legitimidade do processo eleitoral. Bolsonaro, por seu turno, demorou mais um mês para manifestar a Biden qualquer gesto nesse sentido⁸⁵. Em março de 2023, durante seu discurso na Conferência Anual de Ação Política Conservadora em Washington DC, Bolsonaro disse, em tom de orgulho, ter sido o último chefe de Estado a reconhecer a vitória de Biden (PODER 360, 2023).

Por certo, a derrota de Trump foi um revés significativo para os governos de extrema-direita no mundo, em especial, para a gestão Bolsonaro. Ainda como candidato, Biden criticou a política de proteção ambiental do Brasil (MENDES, 2022)⁸⁶. Em junho de 2022, Bolsonaro

⁸⁵ Biden tampouco deu a entender que detinha algum reconhecimento da importância de Bolsonaro. Com efeito, não houve visita ao Brasil, principal país sul-americano, na primeira viagem do novo secretário de Estado Antony Blinken à América do Sul (BALAGO, 2021).

⁸⁶ No que se refere ao posicionamento do país nas organizações e fóruns internacionais, ainda como candidato à presidência, Bolsonaro afirmou que, se eleito, retiraria o Brasil da ONU (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018a). Em

se reuniu com Biden durante a IX Cúpula das Américas em Los Angeles⁸⁷. Ali, já estava visível a suavidade do discurso do ex-capitão, ressaltando o compromisso do Brasil com o meio ambiente, a lisura eleitoral, e a importância permanente de aproximação dos dois países (VILELA, 2022). Apesar da suavidade das declarações de Bolsonaro, não foi possível apontar práticas e afirmações semelhantes do presidente brasileiro em solo nacional. O presidente brasileiro também minimizou sua estadia na Rússia, indicando a razão da viagem devido à importância do Brasil, como grande exportador de alimentos e de vital necessidade mundial. No início de 2022, pouco antes da eclosão da guerra entre Rússia e Ucrânia, Bolsonaro foi recebido pelo presidente russo em Moscou. A justificativa da viagem era melhorar as relações comerciais dos dois países, especialmente no tocante à importação de fertilizantes russos. Na ocasião, o governo norte-americano criticou a visita do mandatário brasileiro ao país, afirmando que “o momento não poderia ser pior” (BULLA, 2022).

As afinidades ideológicas entre Trump e Bolsonaro não se refletiram nas relações internacionais entre Brasil e EUA. Ao longo da gestão do ex-capitão do Exército como Presidente da República, não houve melhoria expressiva para os interesses brasileiros. Na verdade, o que podemos notar foi uma subordinação ao Estado norte-americano sem precedentes na história do Brasil. Tal relação de submissão, ainda que aparentemente, menos evidente, também se manteve sob a gestão do novo presidente Joe Biden⁸⁸. Não obstante, vale salientar a visita, em julho de 2021, do diretor da CIA sob a gestão Biden, William Burns ao presidente Bolsonaro e outros membros importantes do governo (COLETTA, 2021). Apesar da

junho de 2020, nos primeiros meses após a eclosão da pandemia do COVID-19, o mandatário afirmou que o governo brasileiro poderia deixar a OMS, o que acabou não acontecendo. Na época, Bolsonaro acusou a organização de atuar de forma partidária e ideológica (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020). Logo após as eleições de 2018, na mesma linha de Trump, indicou que o país poderia se retirar do Acordo de Paris sobre o Clima, o que também acabou não acontecendo. Conforme observa Casarões (2019, p.256), “o deputado Eduardo Bolsonaro, elo de ligação da família do presidente-eleito com o antiglobalismo, chegou a publicar um vídeo, em janeiro de 2018, reproduzindo argumentos negacionistas do clima com trechos de vídeos do professor Ricardo Felício, da USP, conhecido pelo seu combate ao “climatismo”, e de Olavo de Carvalho. Por outro lado, o argumento de Bolsonaro é mais pragmático e diz respeito aos supostos riscos que o acordo poderia causar à soberania brasileira, fazendo referência ao fato de que o acordo apoiaria a preservação de um suposto “Tripló A”, corredor ecológico ligando Andes-Amazônia-Atlântico”

87 Essa foi a primeira reunião entre os dois chefes de Estado. É oportuno recordar que Biden assumiu a presidência dos EUA em janeiro de 2021.

88 Em junho de 2022, Bolsonaro teria pedido ajuda a Biden para ser reeleito presidente. O ex-capitão afirmou ao mandatário americano que a vitória de Lula seria contrária aos interesses dos EUA (MARTIN, 2022). Chade (2022a) por sua vez, destacou que a informação do pedido de Bolsonaro foi recebida no Itamaraty como constrangimento e vergonha.

proximidade da equipe de Bolsonaro, e o próprio presidente, com a gestão Trump, as relações de vassalagem não podem ser resumidas apenas à figura do ex-chefe de Estado dos EUA. Na verdade, são relações frutos de uma complexa teia de conexões e acordos que perpassam por várias instituições do Estado americano⁸⁹.

A agenda de interesses das frações de classe do bloco neoliberal ortodoxo, apresentou-se como uma forma de limitação das expressões eleitoreiras da diplomacia do governo Bolsonaro. Por exemplo, a promessa de transferir a embaixada brasileira de Jerusalém para Tel Aviv não foi cumprida. Na época, a ideia era agradar ao público evangélico do ex-capitão. Contudo, tal ação implodiu as relações comerciais do Brasil com os países árabes, grandes importadores de alimentos do mercado brasileiro. Apesar do discurso beligerante em relação à China, Bolsonaro não revisou as relações comerciais com o governo chinês que, segundo o ex-mandatário brasileiro, estaria “comprando o Brasil” (SENRA, 2019). Por seu turno, logo no início de seu mandato, o ex-capitão indicou a possibilidade de vender estatais brasileiras para a China (ÉPOCA, 2019). Com efeito, ao longo do mandato do ex-deputado federal, o Brasil, na verdade, tornou-se ainda mais dependente do Estado chinês (CASADO, 2022).

No que tange à retórica, são diversos os discursos anti-China e anticomunista de Bolsonaro e de sua equipe⁹⁰. Em março de 2020, Eduardo Bolsonaro acusou os chineses de omitirem informações sobre o coronavírus e culpou o Partido Comunista Chinês pela pandemia (VIEIRA, 2020). Em 2021, o assessor de assuntos internacionais de Bolsonaro, Filipe Martins, se refere pejorativamente à Coronavac, vacina produzida pelo Butantan em parceria com a chinesa Sinovac, como “vacina xing ling”.

Ao longo do seu período como chanceler, Ernesto Araújo também atacou o país em vários momentos (ZARUR, 2021). Tais ataques motivaram uma série de iniciativas chinesas para a destituição de Martins e do embaixador brasileiro do governo (MEGALE, 2021). Os

89 Moniz Bandeira (2011;2010a; 2010b; 2009; 2007) analisa as relações Brasil e EUA, a partir dessa complexidade dinâmica no âmbito histórico.

90 Um caso curioso, logo no início do governo Bolsonaro, foi a viagem de deputados e senadores bolsonaristas à China. O propósito, segundo os parlamentares, era conhecer a tecnologia chinesa de sistema de reconhecimento facial, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho das forças de segurança pública. Na data, Olavo de Carvalho criticou a iniciativa, argumentando que a adoção da tecnologia chinesa seria entregar todas as informações dos cidadãos brasileiros ao governo chinês. Em complemento, chamou os congressistas de “analfabetos”, “palhaços” e “caipiras”. Posteriormente, os parlamentares se sentiram traídos por Olavo, pelo qual a maioria “tinha o maior apreço” (REBELLO, 2019). A situação dividiu o público bolsonarista nas redes sociais e os parlamentares, por sua vez, foram chamados de “comunistas”, por parte do eleitorado do ex-capitão.

ataques de Araújo à China, somados à sua postura geral como Ministro das Relações Exteriores, se tornaram um obstáculo para Bolsonaro em sua relação com os chineses e também com os senadores brasileiros. A pressão para a demissão de Araújo foi praticamente consensual no Senado Federal, o que acabou ocorrendo em março de 2021 (ORTIZ,2021). No caso do assessor presidencial, Bolsonaro não o demitiu. Todavia, Martins entrou em reclusão no noticiário político nacional, especialmente após ser flagrado fazendo um suposto gesto supremacista branco em uma sessão do Senado Federal (MENDONÇA, 2021).

Do ponto de vista da análise de política externa do governo Bolsonaro, considerando o bloco no poder neoliberal, a diplomacia pouco avançou enquanto instrumento de respostas à agenda de interesses dessas frações de classe. Por conseguinte, outros elementos como a economia política e o próprio bolsonarismo, como força política e social, foram mais significativos. Em outros termos, existe certo hiato entre o resultado da diplomacia econômica do Brasil na gestão Bolsonaro e os interesses das frações de classe. O bloco de poder neoliberal avançou sob o governo do ex-capitão, sobretudo com o trunfo da vitória eleitoral, elemento inexistente no período Temer. No entanto, por mais que haja esse avanço, especialmente no âmbito da concentração de renda e agravamento da condição de exploração do trabalho, Bolsonaro não desenvolveu a política externa brasileira. Ou seja, não conseguiu inserir o país em amplos e densos acordos de cooperação internacional, como pretendem os liberais, nem adotou um protagonismo mais autônomo, como buscam os desenvolvimentistas. A política externa brasileira operou mais no sentido de atender um público bolsonarista, do que a partir de uma política de Estado de avanço na inserção internacional do país.

Até aqui, tratamos dos condicionantes domésticos para o entendimento da política externa do Brasil, bem como o desenvolvimento da diplomacia brasileira no sistema internacional. No próximo capítulo, nosso foco de análise muda para a tentativa de compreender a OCDE enquanto organização internacional. Desse modo, examinaremos a organização, a princípio, em uma perspectiva histórica e, posteriormente, em sua forma de atuação com a comunidade internacional e sua de dinâmica interna de funcionamento.

CAPÍTULO III: A OCDE: história, ideologia e funcionamento

3.1. A OCDE e a ordem internacional liberal

A emergência do sistema de Bretton Woods se traduz na grande iniciativa em responder às modulações geopolíticas e geoeconômicas do, ainda incompleto, século XX. Em apenas 45 anos, vários fenômenos propiciaram essas transformações, como a ascensão da Alemanha

nazista, a revolução soviética, as duas grandes guerras mundiais e, conseqüentemente, os efeitos de reconfiguração geográfica, possibilitando o surgimento de novos atores internacionais. Houve o fracasso das iniciativas anteriores em busca de uma estabilidade mundial a partir da criação de mecanismos internacionais de resoluções de conflitos. A Liga das Nações não logrou êxito em obter a paz mundial, delegando, assim, novas tratativas em elaborar uma resposta mais efetiva com esse objetivo.

Nesse sentido, o sistema de Bretton Woods não se resumiu apenas em uma única instituição, mas em uma série de aproximações institucionais, que colocaram em pauta temas como a paz, desenvolvimento econômico e cooperação internacional. Do ponto de vista econômico, três iniciativas merecem destaque: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional de Reconstrução e Fomento (BIRD) e o Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT)⁹¹. A Europa, destruída com a segunda guerra mundial, tornou-se a debilidade central do funcionamento do capitalismo. Os EUA perderam seus principais parceiros econômicos e estratégicos para o seu projeto de instauração da *pax americana*, ampliando seu exercício de hegemonia em escala mundial. A URSS, agora como a grande potência do oriente, buscava concentrar e expandir seus poderes para além das suas fronteiras nacionais e o que restou da Alemanha, foi dividido, também, naquilo que restou para o mundo. Dois grandes núcleos de poder que, agora, regravam as relações internacionais.

O diagnóstico estava feito: reconstruir a Europa era fundamental para garantir a existência do capitalismo como principal sistema econômico, garantir a implementação da *pax-americana* e frear o expansionismo soviético. A crise financeira de 1929, por sua vez, dava sinais do impacto global das crises do sistema capitalista e, conseqüentemente, da possibilidade de surgimentos de novos ciclos de acumulação alheio aos interesses norte-americanos. Era preciso controlar, ainda que estranho essa ação fosse para os ideólogos do livre-mercado, institucionalmente, a economia liberal. Na verdade, “tratava-se, portanto, de erigir um ambiente econômico internacional destinado a propiciar um amplo raio de manobra para as políticas nacionais de desenvolvimento, industrialização e progresso social” (BELLUZZO, 1995, p.12).

91 O BIRD tornaria-se conhecido, nas décadas seguintes, como Banco Mundial. O GATT, por sua vez, acompanhando a evolução da complexidade do comércio mundial, viria a se tornar a Organização Mundial de Comércio (OMC) em 1995.

O Plano Marshall, criado pelos norte-americanos para financiar a reconstrução dos países europeus, não seria suficiente. Apesar da importância da ação do governo americano, foi preciso que houvesse, também, a criação de mecanismos institucionais que garantissem a sustentabilidade desses investimentos e, mais ainda, a existência de canais de financiamento que não se resumiam a apenas um Estado. O que os EUA certamente compreenderam foi a necessidade da partilha do ônus do financiamento, uma vez que a reconstrução europeia deveria ser, para além do interesse nacional americano, um interesse e uma responsabilidade coletiva dos próprios Estados europeus (WOLFE, 2009). Se o diagnóstico estava feito, era preciso executar as medidas. Do ponto de vista econômico financeiro, os objetivos poderiam se materializar nos seguintes pontos, conforme aponta Garlipp (2001, p.120):

Primeiro, a instituição de um sistema de padrão ouro-divisas, mediante o qual cada nação poderia manter suas reservas em ouro e também em uma moeda reserva, livremente conversível em ouro [...]. Segundo, a principal moeda-reserva passa a ser o dólar, cuja conversibilidade em ouro, à cotação fixada, tem garantia do Tesouro dos Estados Unidos frente os bancos centrais estrangeiros. Terceiro, a adoção de um sistema de taxas de câmbio fixas, mas ajustáveis, devendo cada país-membro declarar a paridade de sua moeda em dólares, ou em ouro [...]. Quarto, a aprovação de uma disposição transitória permitindo ajustes eventuais de até 10% dos valores iniciais, sendo que as alterações maiores só seriam realizadas com aprovação do FMI, e desde que o país-membro apresentasse um balanço de pagamentos em *desequilíbrio fundamental*. Quinto, a correção de desajustes temporários e cíclicos dos balanços de pagamentos dos diferentes países, através de linhas de crédito do FMI aos países-membros deficitários. Além desses pontos, aprova-se uma cláusula de *moeda escassa*, nunca posta em prática, prevendo punições para os países que viessem a apresentar persistentes superávits nos seus balanços de pagamentos e não revalorizassem suas moedas. Finalmente, se prevê a conversibilidade das moedas após um período transitório.

Dessa forma, cada instituição teve um papel essencial. O FMI e o BIRD, atuaram de modo semelhante ao Plano Marshall, porém de caráter institucional. O GATT, por sua vez, atuou para a diminuição das barreiras comerciais entre os países europeus e pela facilitação do comércio. No entanto, também era consenso que, dada a complexidade da situação, era preciso uma múltipla atuação e coordenação dessas instituições (LEIMGRUBER e SCHUMELZER, 2017). Nesse sentido, chegaram a acordo, na Conferência sobre a Cooperação Econômica Europeia em julho de 1947, para a criação do Comitê para a Cooperação Econômica Europeia (CCEE). Os EUA aprovaram a iniciativa proposta pelos europeus, o que ajudou a endossar a ideia de tornar o Comitê, uma instituição permanente. De um lado, havia aqueles que advogam

por um arranjo supranacional, como Estados Unidos e França⁹². De outro, Reino Unido, Suíça e Suécia, defendiam a criação de um aparato institucional intergovernamental. Pelas dificuldades na consolidação de consensos a respeito de uma iniciativa supranacional, os europeus optaram pelo mais possível e, assim, transformaram o CCEE em OECE, em abril de 1948⁹³.

A OECE se estruturou em uma série de Comitês de avaliação e acompanhamento de políticas e iniciativas governamentais. Esses comitês compunham o conselho executivo da instituição. Além disso, a OECE contava com um secretariado, que fazia o papel diplomático/político da organização, bem como traçava suas linhas gerais de atuação. Com efeito, a OECE era uma organização singular quando comparada às demais instituições de Bretton Woods: não possuía mecanismos de financiamento como o Banco Mundial ou o FMI. Não estabelecia regramentos e condutas nas relações comerciais como o GATT (HENDERSON, 1996). Nesse sentido, a OECE atuava no sentido de dar objetividade aos investimentos e às iniciativas de solidificação do sistema monetário e financeiro mundial. Essa atuação, por sua vez, partia da supervisão e arbitragem de políticas governamentais para a reconstrução da Europa. Em outras palavras, era preciso dar luz, indicando o necessário e prioritário, ao fluxo monetário permitido no Plano Marshall e às demais iniciativas das outras instituições para garantir a melhor forma de reconstruir o continente europeu.

No âmbito do comércio a OECE agiu na promoção de políticas que aprofundaram a liberalização do comércio europeu. O GATT concentrou-se, em especial, na redução tarifária. No caso da OECE, sua ação foi mais no âmbito quantitativo, ou seja, na exploração das possibilidades de aprofundamento das relações comerciais (GODINHO, 2018). Tais possibilidades foram exemplificadas por fomento à acordos multilaterais, preferências comerciais à produtos de países-membros da OECE. A operacionalização da organização, nesse sentido, contribuiu muito para a diminuição do custo de importação por parte dos norte-americanos, que adquiriam grande parte do mercado dos países europeus como forma de garantir a demanda dos empresários e investidores do continente.

92 Essa ideia não foi de todo abandonada. No final da década de 1950, a Europa, já lidando positivamente com os resultados e operacionalizações das instituições de Bretton Woods, instituiu a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Em 1993, a CEE somada à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), resulta na União Europeia.

93 A princípio, os EUA e Canadá integraram a organização como membros observadores. Posteriormente, tornaram-se membros associados.

Na verdade, o papel da organização foi, como um todo, fruto da participação do governo norte-americano na estruturação da mesma. No artigo 4º da convenção que cria a OECE, por exemplo, previa a necessidade de criação de um sistema de pagamentos multilaterais (OEEC, 1948). Nesse período, a organização ensejou esforços para a solidificação econômica e financeira da região. Apoiou a criação da União Europeia de Pagamentos (UEP) e colaborou com o Banco de compensações internacionais para garantir maior liquidez e conversibilidade monetária do sistema financeiro europeu. Em 1950, a OECE instituiu o Código de Liberalização do Comércio, que estipulou a conduta para a ampliação do comércio de bens e, no ano seguinte, em 1951, do comércio no setor de serviços (ABDELAL, 2007). No final da década, em 1959, a OECE estendeu o código de liberação também para o mercado de capitais.

Por certo, a OECE logrou em cumprir os seus objetivos e atendeu a tarefa de supervisionar a reconstrução da Europa a partir da integração comercial, econômica e financeira. Tal sucesso na coordenação e supervisão das políticas governamentais dos países europeus, levou a discussão sobre o avanço geográfico do trabalho da OECE. Em outros termos, a avaliação dos resultados da OECE motivou a ampliação da atuação da organização, tornando-se uma organização de amplitude mundial. Os novos contornos da Guerra Fria e a construção de arranjos de poder regionais instaurados pelos soviéticos, potencializaram essa transformação.

A proposta previa que a nova organização contribuiria na disseminação de valores disseminados pela ordem internacional liberal, de democracia, liberdade e desenvolvimento econômico. Dado o novo alcance da organização, o entendimento também foi da ampliação dos temas de trabalho que existiam na OECE. Dessa forma, “em contraponto à OECE, centrada nos desafios internos de países europeus, a nova organização foi estabelecida com objetivos mais amplos e a partir de vocação universal [...]” (GODINHO, 2018 p.27). Em setembro de 1961, os países-membros da OECE fundam a nova organização: a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Em linhas gerais, a OCDE manteve a particularidade de sua antecessora, seu funcionamento a partir da supervisão e recomendação de políticas públicas com intuito de garantir a prosperidade da comunidade internacional. Do ponto de vista das análises acerca da organização, os estudiosos de economia política internacional algumas percepções: de um lado, há os que compreendem a OCDE como uma organização recomendadora e promotora de políticas públicas mais independentes, e ideologicamente, ao longo das décadas, a instituição

vai caminhando em direção ao ideário neoliberal, muito no sentido de adaptação às transformações históricas mundiais (FORTES, PEREIRA e RAMOS, 2021; GAYON, 2017). Outros analisam as mudanças da organização em decorrência da complexidade e multiplicidade das suas produções científicas e comitês de trabalho (GODINHO, 2018; ZOHAR, 2018). De outro, há aqueles que defendem que, apesar da metamorfose que a organização vem passando desde a década de 1960, ela conserva o ideário neoliberal (RUCKERT, 2009; BERGH, DACKEHAG, RODE, 2016) Em nossa perspectiva, nos aproximamos mais dessa última percepção que, ao longo deste capítulo, apontaremos os motivos.

Há também uma terceira percepção, mais próxima da corrente construtivista das teorias de relações internacionais, cujo viés neoliberal não é o balizador da análise. Em outras palavras, esses autores entendem que a OCDE alcançou um nível elevado de complexidade institucional, que não cabe mais identificar algum tipo de uniformidade na organização (ENKLER, SCHMIDT, ECKHARD, KNILLA e GROHS, 2016). Nessa perspectiva, a diversidade de funcionários, comitês de trabalho, a ampliação de países-membros, as modificações históricas, a inclusão de estudos sobre países subdesenvolvidos e combate à pobreza e afins, impossibilitaram que a organização tivesse um entendimento ideológico uniforme, diante de todas essas questões (DEACON e KAASCH, 2009; PORTER e WEBB, 2004).

Nesse caso, o estudo da OCDE não pode ser tratado enquanto totalidade, cabendo aos pesquisadores, análises específicas do secretariado, comportamento da organização frente às transformações históricas, ou departamentos específicos da própria OCDE. Apesar de não compartilharmos dessa perspectiva, alguns episódios reforçam esse entendimento. Talvez, o principal deles tenha sido o destaque do Grupo de Trabalho 3 (WP3), vinculado ao Comitê de Política Econômica da Organização⁹⁴. Por sua vez, esse grupo, em comparação aos demais, era mais restrito e composto por burocratas de relevância significativa dos governos dos países membros. Além disso, possuía uma importância maior na formulação e discussão de temas como crescimento econômico, balanço de pagamentos e políticas cambiais. Em outros termos, o WP3 tinha o objetivo de liderar uma coordenação internacional de políticas econômicas governamentais⁹⁵ (CARROLL e KELLOW, 2011).

94 O grupo existe até os dias atuais, ainda considerado como um dos mais importantes da organização. Atualmente é composto por EUA, Canadá, Japão, Alemanha, Inglaterra, França, Itália, Bélgica, Suécia e Países Baixos

95 Apesar da importância do WP3 e do reconhecimento da comunidade estatal na produção científica e coordenação internacional de políticas públicas, o grupo não teve o mesmo sucesso em mobilizar as políticas

Em princípio, o grupo atuou em parceria com o G10, grupo das dez maiores economias, vinculado ao FMI. Em 1975, com o surgimento do G7, o WP3 perdeu a expressividade que detinha no âmbito dos estudos do sistema financeiro internacional e desenvolvimento econômico mundial (YAGO, 2017)⁹⁶. Tal declínio foi produto de disputas entre as duas entidades. Enquanto o WP3 tinha em favor, à importância de mais de uma década na área, o G7 se apresentava como um fórum multilateral mais flexível, com uma abordagem mais aberta e participativa (BEROUD, 2017; BAKER, 2006).

Esse episódio trouxe, em maior grau, maior atenção ao relacionamento das próprias organizações e instituições internacionais. Por mais que essas são expressões das iniciativas da comunidade internacional em construir arranjos interestatais de estabilidade e são peças do ordenamento liberal internacional, elas também possuem seus interesses próprios (BARNETT e DUVALL, 2005; BARNETT e FINNEMORE, 2005). Isso não significa que são elementos independentes dos Estados, mas que, também, buscam maiores espaços de atuação e maior influência nos rumos da economia mundial. Contudo, diferentemente das análises mais construtivistas, advogamos que os interesses próprios de cada organização não excluem a sua lógica inerente de funcionamento: atuam em conjunto para a manutenção e estabilidade da ordem liberal internacional⁹⁷.

Na primeira fase da OCDE, coube ao primeiro secretário-geral Thorkil Kristensen (1961-1969), dar a justificativa prática da existência da organização. Nesse sentido, a OCDE refletiu o papel da OECE no âmbito mundial e, ao mesmo tempo, ampliou sua atuação em áreas adjacentes ao escopo principal do desenvolvimento econômico (CARROLL e KELLOW, 2011).

governamentais de acordo com as suas recomendações. Em outras palavras, o WP3 detinha capacidade analítica para as iniciativas econômicas dos Estados, porém não apresentava capacidade dissuasória para tal. Em contrapartida, outros setores, a exemplo do Comitê sobre Movimentos de Capital e Transações Invisíveis obteve sucesso na elaboração dos Códigos de Liberalização dos Movimentos de Capital e de Operações Correntes Invisíveis da OCDE. Em versão atualizada daquela apresentada pela antiga OECE, o Comitê conseguiu expressividade, sobretudo na aceitação e aderência dos Estados-membros. Mesmo com o sucesso do Gatt na operacionalizar a redução tarifária do comércio internacional, o Comitê conseguiu avançar em proposições sobre reduzir os tributos no âmbito quantitativo (GODINHO, 2018). Dessa forma, as propostas sobre a ampliação e evolução do comércio internacional não se resumiram apenas ao Gatt, mas contou, também, com a participação da OECE (e OCDE), na construção de circuitos comerciais mais prósperos.

⁹⁶ Apesar do WP3 ter conseguido mais protagonismo dentro da organização, foi o Centro de Desenvolvimento da OCDE que garantiu mais participação dos membros.

⁹⁷ De certa maneira, essa distinção que ponderamos aos estudos de base construtivista, se aproxima das análises poulantzianas das frações de classes burguesas, ou seja, a burguesia de modo geral não é homogênea, é fragmentada e com interesses particulares definidos. Ao mesmo tempo, tais interesses não superam sua posição na pirâmide social do capitalismo, bem como sua lógica de reprodução e sustentação.

A partir da década de 1970, a OCDE tomou um rumo mais neoliberal. Tal caminho, ilustrado no relatório McCracken da organização, é fruto tanto do contexto histórico internacional da época quanto da história das ideias econômicas que permeavam o ambiente acadêmico-universitário (MAHON e MCBRIDE, 2009; KEOHANE, 1978)⁹⁸. No primeiro caso, a consolidação da reconstrução dos Estados europeus e, mais ainda, da instauração de um sistema internacional de estabilidade e crescimento econômico-financeiro, marginalizou as características keynesianas das recomendações e supervisões da OCDE. No segundo caso, o neoliberalismo monetarista de Chicago ganha uma projeção ainda maior, ao questionar os limites do Estado de Bem-Estar Social. Após anos de crescimento econômico e melhora dos índices de desenvolvimento social, Milton Friedman e seus discípulos pareciam ter encontrado, no aumento inflacionário, o ponto fraco do modelo estatal keynesiano (FRIEDMAN, 2008).

Com efeito, a perspectiva do desenvolvimento econômico e social mudou. A lógica não era mais avançar nesse desenvolvimento, mas garanti-lo, minimamente. Dessa forma, sob o discurso de controle e busca da inflação baixa, os monetaristas compreendiam que a solução passava pelo corte de gastos públicos e a criação de incentivos para o investimento e expansão do setor privado (FRIEDMAN, 1982; LUCAS, 1987)⁹⁹. A OCDE, por sua vez, não advogou o corte de gastos públicos de forma explícita e total, o que reforçou a percepção, já referida aqui, por alguns analistas acerca do baixo conteúdo ideológico da organização¹⁰⁰. Por outro lado, a OCDE concentrou-se na elaboração de estudos e recomendações com o foco na implementação de um sistema de incentivos e vantagens aos investimentos privados. Não obstante, a organização concede grande valor ao capital externo para o desenvolvimento dos mercados privados nacionais (WILLIAMS, 2009).

98 O relatório McCracken foi resultado de uma série de discussões lideradas pelo economista norte-americano Paul McCracken no âmbito da OCDE. O documento realizava o diagnóstico dos problemas econômicos dos Estados-membros, apontando a inflação, como o indicador central no desenvolvimento e/ou declínio das economias nacionais. Além disso, o relatório procurou examinar a natureza e os desdobramentos da crise do petróleo, indicando um esforço ainda maior dos países no manejo da inflação (THE OECD OBSERVER, 1977).

99 Vale destacar que, no período posterior ao chamado anos dourados do capitalismo e a emergência do ideário neoliberal na promoção do desenvolvimento, o índice inflacionário, por média, se manteve sob controle. No entanto, o nível de desemprego geral subiu consideravelmente, indicando que o custo para o controle da inflação foi a diminuição do poder de compra das famílias e, conseqüentemente, piora na qualidade de vida. Para maiores detalhes, ver (Stock e Watson, 2003).

100 Alguns trabalhos analisaram a influência keynesiana e monetarista na OCDE. Gayson, com esse objetivo, propõe uma análise histórica da organização, destacand-a dentro das disputas de poder no sistema internacional. Fratianni e Pattison (1976), analisaram essa relação a partir de pontos específicos, como a principal publicação da organização, OECD Outlook, e o perfil burocrático dos que compõem a OCDE.

Em linhas gerais, podemos afirmar que as produções e análises da OCDE trabalham na seguinte lógica: o desenvolvimento ocorre sob o conjunto de condições e incentivos que os Estados oferecem para a ampliação, consolidação e sofisticação do setor privado. Os países desenvolvidos, já estruturados, agora deveriam flexibilizar o papel do Estado para garantir que o mercado seja o pilar de continuidade da promoção econômico-social. Contudo, quando se trata dos países em desenvolvimento, a raiz das recomendações da OCDE não é seguir os caminhos históricos do desenvolvimento induzido pelo Estado. A organização identifica a insuficiência de poupança, pública e privada, nos países subdesenvolvidos, uma condição estrutural dessas economias¹⁰¹. No entanto, como resposta, indica a necessidade da construção de arranjos institucionais para facilitar a entrada e permanência do capital externo. Por seu turno, tal argumento incide tanto no âmbito financeiro, para a solidez monetária, quanto no produtivo, propiciando a sofisticação tecnológica para produzir e ao mesmo tempo ampliar e sofisticar as cadeias nacionais de produção. Esses arranjos institucionais são construídos a partir de reformas do Estado, no âmbito jurídico e administrativo, bem como pela reformulação da economia política do mesmo, com a adoção de políticas econômicas neoliberais.

Em nossa perspectiva, o relatório McCracken esclarece o viés ideológico da organização, e a reposiciona dentro da hegemonia das ideias, na qual os monetaristas ganharam espaço. Por mais que exista uma aproximação keynesiana, sobretudo, na sugestão de políticas governamentais para investimentos, essa singela caracterização é mais fruto do contexto histórico de reconstrução da Europa que permeava a OECE (SCHMELZER, 2016). Vale destacar a série de iniciativas da organização que fazem parte da concepção neoliberal de relacionamento entre Estado e mercado, bem como a percepção desses ideólogos quando se trata de relações internacionais. Desde o início, a OCDE atuou na redução tarifária no comércio internacional e sugerindo a eliminação de outros entraves estatais para a liberalização das relações comerciais entre os países europeus. Indicou a necessidade de um sistema unificado de pagamentos e de conversibilidade monetária. Elaborou o código de liberalização de capital

101 A insuficiência de poupança nos países subdesenvolvidos é uma das diversas dificuldades estruturais desses Estados. No entanto, a OCDE, seguindo a perspectiva neoclássica, confere essa característica um elemento central da problemática do subdesenvolvimento. Os neoclássicos advogam que o desenvolvimento é um processo linear e não dialético, ou seja, basta gerar uma poupança nesses países para que esses possam se tornar desenvolvidos. Isso significa também que não há, na visão dos neoliberais, debilidades estruturais que não possam ser superadas com a formação de poupança, uma vez que a poupança é a condição principal para o investimento. Certamente, análises keynesianas marxistas, desenvolvimentistas e afins, contestam essa visão.

e de transações correntes, objetivando, também, a integração do sistema financeiro dos Estados nacionais europeus (ABDELAL, 2007).

A gestão de Kristensen não modificou essa lógica, pelo contrário, deu mais clareza aos objetivos iniciais da organização que vem desde de a OECE. Ao mesmo tempo que promoveu esses objetivos, agora na OCDE, no âmbito global, reforçou o entendimento, na comunidade internacional, que a organização seria a referência para análises de políticas públicas para o desenvolvimento. Não somente em produzir conhecimento, mas também de indicar e supervisionar reformas nos Estados nacionais que os aproximariam do ideal da OCDE (REINALDA, 2021).

A nova secretaria da OCDE iniciou-se em 1969, sob o comando do diplomata holandês Emile Van Lennep (1969-1984). O secretário geral começa o seu mandato com dois grandes objetivos: ampliar o escopo de atuação da organização e garantir maior relevância nas formulações e debates acerca da economia mundial do que o G7 (VENTRESCA, 2018). No caso da atuação da organização, Van Lennep buscava a inclusão de novos Estados, pois via a amplitude de membros como condição fundamental para a OCDE conseguir mais protagonismo no âmbito das organizações internacionais. Nesse sentido, tão logo promoveu o ingresso da Austrália e da nova Zelandia e a criação da Diretoria de Meio Ambiente. Contudo, a OCDE enfrentou, na década de 1970, turbulências significativas no cenário mundial. A crise do sistema de Bretton Woods e os reflexos do custo de reestruturação europeia promovida pelos Estados Unidos vieram à tona (EICHENGREEN, 2019). O dilema de Triffin¹⁰² ganhou os noticiários econômicos especializados, bem como induziu parte das análises que discorreram sobre o declínio da hegemonia do império norte-americano (WALLERSTEIN, 1982; GILPIN, 1975; ARRIGHI, 1982). Não obstante, os dois choques do petróleo contribuíram no pensamento de que os anos 1970 seriam, em síntese, o período nascente dos novos rumos da história mundial.

102 O dilema de Triffin refere-se ao paradoxo apontado pelo economista Robert Triffin sobre a suposta impossibilidade dos Estados Unidos sustentarem sua hegemonia no sistema internacional e, ao mesmo tempo, evitarem crises econômicas internas e promoverem o seu próprio desenvolvimento econômico. Em linhas gerais, o Estado americano, para garantir a estabilidade do sistema de Bretton Woods, teria o custo econômico de sustentá-lo permanentemente, o que incorreria em déficits crescentes em sua balança de pagamentos. Ao passo que essa sustentabilidade geraria um acúmulo de dólares cada vez maior no ambiente internacional, o excesso de liquidez da moeda americana a colocaria, por fim, em descrédito, ao derreter a confiança atribuída ao dólar, na moeda referência para a conversibilidade monetária e transações financeiras.

De um lado, a OCDE ficou aquém do esperado em oferecer respostas aos desdobramentos das crises da década de 1970. A crise da *pax americana* implicou na expressiva redução de recursos destinados à organização, uma vez que os Estados Unidos sempre se destacaram como seus maiores financiadores (SCHMELZER, 2014). Não obstante, a OCDE manteve o proposto de amplitude institucional, a exemplo do surgimento do Grupo de Trabalho sobre Análise Macroeconômica e de Políticas Estruturais (WP1), no âmbito do Comitê de Política Econômica. Ao mesmo tempo em que a OCDE lidava com o protagonismo do G7 e, agora, com o FMI nos debates em macroeconomia e economia mundial, a organização não restringiu sua agenda como forma de garantir a legitimidade conquistada, mas manteve sua atuação multidisciplinar no âmbito da economia política internacional. Nas palavras de Godinho (2018, p. 32-33):

Em contraste com a menor influência da Organização na agenda financeira internacional, houve reforço de sua atuação em temas comerciais, em função de dois desdobramentos: (i) a afirmação da OCDE como *locus* de discussão (e coordenação ocasional de posições), entre seus membros participantes do GATT, sobre as negociações no âmbito do Acordo; e (ii) a maior relevância da Organização na realização de pesquisa e análises sobre temas de importância crescente na agenda, a exemplo do comércio de serviços.

É possível observar que a OCDE manteve sua atuação em múltiplas frentes, porém, destacou-se, nesse período, no comércio internacional, em paralelo ao GATT. Tal análise se insere no contexto da década de 1970 e passa ao longo dos anos 1980. No que se refere ao GATT, na verdade, “o interesse dos EUA em integrar o comércio de serviços à agenda negociadora internacional teria sido um dos fatores a contribuir para “revigorar” o tratamento de temas comerciais pela OCDE, em contraponto à resistência tradicional daquele país em avançar o diálogo sobre comércio no âmbito da Organização (GODINHO, 2018, p.33).

Nesse sentido, ao atuar em conjunto com o GATT a organização elaborou estudos sobre os entraves e possíveis facilitações para a promoção do comércio, bem como do setor de serviços (WOLFE, 2009)¹⁰³. Dos anos 1980 aos 1990, também se identifica um crescimento dos estudos e recomendações da OCDE sobre reformas específicas do Estado. Nesse sentido, a organização evoluiu no tratamento de temas como administração pública e na oferta de serviços

¹⁰³ É válido destacar a observação feita por Godinho nesse período: “O trabalho da Organização sobre comércio agrícola teve início no período e resultou, entre outros elementos, no desenvolvimento dos conceitos de Subsídio Equivalente ao Produtor (PSE, na sigla em inglês) e Subsídio Equivalente ao Consumidor (CSE, na sigla em inglês), que contribuíram para a elaboração da Medida Agregada de Apoio da OMC.

públicos (companhias elétricas, aeroportos, telecomunicações, dentre outros) cujo setor privado poderia atuar em conjunto, ou seja, nas parcerias público-privadas. Além disso, a OCDE também indicou processos de privatização de determinados segmentos, juntamente com a introdução de práticas regulatórias para garantir a eficiência desses processos (JARVIS, 2017).

O fim da Guerra Fria e a queda da URSS no início da década de 1990, reforçam, na OCDE, uma resposta à necessidade de democratizar a organização, sobretudo com a inclusão das economias emergentes. De fato, a OCDE já havia incorporado os países em desenvolvimento como objetos de pesquisa em seus departamentos. No entanto, pouco se avançou na incorporação efetiva desses Estados à organização. O surgimento das novas economias capitalistas do leste europeu, bem como a emergência do consenso de Washington como receituário das instituições financeiras internacionais e conseqüentemente, tornando-se ícones da globalização pós-guerra fria, reforçaram o entendimento de que a OCDE também deveria seguir em suas transformações internas.

O então novo secretário-geral Donald Johnston (1996-2006) aceitou a missão de propiciar essas alterações institucionais¹⁰⁴. No que se refere à agenda, a organização retirou a centralidade da supervisão e elaboração de trabalhos acerca do comércio internacional, apesar de ainda se atentar ao tema. Por seu turno, concentrou-se nas esferas financeira e tributária. A OCDE lançou as referências padrões de conduta empresarial e de funcionários públicos, estabeleceu diretrizes de combate à corrupção, lavagem de dinheiro, operações de mercado ilegais e fraudes financeiras. Mais ainda, no final daquela década e já no início dos anos 2000, desenhou o Acordo Multilateral de Investimentos, as diretrizes sobre as empresas multinacionais, enfatizando elementos como governança corporativa e responsabilidade social.

. A crise econômica de 2008 trouxe não apenas à OCDE, mas todo arranjo de organizações e fóruns internacionais, a descrença dessas entidades em garantir a estabilidade da economia mundial. Tal episódio contribuiu ainda no discurso daqueles que defendem a abertura progressiva da organização, tanto no âmbito participativo quanto no administrativo. Nas últimas duas décadas, a OCDE manteve o engajamento ampliado, sob a gestão do mexicano

104 No período entre a gestão Van Lennep e Johnston, a OCDE teve o diplomata francês Jean-Claude Paye (1984-1996), como secretário geral da organização. No entanto, há pouco destaque da literatura especializada sobre seu mandato. Nesse caso, a gestão Payne foi pouco expressiva para o desenvolvimento da organização, tanto do ponto de vista estrutural, na evolução institucional da mesma, nem na conquista de espaços significativos no âmbito da governança econômica mundial.

Angel Gurría (2006-2021) como objetivo central da organização, ou seja, incluir um número maior de membros e, conseqüentemente, permanecer a referência à comunidade internacional nas discussões relativas à promoção econômico-social. De 2021 até o presente momento, a OCDE tem sob comando o secretário-geral o economista australiano Mathias Cormann.

Da presente tese, não é possível afirmar que a gestão Cormann possui características próprias, no sentido de identificar novos rumos da organização no seu mandato, que já não fora esboçado no período Gurría. No entanto, vale destacar o perfil de Cormann. O economista australiano, que também já foi Ministro das Finanças na Austrália, tem um viés ideológico bastante explícito em direção ao neoliberalismo (FINANCE MINISTER, 2017; WORLD BANK, 2022). Ao mesmo tempo, se posiciona como conservador, no âmbito dos costumes e das relações sociais, sendo contra o casamento gay e possui uma visão bastante ortodoxa de família, popularmente conhecida como “família tradicional”, por exemplo (KOZIOL, 2017). É tentador esboçar as possíveis articulações políticas que permitiram a chegada de Cormann a secretário-geral da OCDE.

Por mais que sejam escassas as referências para tal, é fato que o perfil político do secretário, que também já foi senador pelo Partido Liberal da Austrália, representa um conjunto de membros que operam na reprodução ideológica neoliberal em estudos que se apresentam como essencialmente técnicos (VENTRESCA, 2018; BERGH, DACKEHAG e RODE, 2016). Por outro lado, a organização também conseguiu imprimir modelos avaliativos sofisticados, tanto pela análise qualitativa, quanto pela quantitativa (HENRIQUES e LARÉDO, 2012; GODIN, 2003). Nesse caso, voltaríamos ao debate sobre a existência e a permanência de um viés ideológico pela organização. Por mais que esse debate apareça nas primeiras décadas de existência da OCDE, ele deve ser permanentemente lembrado, pois é esse debate que qualifica a importância da OCDE como referência internacional na remodelagem do Estado nacional.

3.2. As recomendações da OCDE para o ingresso do Brasil: governança, legislação e ajustes econômicos.

A aproximação da organização com o Brasil ocorreu no início nos anos 1990, quando o Estado brasileiro passou a fazer parte do Comitê do Aço como país-associado. Ao longo daquela década o Brasil foi convidado e integrou outros Comitês da organização. Antes de

avancarmos nessa relação, que será melhor explorada, em termos históricos, no capítulo seguinte, abordaremos o funcionamento da OCDE, bem como seus instrumentos normativos.

A OCDE é uma organização composta por um secretariado, um conselho e um conjunto de Comitês. O secretariado tem como principal posto, o secretário-geral, que é o responsável executivo pela organização. O secretariado contém os secretários adjuntos e as diretorias. Cada diretoria trata de determinada temática. Essas, por sua vez, são responsáveis pela criação de Comitês vinculados àquele tema. Cada Comitê tem a prerrogativa de instituir grupos de trabalho. Além disso, podem estabelecer grupos de trabalhos especiais, normalmente de caráter temporário, para tratar de determinado assunto de forma mais detalhada. Com efeito, os Conselhos são compostos por representantes dos países-membros. É a parte mais importante da estrutura institucional da organização. O Conselho escolhe o secretário-geral e aprova os instrumentos da organização (WOODWARD, 2009).

Com efeito, a OCDE possui cinco tipos de instrumentos: 1) decisões 2) recomendações 3) declarações 4) entendimentos 5) acordos internacionais. As decisões são juridicamente vinculantes, ou seja, todos os países membros, que não se abstiveram da votação, devem incorporá-las na sua legislação. As recomendações, por sua vez, não são juridicamente vinculantes, mas possuem uma capacidade de coação significativa, ou seja, há um constrangimento caso algum membro não a incorpore. As declarações se referem aos compromissos políticos firmados no âmbito da OCDE. Não possuem caráter vinculante, em termos jurídicos e também não são moralmente fortes em comparação às recomendações. Já os entendimentos não refletem a organização como um todo e sim, fruto do consenso de determinados membros. Não são juridicamente vinculantes e não guardam caráter de coação com o conjunto de Estados-membros (OECD, 2013).

De modo geral, não é comum o descumprimento dos instrumentos da organização por parte dos seus integrantes. A OCDE, por mais que buscou nas últimas décadas ampliar seu quadro de países membros com países em desenvolvimento que possuem relevância significativa no sistema internacional, sempre manteve alguma uniformidade nos processos decisórios (BLAIR, 1993). Isso ocorre tanto pela constituição de certa unidade dos países europeus, bem como pelo cuidado nos procedimentos de ingresso de novos Estados como membros da organização. Dessa forma, a OCDE, apesar do engajamento ampliado para

abertura de novos países, não possui vocação universal, ou seja, não projeta o conjunto da comunidade internacional como membros-pletos (OECD, 2017).

A OCDE se preocupa mais com o consenso em torno do que é produzido na organização, enfatizando a ideia de promoção das “melhores práticas”, do que em algum tipo de regramento impositivo à comunidade internacional (COZENDEY, 2017; WOODWARD, 2009). Por conseguinte, ela opera em um tipo de vigilância multilateral, tanto na averiguação das condutas dos países membros quanto na avaliação de estudos e instrumentos produzidos pela própria organização, conhecidas como *peers reviews*. No tocante ao modo de trabalho da organização, destacam-se cinco fases: a) coleta de dados; b) análise; c) discussão; d) decisão; e) implementação; f) avaliação por pares.

A primeira fase é autorizada pelo Conselho. A análise dos dados é realizada no âmbito do secretariado, que inicia a terceira fase, indicando às diretorias e, conseqüentemente, aos comitês, a discussão e produção científica e/ou padrões de conduta sobre certo tema. Por conseguinte, a fase de decisão é fruto da posição dos Estados nacionais em relação ao que foi tratado na etapa anterior, com a possibilidade de instauração de instrumentos legais. Na etapa de implementação, tem-se a geração do documento, que poderá ser um dos cinco tipos de instrumentos abordados anteriormente. Por fim, a última fase, de avaliação por partes, é a análise corrente da eficácia de determinado documento nas práticas dos Estados.

O pedido de ingresso do Brasil na OCDE é decorrente da aproximação gradual do país com a organização nas últimas décadas. O Estado brasileiro foi paulatinamente ganhando relevância na organização, apesar de não ser membro ¹⁰⁵. De fato, há recomendações e adequações já realizadas pelo governo brasileiro, mesmo na época em que não pleiteava um posto na OCDE. Contudo, o país, ao aceitar as condições de ingresso, deve aderir outros instrumentos, o que, muitas vezes, necessita-se de maior engajamento governamental em apoio político e no diálogo com setores da sociedade civil, ou seja, das frações burguesas.

Na verdade, teoricamente, o processo é simples: o país entra com o pedido de ingresso e o conselho da OCDE aprova o pedido e, em seguida, estabelece o processo de ascensão

¹⁰⁵ A relação entre a OCDE com os países não-membros pode ser dividida em três tipos: convidado; participante e associado. No primeiro tipo, o país recebe o convite para participar de reunião específica, não confidencial, da organização. No segundo caso, o país pode participar de todas as reuniões não confidenciais. O país associado, por seu turno, participa de determinado projeto da organização bem como faz parte da discussão sobre a edificação de algum instrumento legal da organização (CADE, 2020).

daquele Estado à condição de membro. Cada processo é singular, pois trata da relação entre as dinâmicas institucionais internas de um país com os instrumentos promulgados pela OCDE. Em outras palavras, o procedimento de ascensão à condição de membro da organização decorre da força e vontade política do governo em aderir e adequar o Estado aos preceitos da OCDE. Nesse sentido, tanto o tempo de ingresso quanto a viabilidade do mesmo, variam de um país para outro.

Em janeiro de 2022, a OCDE divulgou o *Roadmaps for Accession* do Brasil. O *Roadmaps* é a credencial que indica a rota para determinado país torna-se membro da organização. Não obstante, é um documento que implica no nível avançado para que o Brasil se torne parte da OCDE. Tornar-se membro da organização, segundo a própria OCDE, não é apenas a adesão aos instrumentos publicados, mas uma identificação de valores, visões e prioridades com a organização (OECD ROADMAPS, 2022).

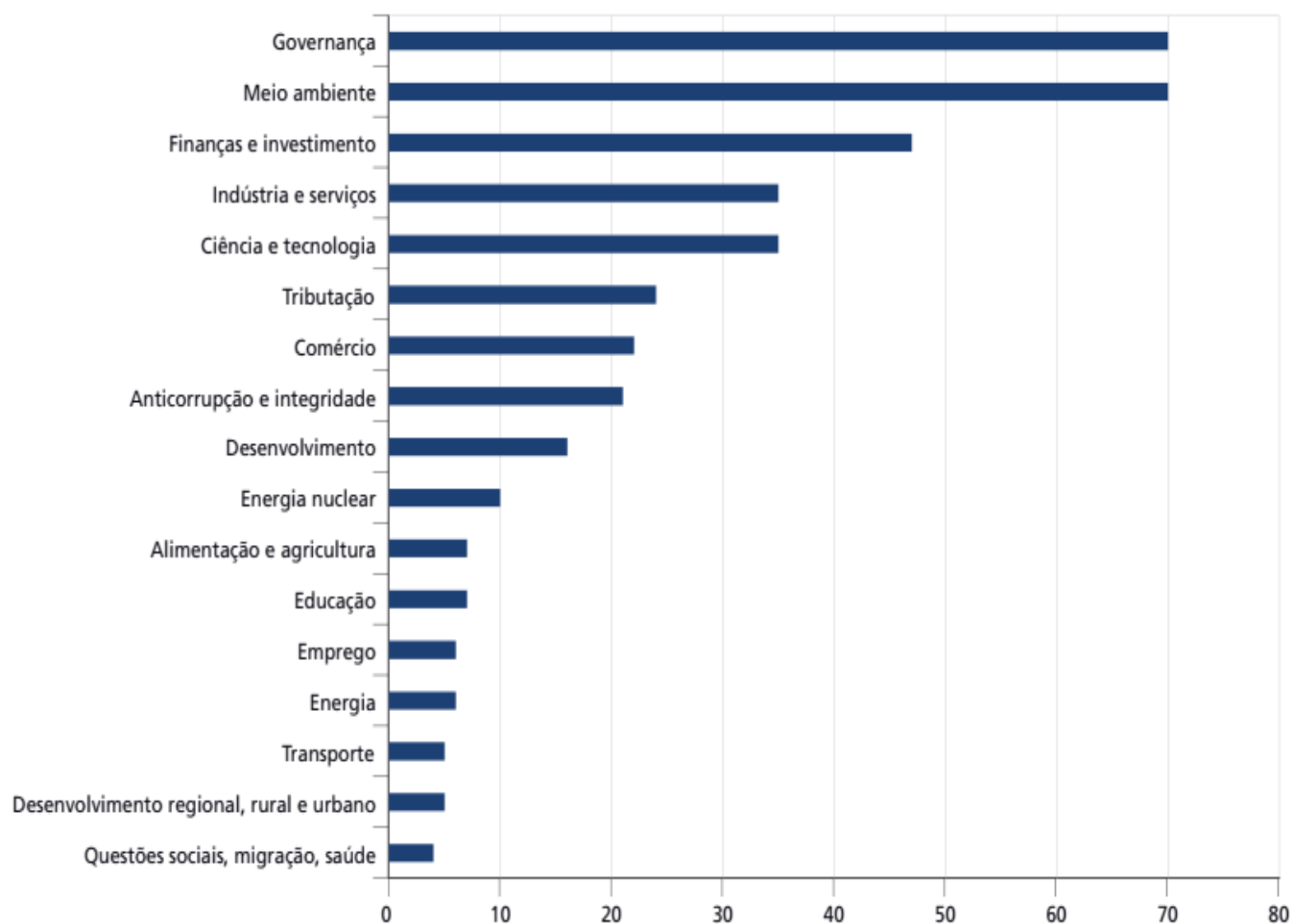
No item II, no que se refere às obrigações dos membros, o documento deixa claro a aceitação aos métodos de trabalho, as formas de atuação, regras institucionais, à necessidade de contribuição financeira, aos instrumentos já firmados na OCDE, desde a declaração da organização de 1961 até os mais recentes instrumentos legais. O *roadmap* do Brasil indica seis grandes áreas temáticas em que o país precisa realizar ajustes que, na verdade, se traduzem como reformas estruturais. De acordo com a organização, tais reformas implicaram no condicionamento do Estado em um forte crescimento econômico, sustentável, baseado em economia verde e com crescimento inclusivo. Tais áreas temáticas são: a) abertura comercial e investimento; b) Crescimento inclusivo; c) governança; d) meio ambiente, biodiversidade e clima; e) Economia digital f) infraestrutura. Em um primeiro momento, ainda que possam parecer poucas áreas, elas reúnem os seguintes comitês, que analisam o desenvolvimento do Brasil em cada âmbito:

b) List of Committees Conducting Accession Reviews 13. The following committees will conduct accession reviews of Brazil and provide a formal opinion to Council, drawing as appropriate on assessments by their subsidiary bodies: - Investment Committee and the Working Party on Responsible Business Conduct; - Working Group on Bribery in International Business Transactions; - Corporate Governance Committee; - Committee on Financial Markets; - Insurance and Private Pensions Committee; - Competition Committee; - Committee on Fiscal Affairs; - Environment Policy Committee; - Chemicals and Biotechnology Committee; - Public Governance Committee; - Committee of Senior Budget Officials; - Regulatory Policy Committee; - Regional Development Policy Committee; - Committee on Statistics and Statistical Policy; - Economic and Development Review Committee; -

Education Policy Committee; - Employment, Labour and Social Affairs Committee; - Health Committee; - Trade Committee and the Working Party on Export Credits; - Committee for Agriculture; - Fisheries Committee; - Committee for Scientific and Technological Policy; - Committee on Digital Economy Policy; - Committee on Consumer Policy; - Steel Committee; - Council Working Party on Shipbuilding (OECD ROADMAP, 2022, p.04-05, destaque no original).

Em julho de 2021, a CNI lançou um painel de acompanhamento do ingresso do Brasil na OCDE (INVESTE SP, 2021). Apesar do lançamento ter ocorrido em data pretérita ao *roadmap*, ele é válido pois acompanha, em detalhes, o nível de avanço do país a partir dos próprios instrumentos da OCDE. Além disso, o painel é atualizado na medida em que o governo brasileiro adere a algum instrumento. Em outras palavras, o painel da CNI é mais rico em dados, o que nos permite estabelecer, em essência, as reformas que o Brasil precisa realizar para ascender na organização. Na divisão do painel, destacam-se: a) Agricultura e alimentação; b) Anticorrupção e integridade; c) Ciência e tecnologia; d) Comércio; e) Desenvolvimento; f) Desenvolvimento rural, urbano e regional; g) Educação; h) Energia; i) Energia nuclear; j) Finanças e investimento; k) Governança; l) Indústria e serviços; m) Meio ambiente; n) Questões sociais/ migração/ saúde; o) Trabalho; p) Transporte; q) Tributação. No gráfico abaixo, é possível notar a quantidade de instrumentos da OCDE proporcionalmente às áreas temáticas da organização (JACINTO, RIBEIRO e PINELI, 2022, p.07).

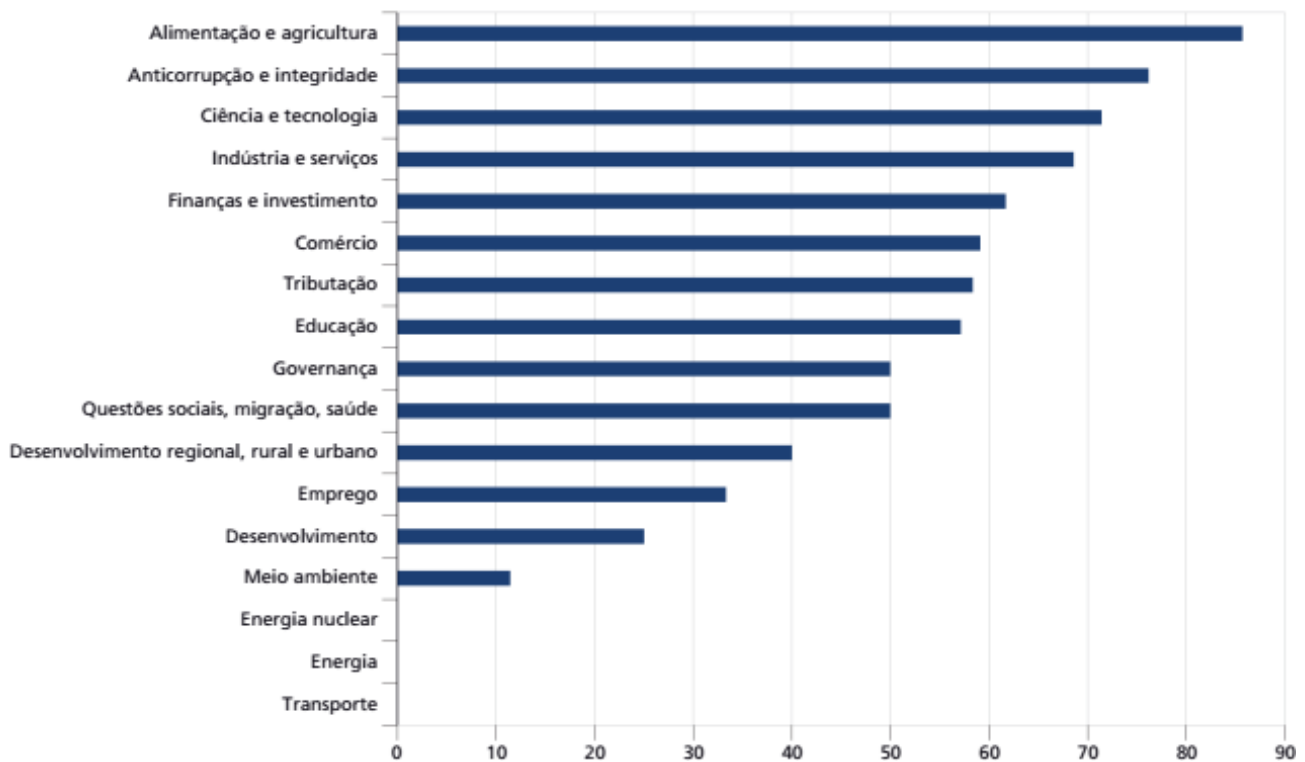
Número de instrumentos da OCDE, segundo temas



No gráfico abaixo, os autores apontaram o avanço do Brasil para o ingresso na OCDE de acordo com o nível de adesão do país aos instrumentos da organização ((JACINTO, RIBEIRO e PINELI, 2022, p.8).

Adesão do Brasil aos instrumentos da OCDE, segundo tema

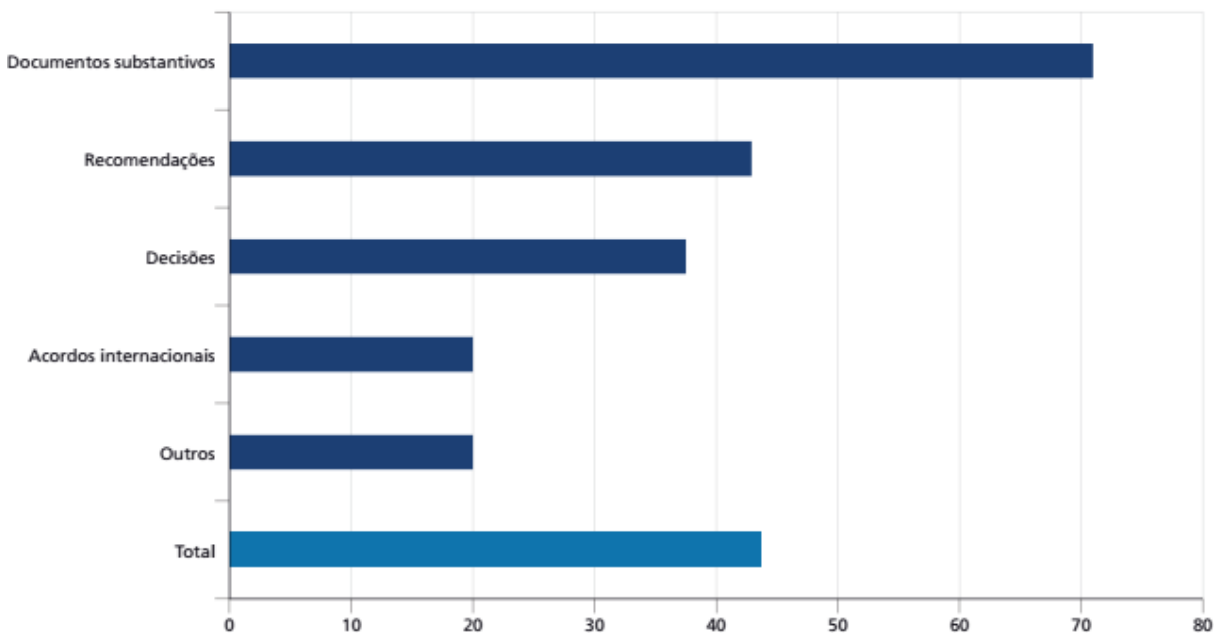
(Em %)



Os autores também analisaram a adesão do Brasil de acordo com os tipos de instrumentos da organização ((JACINTO, RIBEIRO e PINELI, 2022, p.09).

Adesão do Brasil aos instrumentos da OCDE, segundo tipo

(Em %)



Devido à multiplicidade dos temas e, conseqüentemente, os diversos instrumentos provenientes dos mesmos, destacamos alguns, ligados diretamente à economia política. Nesse sentido, enfatizamos os seguintes conteúdos: a) Agricultura e alimentação; b) Anticorrupção e integridade; d) Empresas estatais; e) Governança Corporativa; f) Concorrência. Cada setor apontado está ligado ao conjunto dos temas da OCDE.

Outros conteúdos como infraestrutura, governo aberto, inovação e transporte, por exemplo, também estão relacionados à economia política. No entanto, optamos pelos destacados anteriormente pelo fato de podermos estabelecer uma análise mais aguçada de cada tema. Além disso, nesses conteúdos, a organização enfatiza os mesmos valores, como mecanismos de garantia da integridade pública e transparência nos processos decisórios, o que, em alguma medida, traria ao nosso trabalho, certa redundância daquilo que se propõe os instrumentos.

No tema Agricultura e alimentação, a OCDE aponta 8 instrumentos para adesão. Até o presente momento, o Brasil incorporou 6 deles (CNI PAINEL, 2023). Nessa temática, a organização destaca cinco pontos: 1) Comércio agrícola; 2) Agricultura e o meio ambiente; 3) Monitoramento e avaliação da política agrícola; 4) Inovação e produtividade agrícola; 5) Agricultura e cadeias globais de valor.

Com o propósito de organizar melhor as diretrizes da organização para o Brasil, seguimos, nesse momento, a análise a partir das cartilhas da Confederação Nacional da Indústria sobre a OCDE, bem como o painel de acompanhamento para a atualização das cartilhas. Nesse sentido, compreendemos que as principais diretrizes da organização foram resumidas pela CNI nos últimos anos, porém é necessário a consulta do painel da confederação para fornecermos ao leitor, a informação sobre o quantitativo de instrumentos até o presente momento. Também optamos por incorporar as notas sobre os instrumentos organizados pela Confederação no corpo do texto, uma vez que incluímos exame próprio acerca dessas diretrizes.

Dos avanços do Brasil pela OCDE, o país já adotou (CNI, 2021a, p.03-04): a) harmonização da implementação de standards internacionais para frutas e vegetais b) reconhecimento mútuo de inspeções feitas por países aderentes, além de organizar revisões por pares para ajudar o país em análise a melhorar seu sistema de inspeção. C) os Códigos da OCDE para Testes Oficiais de Tratores Agrícolas e Florestais. Em síntese, são conjuntos de regras e procedimentos para testes de tratores, com o objetivo de facilitar o comércio; d) conjunto

comum de princípios básicos e métodos de operação para 8 grupos de espécies que constituem o Esquema de Sementes da OCDE. Com efeito, o objetivo é encorajar o uso de sementes de alta qualidade pelos países aderentes, autorizando o uso de rótulos e certificados para sementes produzidas e processadas para o comércio internacional. Facilitam a importação e exportação de sementes ao eliminar barreiras técnicas ao comércio através de rótulos reconhecidos internacionalmente; e) Guia OCDE-FAO para Cadeias de Suprimentos Agrícolas Responsáveis, desenvolvido em conjunto pela OCDE e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

O Guia oferece instruções às empresas acerca de padrões internacionais de condutas empresariais responsáveis (CER) no setor de cadeias de suprimentos agrícolas. Outros instrumentos como entendimento comum sobre as questões de segurança e técnicas de recombinação de DNA, proteção da saúde e meio ambiente, promoção do comércio internacional e redução das barreiras nacionais ao comércio no campo da biotecnologia também foram incorporadas. É oportuno afirmar que a maior parte dos instrumentos da OCDE sobre Agricultura e Alimentação adotados pelo Brasil ocorreu nos últimos 10 anos.

No âmbito do tema Corrupção e Integridade, o Brasil faz parte, seja como participante ou associado, dos seguintes segmentos: a) Comitê de Assistência ao Desenvolvimento; b) Grupo de Trabalho sobre Suborno em Transações Internacionais; c) Comitê de Assuntos Fiscais; d) Grupo de Trabalho sobre Créditos de Exportação e Garantias de Crédito; e) Comitê de Governança Pública (CNI, 2021b). Com efeito, o Brasil aderiu 16 instrumentos do total de 21. Daqueles que ainda faltam, o governo brasileiro tem tangenciado os focos em recomendações sobre integridade, compras públicas e infraestrutura¹⁰⁶. Basicamente, de acordo com a OCDE, falta ao Brasil: 1) atualização jurídica acerca dos padrões de integridade pública nas empresas estatais. 2) estabelecimento de melhoria do desempenho ambiental no contexto das compras públicas. 3) Aderência ao entendimento da organização da relação do lobby nas instâncias do

106 Deste tema, é oportuno ressaltar a Convenção sobre o Combate ao Suborno de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais. Até o presente momento, é o único instrumento legal da OCDE nesse formato para o tema da anticorrupção e integridade. Na verdade, a Convenção determina que os Estados signatários criminalizem o oferecimento, a promessa ou a concessão de vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer outra natureza, a funcionário público estrangeiro que, direta ou indiretamente, por meio de ação ou omissão no desempenho de suas funções públicas, realize ou dificulte transações na condução de negócios internacionais (MTFC,2016, p.06).

Estado. 4) Adesão às diretrizes de integridade na governança pública. 5) Padronização de condutas firmadas na organização em compras públicas.

No tópico Empresas Estatais, é possível notar relativa inclinação ao entendimento de que o Estado deve ter um papel marginal nas próprias empresas estatais. Em contrapartida, a organização estimula a participação do setor privado em empreendimentos públicos. De fato, é oportuno afirmar o compromisso da organização com a eficiência da administração estatal, bem como um regime governamental mais transparente. Contudo, a economia política que fundamenta esses posicionamentos não deixa de ser neoliberal.

Com efeito, vale salientar a Recomendação do Conselho com Diretrizes da OCDE sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais, publicada em 2015. Nessa recomendação, apontamos os seguintes tópicos: a) Justificativa da propriedade estatal; b) O papel do estado como proprietário; c) Empresas estatais no mercado; d) Tratamento equitativo dos acionistas e outros investidores; e) Relações com partes interessadas e responsabilidade empresarial; f) Divulgação e Transparência; e) Responsabilidades dos conselhos de empresas estatais (CNI, 2021, p. 03-04).

Em síntese, para a OCDE, as empresas estatais devem ter o mesmo tratamento das empresas privadas. Entretanto, é possível observar que a própria organização parece não compreender dessa forma. As empresas estatais possuem, em geral, um propósito mais amplo do que simplesmente a busca por lucros, como é o mercado. Elas, na verdade, costumam balizar sua atuação, em essência, no bem-comum e no interesse social do coletivo, do conjunto da sociedade. Ao mesmo tempo, apesar da reivindicação do tratamento igualitário do público e do privado, a organização é mais rígida e criteriosa naquilo que se produz no âmbito do Estado e da política. Em outros termos, nesses espaços, as recomendações acerca dos padrões de conduta no setor privado são internalizadas na gestão pública, porém adiciona-se, mais uma série de medidas que, por fim, resulta-se na redução da concepção de patrimônio público nas empresas estatais.

No segundo e no último tópico, por exemplo, a OCDE deixa claro a preocupação da influência do Estado nas empresas estatais. Para a organização, elas devem possuir autonomia operacional, ou seja, atuando pela mesma lógica, e conseqüentemente, pelo mesmo objetivo, de uma empresa privada. No último tópico, a OCDE reforça essa concepção ao indicar que as

empresas estatais, através de seus conselhos deliberativos, devem ser independentes da esfera política (OECD, 2015)

. Essa forma de compreender a administração pública e o Estado de modo geral não é nova. O discurso trata de que a eficiência de instituições estatais ocorre em proporção inversa à influência política. Ou seja, quanto menos interesses políticos são efetivados em uma instituição ou uma empresa pública, mais eficiente ela será. Além disso, mais independente também será e, portanto, atuará de forma mais racional e técnica¹⁰⁷. Tal discurso é assegurado pelos adeptos da perspectiva neoliberal de relação com o mundo, descaracterizando o real significado de ideologia, assemelhando-a com mera preferência pessoal, carecendo de embasamento técnico. As outras recomendações sobre as empresas estatais dialogam com outros temas, como a definição de conduta e processos para governança corporativa e integridade pública nas formas de construção de relacionamentos e atuação.

A temática de governança da OCDE, o Brasil atualmente já aderiu 36 instrumentos, faltando, ainda, 37. Esse tema possui uma multiplicidade de conteúdos, sendo um dos principais, o de governança corporativa. Na verdade, a governança corporativa interliga-se na teia organizacional da OCDE com os outros temas como aqueles que já tratamos aqui, bem como inovação, desenvolvimento sustentável, compras públicas e micro e pequenas empresas. Tanto os estudos sobre empresas estatais como da governança corporativa são tratados nas mesmas unidades da organização. São elas: Diretoria de Assuntos Financeiros e Empresariais; Comitê de governança corporativa e o grupo de trabalho de propriedade estatal e práticas de privatização (CNI, 2021e). Por conseguinte, é oportuno elencar a Recomendação do Conselho com Diretrizes da OCDE sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais, do ano de 2015 (OECD, 2015b).

Dentre as recomendações desse documento, podemos agrupá-las nas seguintes esferas: a) Garantia de base para efetiva governança corporativa; b) Direitos e o tratamento paritário dos acionistas e as funções principais de propriedade; c) Investidores institucionais, mercados de ações e outros intermediários; d) O papel dos *stakeholders* na governança corporativa; e) Divulgação de informação e transparência; f) As funções do conselho. Os procedimentos em governança corporativa da OCDE têm sido importantes para as frações burguesas, pois as

107 Tal entendimento vale para diversos casos. Um exemplo disso tem sido os efeitos da independência do Banco Central brasileiro desde que Roberto Campos Neto assumiu a presidência da instituição no governo Bolsonaro.

coloca mais aptas para a promoção de parcerias em nível internacional, bem como para atração de investimento externo. Ao condicionar os processos e as condutas em governança, a organização estabelece uma padronização das formas de atuação empresarial, facilitando a interação entre as frações burguesas entre si, bem como em relação às burguesias de outros países.

No que se refere a questão da concorrência nos trabalhos da OCDE, a organização a enfatiza dentro dos seguintes elementos: Inovação e Propriedade Intelectual; Regulação e Boas Práticas Regulatórias; Acesso a Mercados Estrangeiros; Política Industrial; Compras Públicas; Pequenas e médias empresas (CNI, 2021f). No âmbito organizacional, os trabalhos sobre concorrência na organização ocorrem na Diretoria de Assuntos Financeiros e Empresariais, no Comitê de Concorrência e, dentro desse, dois grupos: o Grupo de Trabalho de Competição e Regulação e também o Grupo de Trabalho de Cooperação e *Enforcement*. Os instrumentos da organização relativos à concorrência estão, em parte, no tema *Finanças e Investimento* e em outra, em *Indústria e Serviços*. A respeito dessas duas áreas temáticas, o Brasil, até o presente momento, adotou 31 deles, no total de 49. No que se refere ao segundo, o governo brasileiro já adotou 25 instrumentos, restando outros 10 para a conclusão dessa área temática.

O Brasil tem avançado na aderência às recomendações em promoção da concorrência na organização. De acordo com os estudos de revisão por pares da OCDE, o país tem avançado progressivamente nessa área. Ao mesmo tempo, a organização tem indicado a necessidade de maior independência entre as instituições do Estado, bem como a estruturação de maior segurança jurídica para o fomento da concorrência. Outro ponto importante a ser abordado é a sugestão à independência de órgãos de controle de unidades permeadas por influências políticas. Como exemplo, a OCDE cita o caso do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) atrelado às decisões do Ministério da Justiça. Para a organização, o CADE deveria possuir mais autonomia operacional e organizacional, bem como a independência em relação ao Ministério (OCDE, 2019).

Ao analisarmos os instrumentos postos pela OCDE para o ingresso do Brasil na organização, podemos fazer duas grandes considerações. Primeiro, é de grande valia o empenho da organização em estabelecer uma administração pública *latu sensu* eficiente e transparente para, basicamente, todos os setores que guardam alguma relação com o Estado. O

compartilhamento de ideias, políticas públicas e aparato jurídico deve ocorrer a fim de garantir uma reflexão mais ampla e profunda, do que se produz em cada país.

Em segundo lugar, não devemos rejeitar os diferentes impactos das recomendações da organização sobre Estados com realidades completamente distintas, em especial na condição estrutural de países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Nesse caso, advogamos que os instrumentos da OCDE também influenciam a relação das frações burguesas com as burguesias dos outros países, bem como a relação com o capital internacional, operado por essas. Isso significa que, em nossa perspectiva, ao mesmo tempo em que a OCDE dissemina um conjunto amplo e complexo de condutas, projetos e políticas públicas que aproximam os Estados nacionais, ela institui meios de aproximação, também, entre as burguesias desses Estados.

Após a análise sobre a forma de operacionalização da OCDE e seu modo de atuação no sistema internacional, examinaremos, no próximo capítulo, como o Brasil responde à essa forma de operacionalização. Nesse caso, trataremos, mais especificamente, do processo de ascensão do país à condição de membro da organização e qual o estágio atual do Brasil no mesmo.

CAPÍTULO IV: A adesão do Brasil à OCDE na agenda de interesses do empresariado

4.1. A iniciativa de ingresso do Brasil na OCDE: breve histórico

Na década de 1980, especialmente com a dominância das ideais neoliberais no debate público intelectual, o Brasil caminhava para os anos 1990 com o empenho em tornar-se um exemplo da então nova forma de Estado contemporâneo (GROS, 2003). O empresariado de modo geral, descrente com os resultados econômicos da ditadura militar, abraçaram esse ideário que, no espectro político, culminou na vitória de Fernando Collor nas eleições presidenciais de 1989.

Naquela época, parecia natural a tendência à relativização da soberania dos Estados para a construção de uma ordem liberal que englobasse não apenas o ocidente, mas que ceifasse todo movimento de restauração do comunismo, também, no oriente. A globalização financeira materializava o neoliberalismo e imprimia um espaço de atuação, na qual, pelo menos teoricamente, o mercado encarregaria de promover o desenvolvimento econômico e social em conjunto. A diretriz, por seu turno, deveria ser a garantia de que o Estado nacional, cada vez mais, se integrasse nesse ambiente e que, como consequência, seria validado para o recebimento de investimentos estrangeiros (POCHMANN, 2001). A ideia de um Estado neoliberal modernizador se manteve, no inconsciente coletivo e na consciência das frações burguesas, como o grande solucionador das debilidades estruturais da economia brasileira. Ao mesmo tempo, as incidências dos investimentos e financiamentos externos, a princípio, satisfaziam essas frações.

Com efeito, o fracasso do governo Collor não solapou a compreensão da necessidade de um Estado mais liberal no Brasil. A estabilização da inflação no governo Itamar Franco, foi crucial para a chegada do então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso à presidência da república em 1994. Diferentemente de Collor, Cardoso não adotou uma agenda simplista neoliberal e, tampouco, carecia de habilidade para a construção da governabilidade política. O presidente tucano, conseguiu, ao longo do seu mandato, a consolidação de uma plataforma de governança que lhe garantia estabilidade institucional para a realização de reajustes no Estado brasileiro (COUTO e ABRÚCIO, 2003; BRESSER, 1998). No âmbito da política externa, FHC também trouxe uma agenda mais profissional e complexa do que Collor e, compreendeu, tão

cedo, a importância da inserção internacional nos principais espaços de articulação global da comunidade internacional (VIGEVANI e OLIVEIRA, 2003). Sob essa perspectiva, a aproximação do Brasil com a OCDE ilustra o propósito do governo brasileiro em colocar o país nos principais circuitos de diálogo do mundo e, conseqüentemente, fazer jus ao objetivo da construção do Brasil para o século XXI como um Estado nacional mais moderno.

Apesar da existência da OCDE desde o início dos anos 1960, o primeiro esboço de relacionamento com o Brasil partiu em 1978, quando a organização convidou o governo brasileiro para participar dos trabalhos do Comitê do Aço. Dessa forma, a primeira aproximação entre Brasil e a OCDE partiu da organização. No entanto, essa participação do Estado brasileiro veio acontecer somente na década de 1990, conforme mencionamos no capítulo anterior. É possível notar a crescente aproximação e interesse do Brasil com a OCDE no contexto do remodelamento da ordem liberal internacional e o papel do Brasil através de um tipo de autonomia pela participação nesse ordenamento pós-Guerra Fria.

Em 1991, o governo brasileiro realizou uma missão exploratória, liderada pelo embaixador Clodoaldo Filho, à OCDE. O objetivo foi compreender melhor o funcionamento da organização, bem como a análise de custos, benefícios e desafios na aproximação com a OCDE (GODINHO, 2018). O relacionamento com a organização foi gradual. Do lado da OCDE, havia uma preocupação da amplitude de novos Estados nas discussões da organização e, ao mesmo tempo, uma compreensão da necessidade de incluir novos atores. Naquela época, esses novos países eram aqueles do leste-europeu. Com efeito, o processo de inclusão desses Estados era fundamental para a consolidação do “fim da história” do sistema comunista. Nesse sentido, o Brasil era visto pela organização, nos anos 1990, como um parceiro em potencial, porém, não estava na prioridade da organização em relação aos países não-membros.

No entanto, o Brasil foi procurando participar das discussões da organização, especialmente nos temas relacionados à economia. Mais especificamente, o governo brasileiro se interessou pelo Centro de Desenvolvimento, Comitê de Avaliação Econômica e de Desenvolvimento, pelo Comitê do Meio Ambiente e pelo Comitê do Aço (PINTO, 2000). Com efeito, a participação do Brasil em cada área da OCDE, apesar de progressiva, não ocorreu de modo uniforme. Ou seja, em períodos próximos, integrou Comitês, ora como observador (ou participante, nos termos utilizados pela organização) ora como participante *ad hoc* (ou

convidado, nos termos atuais). Godinho (2018, p.189-190) sintetiza em detalhes uma parte desse período:

Em 1996, o governo brasileiro solicitou ingresso, na categoria de observador [...] em uma série de comitês: (i) Comércio (com ingresso em fevereiro de 1997); (ii) Administração Pública – o pleito não foi acolhido [...] observando-se o ingresso posterior do Brasil, em 2001, como observador do Comitê de Governança Pública (sucessor do referido comitê); (iii) Investimentos Internacionais e Empresas Multinacionais – com sua adesão aos instrumentos da Declaração para Investimentos Internacionais e Empresas Multinacionais da OCDE, o Brasil ingressou como observador no Comitê, em 1997. Em 1997, o país também pleiteou o ingresso, na categoria de observador, nos comitês de (i) Concorrência (confirmado em 1998); e (ii) Agricultura – confirmado em 1998, seguido do ingresso do Brasil no Esquema de Sementes Agrícolas para o Comércio Internacional, em 1999. Ainda em 1997, o governo brasileiro firmou a Convenção da OCDE sobre Suborno de Funcionários Públicos em Transações Comerciais Internacionais, passando a atuar como membro pleno do respectivo grupo de trabalho. No período, o governo brasileiro participou de diferentes eventos do Diálogo sobre Políticas com Economias Dinâmicas, além de sediar seminários da OCDE sobre temas como privatização (1994), investimentos estrangeiros (1996 e 1997), avaliação de preços de transferência para a administração tributária (1996 e 1998) e políticas de concorrência (1997).

Ainda na década de 1990, a organização firmou com o Brasil um Programa de Relacionamento em que estabeleceu um conjunto de pesquisas econômicas sobre o país, produzidas pela organização (ANTUNES, 2004). Tais pesquisas foram publicadas nos anos seguintes, em 2001 e 2005, respectivamente. Na década de 2000, o Brasil construiu expressiva densidade nos debates e decisões em política internacional. Como exemplo, temos a emergência do BRICS e IBAS, criação da UNASUL, fortalecimento do G20 financeiro em detrimento do G7, dentre outros. A crise financeira de 2008 nos EUA, reforçou o entendimento que os países em desenvolvimento deveriam ter mais peso na formulação e implementação da governança econômica mundial. Tal compreensão chegou às reuniões do Conselho Executivo e refletiu na atuação da OCDE através do engajamento ampliado¹⁰⁸. Dessa estratégia, a organização apontou a China, Índia, Indonésia, África do Sul e o Brasil como parceiros estratégicos¹⁰⁹.

108 Desde o início dos anos 1990, a OCDE já expressava abertura para novos membros. Tal postura foi ganhando força gradualmente ao longo dos anos. No entanto, foi em 2007 que a organização realmente estabeleceu o engajamento ampliado como pilar estratégico de desenvolvimento (OECD, 2009).

109 Desses países, Brasil e África do Sul possuíam maior destaque devido à maior receptividade desses Estados com os trabalhos da OCDE. Índia e China, por sua vez, adotaram uma postura mais restritiva no relacionamento com a organização, o que diminuiu a expectativa de grandes avanços entre a OCDE com esses Estados. No caso da Indonésia, o país desde o início, apresentou dificuldades na implementação de recomendações feitas pela

Ao mesmo tempo em que a OCDE manifestava interesse cada vez maior na aproximação com o governo brasileiro, o Itamaraty também procurou se aproximar da organização (CLIFTON e DIAZ-FUENTES, 2014; PATRICK e EGEL, 2015; MELLO, 2020). Em 2004, o subsecretário-geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Itamaraty da época, liderou uma equipe para reunir informações sobre as possibilidades e limitações sobre o estreitamento das relações do Brasil com a OCDE. No ano seguinte, o governo brasileiro instituiu o Grupo Interministerial de Trabalho para Coordenação da Atuação Brasileira junto à OCDE (GIT) (GODINHO, 2018). Tal iniciativa expressou o interesse do governo brasileiro em fortalecer o relacionamento com a organização, enfatizando a formação interministerial, o que enseja a participação de mais setores do governo no tema.

O grupo trouxe um caráter mais profissional e formal para as relações entre o Brasil e a OCDE. Em síntese, o GIT: a) examinou os estudos que estavam sendo produzidos pela organização em vista do interesse do governo; b) analisou a compatibilidade e as condicionalidades dos instrumentos da OCDE com a legislação nacional; c) estabeleceu uma agenda de interesses pra estudo entre o Brasil e a organização; d) monitorou a participação do país nos diversos Comitês e grupos de trabalho da OCDE; e) Fomentou eventos da organização no Brasil, bem como promoveu a divulgação das publicações da OCDE no país.(BAYER, 2010). O GIT existiu até o ano de 2019, quando foi substituído pelo Conselho para a Preparação e o Acompanhamento do Processo de Acesso da República Federativa do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (BRASIL, 2019).

O Brasil avançou no nível de cooperação com a OCDE, ao firmar, em 2015, o Programa de Trabalho Brasil-OCDE. Tal iniciativa previa a participação do governo brasileiro na elaboração de estudos no âmbito da organização¹¹⁰. Conforme observa Thorstensen e Gullo (2018, p.21):

Como fruto desta parceria, participa como membro no Fórum Global sobre Transparência e Trocas de Informações para Fins Fiscais desde 2009 (BRASIL, 2018b), criado no âmbito da OCDE [...] e atuou na elaboração do Plano de Ação sobre a Erosão da Base Tributária e Transferência de Lucros (*Action Plan on Base Erosion and Profit Shifting – BEPS*), lançado em 2013,

organização, bem como expos uma dificuldade de reformulações institucionais para se adequar às diretrizes da OCDE.

¹¹⁰ Apesar do acordo ter ocorrido em 2015, ele foi promulgado apenas em 2019, pelo decreto Nº 10.109 de 7 de novembro de 2019. Contudo, apesar da promulgação tardia, não houve registros de estreitamento do relacionamento entre o Brasil e a OCDE por esse motivo e, tampouco, algum desincentivo à produção de estudos sobre o país no âmbito da organização.

com a identificação de 15 ações destinadas a combater a erosão fiscal internacional.

No âmbito interno, o Programa de Trabalho ensejou novas respostas para a formulação e reajustamentos de políticas públicas no país. No que se refere às implicações externas, possibilitou ao Brasil integrar-se com mais intensidade nos debates e nas propostas relacionadas ao desenvolvimento da economia mundial no contexto da organização. Desde o início dos anos 1990, o Brasil vem se aproximando, gradualmente, da organização, se inserindo de forma irregular nas diferentes esferas temáticas da organização, como uma espécie de “aproximação pelas bordas” (SANCHEZ, 2008).

Em princípio, o país procurou aderir os espaços relacionados a questões econômicas e, com o passar do tempo, ampliou o seu leque de atuação dentro da organização. Outro ponto a ser observado foi a progressiva intensidade da participação do Brasil nas instâncias da OCDE, que se manteve apesar das mudanças de governos. Mais ainda, esse padrão de relacionamento se manteve na transição do bloco no poder neoliberal encabeçado pelo PSDB no executivo para o bloco neodesenvolvimentista liderado pelo PT no governo federal. Isso significa que apesar dos conflitos entre as frações burguesas já aqui destacados, o estreitamento do Brasil com a OCDE não parece ter sido motivo de divergências, pelo contrário, mostra-se, desde o início, a existência de um consenso estabelecido para essa aproximação. Nesse sentido, alguns trabalhos argumentam que o pedido de adesão do Brasil como membro da organização seria natural, uma vez que o histórico de relacionamento do país com a organização indicaria essa tendência (COZENDEY, 2019; THORSTENSEN e GULLO, 2018).

Apesar do padrão de relacionamento do Brasil com a OCDE ser caracterizado como um tipo de estreitamento gradual, não é possível afirmar que tal aproximação, ao ponto do país requerer o ingresso como membro na organização, ocorreria nos governos gestados pelo bloco no poder neodesenvolvimentista. Isso porque as implicações dessa adesão teriam impactos nas frações das classes trabalhadoras e, conseqüentemente, na própria manutenção do bloco. Deixando a suposição de lado, o que temos, de concreto foi que durante 13 anos do PT no executivo federal, juntamente com o bloco no poder que conferiu a existência dessa gestão, a aproximação do Brasil com a OCDE não culminou em um pedido formal do país para tornar-se membro da organização.

Na verdade, o Brasil oficializou requerimento para o ingresso na OCDE em maio de 2017, no governo Temer¹¹¹. Naquela época, o governo brasileiro contava com o apoio de grande parte dos membros, mas ainda não tinha o aval dos EUA, que preferiram a Argentina. Além do Estado argentino, a Romênia, Bulgária, Peru e Croácia também pleiteavam o acesso como membro, o que fez surgir um posicionamento, entre os países membros, da definição de um processo de adesão por vez. Para o Brasil, isso significou uma dificuldade adicional, ou seja, a tentativa de ingresso do Estado brasileiro seria mais lenta. Como resposta, o governo brasileiro movimentou-se no aprofundamento do contato do Itamaraty com a organização, bem como com o estímulo aos demais setores governamentais em avançar nessa iniciativa (COZENDEY, 2019). O governo Temer não conseguiu concluir as negociações para o ingresso do Brasil na OCDE, o que, pelo tempo médio de conclusão dos procedimentos desse tipo, também seria algo incomum. No entanto, o presidente emedebista conseguiu estabelecer uma agenda de atuação para tal iniciativa, que, posteriormente, ganhou novos contornos sob o mandato presidencial de Jair Bolsonaro (GOMES et. al, 2020).

4.2. O processo de adesão do Brasil à OCDE no governo Bolsonaro

O governo Bolsonaro, desde o início, logrou avançar no processo de ingresso do Brasil na OCDE. Revogou o Grupo Interministerial de Trabalho e instituiu o Conselho Brasil-OCDE. Tão cedo, compreenderam a expressiva complexidade do processo para a adesão aos instrumentos e as adequações necessárias para o ingresso. Com efeito, o propósito era reformular a forma de atuação do Brasil na aproximação com a organização, profissionalizando e formalizando os canais de articulação e estratégia política. O Conselho Brasil-OCDE é liderado pelo Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Além desses, fazem parte:

O Ministro das Relações Exteriores; o Ministro da Economia; o Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República; e o Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República (BRASIL, 2019). Até o presente momento, não houve reformulação ou revogação do decreto que instituiu o Conselho. Entretanto, é muito provável que o atual governo Lula faça

111 A busca em tornar-se membro da OCDE pelo governo Temer, inicialmente, não foi pacífica. José Serra, no comando do MRE, não via a proposta de forma positiva. Diferentemente do chanceler tucano, o então ministro da fazenda Henrique Meireles, via com entusiasmo a iniciativa, também compartilhada por Temer. Essa divergência atrasou, em alguma medida, o pedido do Brasil. A saída de Serra do governo e a chegada de Nunes pacificou o assunto, uma vez que o novo chanceler também compreendia a importância do Brasil como membro da organização (CARTA CAPITAL, 2017).

alguma alteração, uma vez que a composição acima refere-se à estrutura ministerial da gestão do ex-capitão do exército¹¹².

O Conselho Brasil-OCDE conta com um Comitê Gestor e uma Secretaria-Executiva. De acordo com o decreto nº9920/2019, cabe ao primeiro:

I - preparar e submeter à apreciação do Conselho Brasil-OCDE a estratégia de governo relativa à preparação e ao acompanhamento do processo de acesso da República Federativa do Brasil à OCDE; II - zelar pela implementação da estratégia de governo relativa à preparação e ao acompanhamento do processo de acesso da República Federativa do Brasil à OCDE e avaliá-la; III - preparar e submeter à apreciação do Conselho Brasil-OCDE a política de comunicação integrada e articulada dos órgãos representados no Conselho Brasil - OCDE nos assuntos afetos à preparação e ao acompanhamento do processo de acesso da República Federativa do Brasil à OCDE; IV - zelar pela implementação da política de comunicação integrada e articulada dos órgãos representados no Conselho Brasil - OCDE nos assuntos relativos à preparação e ao acompanhamento do processo de acesso da República Federativa do Brasil à OCDE e avaliá-la; V - articular e acompanhar a atuação dos órgãos e das entidades setoriais nos assuntos relacionados à OCDE, inclusive por meio de pontos focais a serem designados pelos órgãos e pelas entidades por solicitação do Comitê; VI - recomendar aos órgãos e às entidades setoriais a adoção de medidas destinadas ao alinhamento da ação governamental para a preparação e o acompanhamento do processo de acesso da República Federativa do Brasil à OCDE; VII - assegurar a coordenação prévia e adequada entre os representantes dos órgãos e das entidades do Governo brasileiro nas reuniões e nos eventos de comitês e outros foros da OCDE e em missões à sede da Organização; VIII - submeter, trimestralmente, aos membros do Conselho Brasil - OCDE relatórios sobre o estado de preparação e o acompanhamento do processo de acesso da República Federativa do Brasil à OCDE; IX - manter os órgãos do Governo brasileiro informados sobre o estado da preparação e o acompanhamento do processo de acesso da República Federativa do Brasil à OCDE; e X - contribuir para a promoção das relações entre a República Federativa do Brasil e a OCDE e para a divulgação de estudos e eventos realizados no País pela Organização (BRASIL, 2019).

É oportuno salientar que, diferentemente das reuniões do Conselho, que ocorrem anualmente, a frequência de encontros do Comitê Gestor Brasil-OCDE, com a possibilidade de reunião extraordinária, haja vista a necessidade do mesmo. Com efeito, o Comitê Gestor possui o mesmo arcabouço de representação do Conselho. Nesse caso, entretanto, não há necessidade

112 Logo no início do seu terceiro mandato presidencial, Lula assinou uma medida provisória (MP 1154/23) que determinava a reformulação da estrutura ministerial do governo brasileiro.

do Ministro em si, mas de um representante de cada Ministério¹¹³. No que se refere à Secretaria-executiva, sua função é mais modesta, prestando um papel de ordem consultiva.

Em outras palavras, ela auxilia o Comitê no desenvolvimento de estratégias, fornece informações e elabora relatórios provenientes de sua atuação. Em grande medida, o Conselho Brasil-OCDE manteve as diretrizes de do Grupo Interministerial, no tocante aos estudos acerca do nível de adesão do governo brasileiro aos instrumentos da OCDE, bem como no aprofundamento do relacionamento com a organização. Contudo, a diferença reside no empenho mais assertivo em ampliar a adesão dos instrumentos da OCDE ao escopo do Estado brasileiro. A respeito da profissionalização, o governo Bolsonaro solicitou auxílio da OCDE na implementação de um Centro de Governo, sob os moldes daquilo que é preconizado pela organização.

Os Centros de Governo da OCDE são organismos administrativos cuja essência é a transversalidade das decisões burocráticas. Em outras palavras, a organização elaborou um modelo de gestão pública em que há uma tomada de decisão operada de forma conjunta, por diferentes setores do governo (OECD, 2014; OECD, 2018). A ideia era garantir maior uniformidade na impressão dos interesses do governo que, em muitas ocasiões, são travadas por interesses particulares de cada departamento governamental. O Brasil chegou a desenvolver um Centro de Governo a partir desse modelo (CIG, 2022). Apesar da iniciativa do governo brasileiro em aperfeiçoar as relações intergovernamentais em um contexto de maior versatilidade e eficiência na administração pública, a OCDE fez uma série de críticas ao Centro de Governo do Brasil (OCDE, 2022). Diferentemente de outros países membros, a organização indicou que, embora seja válido o esforço do governo brasileiro, o país conta com baixa colaboração institucional, enfatizando a atenção nos processos em si e não nos resultados obtidos.

Em agosto de 2021, o governo brasileiro lançou um documento intitulado *Estratégia de Governo para a preparação e acompanhamento do processo de acessão do Brasil à OCDE*¹¹⁴.

113 O Conselho se reuniu quatro vezes. Em 2019, 2021 e duas em 2022. O Comitê, por sua vez, realizou 26 reuniões, sendo a última em 16 de dezembro de 2022.

114 Outro documento lançado no mesmo ano, intitulado *Política de comunicação para a preparação e o acompanhamento do processo de acessão do Brasil à OCDE*, já havia indicado grande parte do documento lançado em agosto. Porém, apesar do destaque a necessidade do uso da comunicação do governo como forma de fortalecimento da iniciativa do Conselho, o texto contribui pouco para o entendimento do processo de adesão do Brasil à OCDE na gestão Bolsonaro.

Nesse arquivo, a equipe do Conselho faz um balanço da relação entre Brasil e OCDE, bem como reforça o seu papel e o que já foi realizado no processo de ingresso do Brasil como membro da organização. No que diz respeito às diretrizes da estratégia do governo, o documento aponta:

Manter regularmente informados os membros do Conselho Brasil-OCDE (Ministros de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, das Relações Exteriores, da Economia, da Secretaria-Geral da Presidência da República e da Secretaria de Governo da 14 de 22 Presidência da República) acerca dos avanços e desafios da preparação e do processo de acesso do Brasil à OCDE. Manter, igualmente, os referidos membros informados acerca das eventuais implicações para os processos legislativos, políticas públicas, inclusive política externa, e negociações internacionais; Supervisionar e, quando necessário, facilitar ações necessárias com outros órgãos e entidades para a preparação para o referido processo; Promover a coordenação e solidez técnica nas ações do governo brasileiro relacionadas com o processo; Contribuir para a superação dos desafios para a convergência do Brasil aos padrões da OCDE; Promover, por meio dos órgãos competentes, a comunicação acerca do andamento do processo de candidatura à acesso à OCDE, inclusive por meio da atualização regular de informações nos portais eletrônicos da Presidência da República e dos ministérios das Relações Exteriores e da Economia; e Procurar assegurar os recursos orçamentários necessários à boa condução da preparação do processo de candidatura à acesso e a adequada participação do Governo brasileiro em instâncias da OCDE, inclusive por meio da inclusão nos projetos de Lei Orçamentária, a começar pelo PLO para 2022, bem como no Plano Plurianual, de eventuais ações orçamentárias (BRASIL, 2021, p.13-14).

Em outubro de 2022, identifica-se o último feito significativo do governo acerca dessa matéria. Em suma, o Brasil enviou à OCDE um memorando com diversas informações do país, bem como indicando o esforço significativo do governo (MÁXIMO, 2022). Apesar da transparência na publicação de relatórios e das atas das reuniões do Conselho Brasil-OCDE, o governo manteve sigilo de mais de 1100 páginas de documentos que o país enviou à OCDE, impedindo o escrutínio público (CHADE, 2022b). Além disso, há indícios de que o governo distorce dados, insuflando as informações com números positivos sobre a política ambiental do executivo federal. Não menos, há sinais de distorção de informações sobre o combate ao trabalho escravo no Brasil, bem como omitindo o chamado “orçamento secreto” da organização (CHADE, 2022c; CHADE, 2022d). Portanto, apesar de parte do governo ter demonstrado empenho em assentar o Brasil como membro da OCDE, os resultados do governo revelam que foi a própria gestão Bolsonaro que sedimentou obstáculos significativos para o avanço do processo. Não obstante, o governo brasileiro produziu sete relatórios de acompanhamento do processo de ingresso do Brasil na OCDE. De modo geral, é possível identificar um esforço

significativo de determinados setores do governo em avançar na pauta. Em contraste, é possível afirmar que o bolsonarismo, enquanto força política e social, dificultou esse avanço.

4.3. Vale a pena o Brasil na OCDE? Uma síntese dos argumentos favoráveis e contrários ao ingresso

Desde a manifestação formal do governo brasileiro em solicitar o ingresso do Brasil na organização, muitos argumentos contrários e favoráveis surgiram, tanto pelos noticiários econômicos quanto nos debates acadêmicos. Os argumentos se resumiam às seguintes noções: do lado daqueles favoráveis à adesão do Brasil na OCDE, o país ganharia uma espécie de “selo de qualidade”, tornando-se mais sensível para investimentos estrangeiros e ganhando densidade política nas discussões e decisões em economia política global. Como resultado, teríamos a própria modernização conferida ao Estado brasileiro a partir dos preceitos e instrumentos da organização. Não obstante, o Brasil obteria oportunidades de ampliar o seu leque de informações sobre si mesmo, através do aumento de estudos e pesquisas da OCDE acerca da realidade brasileira. Por conseguinte, o país poderia estabelecer, na condição de membro, um intercâmbio amplo e complexo, dos mais variados temas, propiciando a formulação e implementação das mais eficientes políticas públicas.

Do lado contrário ao ingresso, advogam que o governo brasileiro condiciona a soberania do Brasil em um conjunto de recomendações e instrumentos que não foram elaborados a partir das potencialidades, debilidades e limitações do Estado brasileiro. Não menos, países, que hoje defendem esse arranjo de ajustes e práticas governamentais de caráter liberal, não se tornaram desenvolvidos o adotando. Pelo contrário, os defensores da abdicação do Brasil no ingresso da OCDE argumentam que foi o desenvolvimento dos países que hoje, são membros da organização, ocorreram a partir de uma clara soberania estatal, capaz de estabelecer as bases para a execução de um projeto nacional de desenvolvimento. No plano externo, os críticos do processo de adesão pelo Brasil, indicam que o país poderá perder o peso da liderança em relação aos países subdesenvolvidos, o que significaria, uma diminuição no poder dissuasório do país no objetivo de reformar o sistema internacional.

A CNI, ao instituir o painel de acompanhamento do processo de ingresso do Brasil na OCDE, procurou identificar, em detalhe, os efeitos positivos de cada instrumento da organização na indústria brasileira. Os documentos divulgados pelo governo reforçam os

benefícios de modo geral, bem como análises que reiteram e complementam esses benefícios (COZENDEY, 2019; THORSTESSEN, 2018; VELASCO JÚNIOR, 2017; GOMES et.al, 2021).

No documento em que o governo brasileiro define a estratégia para a adesão, destacam-se os seguintes pontos:

- maior influência do Brasil na definição de parâmetros para negociações econômicas internacionais, por exemplo nas áreas de comércio, investimentos, tecnologias, propriedade intelectual e cooperação técnica e financeira, nas quais a OCDE desponta como Organização pioneira em termos analíticos, estatísticos e conceituais;
- maior influência do Brasil em organismos que guardam considerável inter-relação com os trabalhos da OCDE, tais como G20, OMC, FAO e OIT;
- fortalecimento e modernização institucional, por meio da aceleração das reformas estruturais, com vistas ao aumento da eficiência, transparência e prestação de contas dos órgãos de Governo;
- maior racionalidade e eficiência das políticas públicas, o que deverá resultar em impactos sociais e econômicos positivos e crescimento da confiança dos agentes econômicos nas instituições nacionais;
- aperfeiçoamento de políticas públicas e troca de experiências por meio de avaliações por pares, contribuindo para a convergência das políticas públicas brasileiras às boas práticas internacionais;
- maior estabilidade e previsibilidade do quadro regulatório brasileiro, por meio do alinhamento com as boas práticas internacionais em diversas áreas de política e regulação, o que poderá resultar em melhoria do ambiente de negócios e maior atratividade para os investidores internacionais;
- e • fortalecimento da imagem externa do país, em vista de seu comprometimento com políticas transparentes e boas práticas internacionais, o que poderá contribuir para a redução do custo de financiamento externo e para a atração de investimentos estrangeiros diretos (BRASIL, 2021, p.10).

Alguns trabalhos procuraram examinar esses benefícios a partir de análises históricas e comparações de países em desenvolvimento que ingressaram na organização. Basicamente, o propósito foi comparar o desempenho econômico desses Estados antes e depois de se tornarem membros da OCDE. Esses trabalhos utilizaram alguns indicadores econômicos como, nível de crescimento econômico, de investimento externo e dívida pública. Outros, por sua vez, examinaram o desempenho de países em comparação à participação de outras organizações e instituições, como o FMI e a OMC. Esse foi o caso de Canuto e Santos (2021), por exemplo, expuseram a tese, amparada em outros estudos, que a participação progressiva nas entidades econômicas e financeiras internacionais induziram o desenvolvimento econômico. A partir desse diagnóstico, os autores sustentaram que a adesão do Brasil seria mais um exemplo dessa tese.

Baumann (2021), por sua vez, enxerga maior abertura ao comércio dos países que passaram a fazer parte da OCDE. Além disso, o autor indica expansão na formação de capital

desses Estados e adverte para o aumento do investimento estrangeiro direto. Por outro lado, Baumann afirma que “não foi possível identificar melhoras no nível de consumo final nem trajetórias bem definidas para a taxa de câmbio efetiva” (p.31) e reconhece que “é difícil isolar, em termos quantitativos, os efeitos específicos derivados da membresia plena.” (p.48).

Em contrapartida, outros trabalhos reforçam a concepção de que há fortes impactos negativos no ingresso do Brasil na OCDE. Ribeiro (2020) avalia que as recomendações da OCDE limitam a autonomia nacional para avanços institucionais do Estado brasileiro. Neves (2021), por exemplo, examina a entrada do México e do Chile na organização, como forma de nutrir, com informações, os possíveis cenários na vez do Brasil. No caso mexicano, o autor ressalta que a média de crescimento econômico do país foi ligeiramente maior, nos primeiros cinco anos como membro da organização, em comparação aos cinco anos anteriores.

No entanto, Neves observa que o PIB do país, nesse período, também se mostrou mais frágil, “pois ele apresenta uma trajetória de queda tanto no período anterior quanto no posterior ao acordo” (2021, p.116). Com relação aos investimentos externos diretos no México, o economista reconhece um aumento no nível de capital estrangeiro depois da entrada do país na organização. Contudo, Neves lembra que o Estado mexicano, naquela época, passou a integrar o NAFTA, o que estimulou os fluxos financeiros e investimentos por parte dos EUA e Canadá. Desse modo, não é possível afirmar que o ingresso do México na OCDE foi o responsável por esse aumento e, tampouco, mensurar, com precisão, os impactos reais da adesão do país no tocante aos investimentos externos.

O autor analisou o país, também, pelo indicador da dívida pública. Nesse caso, Neves argumenta que houve, após a entrada do México na organização, uma diminuição da dívida pública no país. Com efeito, pela adoção das práticas recomendadas pela organização, existe a crença, da própria OCDE e daqueles que defendem o Brasil tornar-se membro, de que a dívida pública seria reduzida. Não obstante, parece que essa hipótese se comprovou no caso mexicano. Entretanto, Neves, ao analisar a dívida pública do Chile, observou que, mesmo após o ingresso do país na OCDE, não houve diminuição e sim, um crescimento da dívida pública. Ainda no contexto chileno, o autor reconhece que o nível de investimento externo no país aumentou. Contudo, Neves salienta que ao analisar a série histórica, o Chile já estava em um processo crescente no recebimento de investimentos estrangeiros. Por fim, quando o autor examina o

PIB do Estado chileno no período anterior e posterior ao ingresso do país na OCDE, observa que não houve diferenças consideráveis.

Por seu turno, Duran e Steinberg (2021) analisam os possíveis efeitos da adesão do Brasil ao Código de Liberalização do Movimento de Capitais da OCDE. Essa iniciativa é uma das principais iniciativas da agenda de interesses da burguesia associada, por facilitar e projetar o fluxo monetário e financeiro do país junto ao mercado mundial. No entanto, os autores avaliam que essa flexibilização do aparato jurídico nacional, na verdade, ocasionaria em uma fragilização da economia brasileira, tornando o país mais suscetível às crises econômicas internacionais.

De fato, o debate acerca dos favoráveis e contrários ao ingresso do Brasil na OCDE está aberto. Talvez, o mais importante nessa discussão é identificar os custos e benefícios dentro da divisão de classes na sociedade brasileira. Com efeito, nos é interessante, compreender como esses possíveis problemas e oportunidades, oriundos desse processo, incidem nas frações burguesas. Dessa forma, procuraremos responder esse questionamento no tópico seguinte.

4.4. A expectativa do Brasil como membro da OCDE: posicionamentos e benefícios para as frações burguesas

Ao longo do nosso estudo sobre as implicações para as frações burguesas do ingresso do Brasil na OCDE, advogamos pela tese de que a iniciativa compreende, de modo geral, todos os perfis dos setores burgueses no Brasil. Isso significa que existe um consenso dessas frações sobre o governo brasileiro promover a adesão do país como membro da organização. Nesse sentido, apresentaremos alguns pontos que reforçam tal entendimento. Dividiremos essa seção em duas partes. Na primeira, analisaremos a reação da burguesia interna em relação ao ingresso do Brasil na OCDE. Com efeito, utilizaremos a CNI e a FIESP no tocante aos setores industriais. É oportuno, também, a análise no contexto do agronegócio. Aqui, enfatizamos a Associação Brasileira de Agronegócio (ABAG), a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e Confederação Nacional da Agricultura (CNA) como exemplos do setor. Na outra esfera da burguesia interna, destacamos o capital financeiro majoritariamente nacional e oligopolizado que, do ponto de vista de representação, pode ser compreendido pela FEBRABAN.

Na segunda parte, analisaremos a iniciativa a partir da agenda de interesses da burguesia associada. Nesse caso, reconhecemos a dificuldade metodológica em precisar os setores de representação dessa fração que expressam uma agenda política aberta e informativa. Por certo, é possível identificar algumas entidades que poderiam representar essa fração como, por exemplo, a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ABIMA), Associação de Investidores no Mercado de Capitais (AMEC), Associação Brasileira de Investidores (ABRADIN). No entanto, diferentemente da FIESP e a CNI, esse conjunto de entidades não apresentam posicionamentos políticos públicos, atuando de forma mais contida na esfera política. Desse modo, há uma dificuldade em identificar, explicitamente, os posicionamentos dessas frações pelas suas entidades de representação.

No esforço de superar esse obstáculo metodológico, consideramos declarações e posicionamentos daqueles que integram a chamada “Faria Lima”, em relação ao mercado financeiro. Em suma, consideramos o conjunto de empresas, corretoras de investimento e escritórios de consultoria financeira que induzem a opinião pública desse setor. Ainda assim, são escassas declarações sobre o tema específico sobre o processo da adesão do Brasil à OCDE, o que nos induz a compreendermos esse posicionamento por atuações que indiquem a defesa dessa iniciativa. Conforme Boito (2020) aponta a diferença, na teoria marxista, entre o tomador de decisão e aquele que se beneficia com ela. Dessa forma, em nossa análise, enfatizamos, em especial, os efeitos da adesão para essa fração burguesa.

A CNI, desde o início da divulgação do objetivo do governo brasileiro em aderir a OCDE, mostrou-se de acordo com a iniciativa. Mais ainda, conforme já apontamos, instituiu um painel de acompanhamento, indicando, em detalhes, como cada instrumento poderia beneficiar a indústria nacional. A FIESP, por sua vez, também aprova o ingresso do Brasil. Em julho de 2019, a federação publicou um estudo, destacando os efeitos positivos para o Estado brasileiro caso o país faça parte da OCDE (FIESP, 2019). É oportuno destacar a aproximação do empresariado da FIESP com funcionários da organização, atuando na delimitação de diretrizes para a indústria através de encontros e eventos conjuntos. Dentre alguns temas, destacamos: a) estudo de boas práticas internacionais em matéria de desenvolvimento industrial (OCDE, 2015); b) Trâmites burocráticos para pagamento de tributos (FIESP, 2016a); c) Promoção da segurança e combate à mercados ilícitos (FIESP, 2016b); d) Desburocratização e

eficiência da gestão pública (FIESP, 2016c); e) Adesão do Brasil à OCDE e preços de transferência (FIESP, 2022)¹¹⁵.

No tocante ao agronegócio, por mais que não exista uma nota explícita sobre o apoio do Brasil em pleitear o posto de membro da organização, as entidades do setor têm a OCDE como referência, pelo menos do ponto de vista discursivo. É importante salientar que o agronegócio também possui suas frações, particularidades e formas de atuação (POMPEIA, 2021; DELGADO, 2012). Não obstante, sua agenda de interesses é diversa, bem como os seus desdobramentos na esfera pública (DIAP, 2018; LIMA, 2018).

Das três entidades que destacamos, todas elas expressam o compromisso com a adoção de práticas de promoção ao meio ambiente defendidas pela OCDE. A ABAG, por exemplo, conta com um Comitê de Sustentabilidade e Bioeconomia, com o objetivo de introduzir e expor o compromisso do agronegócio brasileiro com o desenvolvimento sustentável e economia verde (ABAG, 2021). A entidade também já expressou iniciativas de restauração do solo devido ao desenvolvimento da pecuária nacional (ABAG, 2022a). Tais expressões em defesa do meio ambiente também podem ser vistas em documentos da FPA (FPA, 2020) e da SNA (SNA, 2019). A CNA, por exemplo, tem mostrado adesão a essas diretrizes e, mais ainda, realizando encontros com representantes da própria OCDE (CNA, 2022). Por seu turno, a confederação tem, historicamente, acompanhado os trabalhos da organização sobre a agricultura brasileira (CNA, 2023a).

A CNA apresenta um perfil mais moderado e mais técnico em comparação às demais, evidenciando a cooperação internacional, dialogando com a comunidade europeia, por exemplo, bem como a integração política como forma de atuação (CNA, 2023b). A ABAG, por sua vez, tem se posicionado contrária aos países europeus no chamado *Green Deal*¹¹⁶. Em suma, há o entendimento de que a defesa de práticas em defesa ao meio ambiente tem levado, na verdade, à restrição do avanço produtivo do agronegócio nacional. Em outros termos, a ABAG defenderia as medidas em defesa ao meio ambiente, porém não na intensidade dos europeus

115 Vale destacar outras manifestações de apoio ao ingresso do Brasil na OCDE como, por exemplo, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (FIEMG, 2023; ASN, 2022).

116 O Green Deal, conhecido também como Acordo Verde Europeu, foi criado pela Comissão Europeia, em dezembro de 2019, com o objetivo de preparar a Europa para tornar-se o primeiro continente a zerar as emissões líquidas de carbono e, assim, conseguir a neutralidade climática até 2050. O Acordo visa um conjunto de medidas relacionadas ao desenvolvimento sustentável e promoção da biodiversidade.

(ABAG, 2022b; ABAG, 2023). Outro ponto em discordância refere-se ao voto de qualidade do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Apesar do apoio à reforma tributária, baseada, em parte, pelos preceitos da OCDE, a FPA, por exemplo, diverge da organização, em relação ao papel da Receita Federal frente ao CARF (CANAL RURAL, 2023; INVESTING, 2023). Essa divergência é algo importante devido ao peso que a OCDE impõe ao governo brasileiro sobre tal matéria (NASCIMENTO, 2023).

Com relação aos benefícios do ingresso do Brasil na OCDE, destacam-se, principalmente, os investimentos externos e seus desdobramentos. Há uma agenda de recepção de investimentos na estrutura industrial, nas cadeias produtivas e no processo de modernização agrícola através da importação de bens de capital e facilitação de aquisição de outras novas tecnologias. Vale salientar também que há o componente de investimento para essa fração também no setor financeiro, uma vez que tanto a indústria quanto o agronegócio estão no mercado de capitais. Outro ponto importante é a maior clareza desses setores em sua própria relação com o Brasil e o mundo, através de estudos e pesquisas fomentadas pela organização.

No âmbito do agronegócio, apesar do apoio, o custo desse processo é mais evidente. Desse modo, há um paradoxo: ao mesmo tempo que as entidades do setor operam na publicidade de um país agrícola, moderno e permeado de uma conduta de proteção ao meio ambiente, fazem frente à atuação dos países europeus nesse tema. Apesar dos embates não serem no âmbito da OCDE, e sim ocorrer em outras esferas da governança internacional, esses Estados são os principais membros da organização. Por conseguinte, existe uma possibilidade considerável de que enfrentamentos das entidades do agronegócio brasileiro com os governos da Europa, refletem no relacionamento do Brasil com esses países no âmbito da OCDE. No caso da FREBRABAN, o aumento do fluxo monetário no país, permitiria a ampliação de operações financeiras, por parte dos bancos e demais entidades financeiras do capital nacional.

Com efeito, os investimentos externos também estão na centralidade da burguesia associada. Entretanto, diferente do objetivo em sofisticar as estruturas de produção nacionais, sejam elas do agronegócio ou da indústria, essa burguesia visa o aumento do fluxo de capital financeiro internacional no Brasil. Além disso, essa fração advoga pela modernização brasileira através do fomento da produção e serviços estrangeiros no país.

Vale destacar alguns fatos que aludem à relação da burguesia associada com a OCDE. Caio Megale, economista-chefe da XP investimentos¹¹⁷ e membro da equipe econômica do então Ministro Paulo Guedes, salientou a importância do Brasil tornar-se membro da organização e avaliou a necessidade de avanço nas reformas institucionais do país para essa concretização (ALVES, 2021). A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), uma autarquia do governo federal, mas dominada pelo interesse do mercado privado de capitais, tem um histórico de eventos conjuntos com a OCDE. Em dezembro de 2022, o presidente da CVM João Pedro Nascimento, avançou ainda mais nesse relacionamento, ao entrar para o Comitê de Governança Corporativa da organização (GARÇON, 2023). Nessa época, tornou-se público o receio das multinacionais com o prejuízo do Brasil não aderir à OCDE (RODRIGUES, 2022). Dos principais pontos da agenda de interesses que a OCDE atende a burguesia associada, destacam-se dois: 1) os instrumentos e recomendações para atuação das multinacionais do país; 2) as implicações dos Códigos de Liberalização do Movimento de Capitais.

O Brasil vem adotando recomendações da OCDE desde o final da década de 1990 em relação às multinacionais. Na agenda da burguesia associada, identifica-se a facilitação da entrada de empresas estrangeiras, especialmente as de grande porte, pois, dessa forma, emerge-se uma gama de oportunidades no mercado de ações nacional. Tal medida implica em benefícios, de certa forma, para as classes trabalhadoras, uma vez que facilita e estimula o acesso ao consumo. Além do impacto econômico da progressiva entrada das multinacionais no país, há também as implicações desse fenômeno na esfera pública, reconfigurando as práticas de lobby e de defesa de interesses dessas empresas, tanto na administração pública quanto nas casas legislativas. Como exemplo, nota-se as iniciativas de combate à tributação e promoção de medidas como o marco legal do câmbio, que permite operações monetárias em circuitos financeiros que, até então, só eram permitidas em moeda nacional.

Nesse tema, o governo Bolsonaro instituiu o Ponto de Contato Nacional (PCN) do Brasil, uma articulação interministerial liderada pelo Ministério da Economia, responsável pelo avanço das Diretrizes para Empresas Multinacionais. Em vista da reposta desse governo ao bloco no poder que o sustenta, é compreensível que exista uma disposição mais aguda em atender os interesses da burguesia associada. Nesse caso, o PCN simboliza a iniciativa institucional em responder, prioritariamente, essa fração de classe burguesa. Nesse sentido, o governo procurou

117 A XP Investimentos é uma das principais corretoras financeiras do país e também conhecida na esfera política.

ampliar a disseminação dessas diretrizes no Brasil, elencando as possibilidades e desafios em promover, ainda mais, melhores condições para a atuação de multinacionais no país (ALBRES, 2021).

Sobre os Códigos de Liberalização do Movimento de Capitais, o governo Bolsonaro, juntamente com o Banco Central brasileiro, ensejou esforços na construção de bases para a aderência do país ao mesmo. Nesse caso, a adesão ao código de liberalização é ainda mais importante na agenda de interesses da burguesia associada, justamente pela amplitude das operações financeiras no país. Em outros termos, o código propicia mais impacto, em termos quantitativos, nos investidores e especuladores financeiros, por suscitar tanto em ações quanto em títulos no mercado de capitais.

A implicação significativa da adesão dos códigos na economia brasileira, por sua vez, compreende a superação de obstáculos jurídicos e políticos. Por isso, mesmo com a disposição do governo Bolsonaro nesse empreendimento, o mandato do ex-capitão termina sem essa realização. Ao mesmo tempo, a conclusão dessa adesão alcança o país à uma posição muito próxima do pleito de membro da organização. Em maio de 2022, a OCDE identifica os esforços do governo na criação de condições para a adesão aos códigos e, dessa forma, apresenta ao Brasil, o convite formal para aderir aos Códigos de Liberalização. Por mais que a resposta do governo tenha sido positiva, não houve tempo para a adesão formal aos códigos naquele ano. No atual mandato de Lula, essa discussão está, até o presente momento, estacionada, o que também é reflexo do próprio manejo do governo com o tema do ingresso do Brasil na OCDE.

Contudo, é possível que a nova gestão do presidente Lula avance na adesão aos códigos, uma vez que parte da burguesia associada sustenta o atual bloco no poder. De fato, essa burguesia deixou de ser a fração hegemônica de classe e, agora, identificamos o retorno da burguesia interna nessa posição. Contudo, isso não significa que o bloco no poder atual tenha os mesmos contornos do bloco no poder neodesenvolvimentista dos governos do PT nas décadas passadas. A nova realidade brasileira impõe novas faces a esse novo bloco no poder neodesenvolvimentista que ainda não está claro, o que necessita de mais estudos sobre o tema.

Com efeito, o terceiro governo Lula parece adotar estratégia semelhante de neutralização dos conflitos com a burguesia associada, conseguindo, em alguma medida, satisfazer seus interesses. Nota-se tal observação a partir da diminuição da desconfiança e o crescimento do apoio do mercado financeiro ao Ministro da Fazenda Fernando Haddad

(AGOSTINE, 2023). Em entrevista, o diretor da Quaest, instituto responsável pela pesquisa, Felipe Nunes, afirmou que a avaliação positiva do Ministro se deve ao arcabouço fiscal, projeto do governo que substituiu a PEC 55/2016, e à reforma tributária proposta pelo executivo (UOL ECONOMIA, 2023). Dessa forma, percebe-se que grandes iniciativas do governo Lula na área econômica têm respondido essa fração. Isso significa também que outras iniciativas também possam ser empreendidas para garantir algum apoio de parte dessa fração ao governo, bem como a paralisação de conflitos e rejeição ao executivo federal¹¹⁸.

4.5. Os obstáculos do Brasil como membro da OCDE: a extrema-direita brasileira e a contestação da ordem internacional liberal

Por fim, temos o seguinte questionamento: se o ingresso do Brasil na OCDE atenderia, de modo geral, o conjunto da burguesia brasileira, por qual motivo ele não ocorreu? Nossa tese é de que apesar de o alinhamento ao neoliberalismo por parte importante do governo, a gestão Bolsonaro materializou a extrema-direita na governabilidade do Estado brasileiro. Em outras palavras, a exemplo do que examinamos no capítulo II acerca de um conflito. De um lado, o bolsonarismo enquanto força social de extrema-direita, iliberal e de outro, um suposto liberalismo, que na verdade seria neoliberalismo, que caracterizaria o governo, em alguma medida. Desse modo, o que sugerimos nesta análise é uma diferença entre um lado do governo, de caráter mais burocrático, comprometido em fazer do Brasil um membro da OCDE e, de outro, um perfil mais ideológico, pouco afeito a esse tipo de engajamento, cuja centralidade da agenda está a disputa de narrativas e a busca permanente da extensão do ambiente eleitoral. Nesse contexto, vale destacar o impacto do bolsonarismo na atuação do Itamaraty, revelando o contraste dessa força social com a burocracia pública oriunda do Instituto Rio Branco (CHADE, 2022b).

¹¹⁸ É oportuno destacar o simbolismo da escolha de Geraldo Alckmin como vice-presidente na chapa de Lula na disputa presidencial em 2022. Nos primeiros dois governos petistas, o vice-presidente era José Alencar, empresário industrial mineiro, que simbolizava, com Lula, o ideal nacional de uma aliança entre industriais e trabalhadores na construção de um novo Brasil. Ao mesmo tempo, a figura de Alencar era, também, a ilustração da burguesia interna no governo. Por conseguinte, na terceira vitória, é Alckmin, quadro histórico do PSDB, principal partido de representação política da burguesia associada, que assume o papel de personagem representante dessa fração burguesa. Nesse caso, a figura do ex-governador tucano é ainda mais complexa, pois ao indicar proximidade com as frações da burguesia associada, também indica uma busca pela aproximação com setores mais conservadores e do campo à direita do espectro político nacional.

Isso se reforça nos discursos e posicionamento do ex-presidente e aqueles oriundos do arquétipo bolsonarista sobre o meio ambiente, por exemplo, e de contraposição à ordem liberal internacional, aquela que justamente gestou a OCDE. Não somente do ponto de vista discursivo, a política ambiental do governo Bolsonaro tornou-se um dos grandes obstáculos para a conclusão do processo. Alguns já destacamos aqui. No entanto, é oportuno apontar outras considerações. De acordo com o Observatório do Clima, o ex-capitão foi o presidente, desde FHC, que menos gastou com políticas de proteção ao meio ambiente (LACERDA, 2023). Não obstante, a OCDE identificou retrocesso do Brasil no combate à corrupção, prejudicando o processo de ingresso do país na organização (GRATAN, 2022).

Com efeito, o bolsonarismo enquanto força política e social de extrema-direita afetou as estruturas do bloco no poder neoliberal, que sustentou os governos Temer e Bolsonaro. No caso do primeiro, dentre inúmeras debilidades, talvez a principal seria a falta de legitimidade popular, bem como a falta de legitimidade, por parte considerável da população, do próprio rito de impedimento que culminou na ascensão de Temer à Presidência da República. Bolsonaro, por sua vez, conseguiu uma sólida base popular, que mesmo nos piores momentos, detinha uma parcela relevante da sociedade. Dessa forma, o paradoxo é que o próprio bolsonarismo, ao atuar na corrosão das estruturas democráticas e dificultar, em alguma medida, o avanço do neoliberalismo a partir dos arranjos da ordem internacional liberal.

Não obstante, nota-se os conflitos no seio do bloco no poder neoliberal ortodoxo sob a gestão Bolsonaro. O bolsonarismo, de algum modo, reformulou a leitura de que o empresariado brasileiro atuava em curto prazo e de forma pragmática. A CNI e FIESP ao longo do governo Bolsonaro por exemplo, pouco expressou descontentamento com o governo e, tampouco, adotou uma postura de enfrentamento com o mesmo. No final do primeiro ano de mandato, Bolsonaro foi homenageado pela CNI (R7, 2019). Na primeira metade do seu governo, o ex-capitão tinha o apoio explícito e veemente do ex-presidente da FIESP, Paulo Skaf. Isso se traduziu na própria relação do ex-mandatário brasileiro com a federação.

A saída de Skaf e a chegada de Josué Alencar como presidente da entidade foram alguns dos reflexos da crise desse bloco no poder. Em 2022, a FIESP promoveu um manifesto pela democracia, que, apesar de não ser uma crítica explícita a Bolsonaro, sugeriu não apoiar os

movimentos que visam a corrosão do Estado democrático de direito ¹¹⁹. Na época, muitas entidades de representação da burguesia interna assinaram o manifesto, dentre elas: Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base; Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães & Bolos Industrializados; Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos e Odontológicos; Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais; Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo; Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial; Pensamento Nacional das Bases Empresariais e Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. É importante destacar também a adesão da FEBRABAN ao manifesto (BULLA e FERNANDES, 2022).

Na verdade, o relacionamento da Federação com o governo Bolsonaro foi se desgastando ao longo dos anos, o que nos ajuda a compreender a natureza do colapso desse bloco no poder. Em outubro de 2020, Paulo Guedes afirmou que a FEBRABAN era uma “casa de lobby” e que a mesma agiu para derrubá-lo do cargo de Ministro da Economia (MARTELLO, 2020). Em 2021, a federação passa adotar uma postura mais crítica e explícita ao governo, reforçando o descontentamento do capital financeiro nacional no bloco no poder¹²⁰ (CARAM, WIZIACK e GARCIA, 2021).

Por outro lado, a CNI e parte considerável do empresariado da FIESP rejeitou o manifesto (LANDIM, 2022; RIBEIRO, 2022)¹²¹. Entidades ligadas ao agronegócio também não assinaram o manifesto promovido pela FIESP, porém lançaram um próprio (CARTA CAPITAL 2022). Esse, no entanto, não teve o mesmo impacto na opinião pública, uma vez que essas entidades adotam um tom mais neutro. Na verdade, o manifesto do agronegócio procurou conciliar uma defesa pela democracia sem passar, todavia, algum tipo de indisposição com o bolsonarismo¹²².

119 Além do manifesto pela democracia em reforço à legitimidade do processo eleitoral em 2022, a FIESP já havia ensaiado um manifesto semelhante em 2021. Na época, o então presidente da federação Paulo Skaf suspendeu o manifesto no intuito de evitar que o mesmo se tornasse um ataque ao governo Bolsonaro.

120 A mudança de comportamento da FEBRABAN deve-se às declarações de Guedes sobre retirar a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil da federação. Na época, o ex-ministro indicou essa possibilidade como resposta a adesão da FEBRABAN ao manifesto pela democracia que fora elaborado em 2021.

121 É oportuno informar que o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) também não assinou o manifesto (WIZIACK, 2022).

122 Algumas entidades assinaram os dois manifestos, como a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese analisou as implicações do processo de ingresso do Brasil na OCDE. Compreendemos esse processo à luz do desenvolvimento e das transformações dos blocos no poder, que estruturam as relações de classe no Brasil. Dessa forma, tentamos responder em que medida a participação do Estado brasileiro como membro da organização, atende as frações de classe burguesas. Não obstante, chegamos à conclusão divergente da nossa hipótese preliminar.

Argumentávamos, inicialmente, que a adesão do Brasil à OCDE beneficiava, em especial, a fração da burguesia associada, indicando que os ganhos das demais frações burguesas seriam marginais em relação à esta. No entanto, ao contrário de nossa percepção inicial, que o processo de adesão do Brasil atende o conjunto da burguesia no Brasil. Isso não significa que a tentativa de ingresso na OCDE atende de forma igualitária a burguesia de modo geral. Dada a multiplicidade das áreas de atuação da OCDE, os ganhos de cada fração burguesa varia de acordo com o compromisso do Brasil no contexto de cada temática.

Contudo, há um elemento geral a ser destacado: na medida em que o governo brasileiro adotaria as recomendações da OCDE em seus mais variados temas, o país sinalizaria ao capital internacional maiores possibilidades de rendimentos, que poderia incidir tanto mercado produtivo quanto no financeiro. Dessa forma, os ganhos específicos de cada setor identificado como burguesia interna ou burguesia associada, devem ser analisados conforme as suas particularidades.

No entanto, todas elas, seriam contempladas pelo investimento e financiamento estrangeiro no seu ramo de atuação. Vale destacar que essa contemplação advém de uma sinalização aos detentores do capital fora do país, que se desdobra em expectativas de investimento e financiamento, e não de certezas. Em outras palavras, nada garante que a adesão às recomendações da OCDE automaticamente traria investimentos ao país e, mais ainda, à essas frações. Na verdade, defendemos tais investimentos e financiamentos viriam mais do resultado prático do sucesso das estratégias de desenvolvimento econômico do Brasil do que, de um compromisso de conduta com a OCDE. São os resultados e exemplos, e não as expectativas.

Além disso, é preciso considerar outros arranjos que operam na economia mundial e as modificações no tabuleiro geopolítico internacional.

Com relação à OCDE, a organização foi tornando-se cada vez mais dinâmica e complexa, procurando desenvolver análises sobre os mais diversos tipos de temas relacionados ao desenvolvimento econômico e social. Reconhecida mundialmente pela qualidade de suas produções científicas, a organização é referência para a promoção de políticas públicas por governos de diversas linhas ideológicas. No entanto, ao mesmo tempo em que a organização procurou munir os governos nacionais de informações e recomendações, ela tem um compromisso político de atuar na modelagem da governança econômica mundial.

Sendo a OCDE uma organização internacional criada pelos Estados Unidos e Europa Ocidental, ela também reflete, em essência, os interesses desse conjunto de Estados. A produção científica brasileira sobre a OCDE ainda é escassa. Na presente tese, analisamos a OCDE enquanto organização isolada, em virtude do nosso objetivo de estudo. Com efeito, por termos atentado às variáveis domésticas do processo de ingresso do Brasil na OCDE, deixamos em aberto outras abordagens que são possíveis acerca da organização. No caso das relações Brasil-OCDE, indicamos alguns estudos que trataram dos possíveis efeitos econômicos para o país ao ingressar na organização. No entanto, as relações da OCDE com as outras formas de organizações internacionais precisam ser mais estudadas, afim de esclarecer os possíveis ganhos políticos do Brasil na governança econômica mundial.

No que se refere ao avanço na ideia do Brasil fazer parte da OCDE, é oportuno destacar que a densidade desse processo ocorreu durante o predomínio do bloco no poder neoliberal, que sustentou os governos Temer e Bolsonaro. Dessa forma, é possível identificar uma relação de proximidade entre a bússola ideológica do neoliberalismo com a tentativa de ingresso do Brasil na organização. Tal argumento é importante pois desvela a natureza da iniciativa que, no fim das contas, é essencialmente ideológica.

No caso desse último, defendemos a tese de que existe um paradoxo: apesar do ensejo do governo Bolsonaro em finalizar o processo de adesão, a mesma não ocorreu devido aos desdobramentos do bolsonarismo, enquanto força política e social de extrema-direita. Ainda nesse aspecto, é oportuno uma análise mais aprofundada das forças políticas e sociais de extrema-direita ao redor do mundo. Esse fenômeno é transnacional, porém, sem desconsiderar as características nacionais do espaço em que se manifesta.

Estudos de várias matrizes têm procurado explicar esse complexo fenômeno e seus desdobramentos que ocorrem no tempo presente. Entretanto, é necessário um conjunto de pesquisas, que em alguma medida já ocorre, das relações do bolsonarismo no desenvolvimento da política nacional, bem como as formas de incrustação dessa força política e social nas estruturas do Estado brasileiro. Outras pesquisas se fazem importantes, da relação do poder dissuasório da extrema-direita bolsonarista, da direita tradicional conhecida como “centrão” e dos burocratas de Estado nas tomadas de decisão do governo. No contexto específico do ingresso do Brasil na OCDE, um ponto de partida é a formação interministerial do Conselho.

Apesar da linha ideológica neoliberal de grande parte dos membros da gestão Bolsonaro, o governo do ex-capitão foi, antes de tudo, contrário à ordem internacional liberal. Isso significa a rejeição à democracia liberal, as pautas das organizações internacionais como meio-ambiente e direitos humanos, por exemplo. Os constrangimentos gestados pelo bolsonarismo que implicam no combate a essa ordem, logrou na construção de obstáculos para o próprio governo, no tocante ao processo de adesão do Brasil à OCDE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAG. 2022a. **Pecuária brasileira pode ampliar sua produtividade de forma sustentável.** Disponível em: < <https://abag.com.br/pecuaria-brasileira-pode-ampliar-sua-produtividade-de-forma-sustentavel/> > Acesso em: 04 de jun.2023.

ABAG. 2022b. **Representantes da agropecuária criticam decisão da União Europeia sobre desmatamento.** Disponível em: < <https://abag.com.br/representantes-da-agropecuaria-criticam-decisao-da-uniao-europeia-sobre-desmatamento/> > Acesso em: 02 de mai.2023.

ABAG. 2023. **Green Deal: que pacto é esse?.** Disponível em: < <https://abag.com.br/green-deal-que-pacto-e-esse/> > Acesso em: 03 de jun.2023

ABAG. 2021. **Comitê de Sustentabilidade e Bioeconomia da ABAG debate desdobramentos da COP26 para construção de uma agenda agroambiental.** Disponível em: < <https://abag.com.br/comite-de-sustentabilidade-e-bioeconomia-da-abag-debate-desdobramentos-da-cop26-para-construcao-de-uma-agenda-agroambiental/> > Acesso em: 03 de jun.2023

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro.** Dados: Revista de Ciências Sociais, 31(1):5-34, 1988.

ABDELAL, Rawi. **Capital rules: the construction of global finance.** Cambridge: Harvard University Press.2007.

ADCOCK, Robert. Interpreting Behavioralism. In: ADCOCK, Robert.; BEVIR, Mark.; STIMSON, S. C. (Eds.). **Modern political science: Anglo-American exchanges since 1880.** Princeton: Princeton University Press, 2007.

ALMOND, Gabriel. **A Discipline Divided: Schools and Sects in Political Science.** London and Newbury Park, CA.: Sage Publications, 1990, 348 pp

ALTHUSSER, Louis. **A Querela do Humanismo.** In: Crítica Marxista, n. 09. São Paulo: Xamã, 1999

_____. **A Querela do Humanismo II (inédito).** In: Crítica Marxista, São Paulo, n. 14, abr. 2002.

ALTHUSSER, Louis. BADIOU, Alain. **Materialismo histórico e materialismo dialético.** Global Editora, São Paulo, 1979.

AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo.** 2012. Tese (Doutorado em Economia das Instituições e do Desenvolvimento) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ANDERSON, Perry. As antinomias de Gramsci. In: ANDERSON, Perry. **Afinidades seletivas.** São Paulo: Boitempo, 2002, p. 13-100

_____. **Considerações sobre o Marxismo Ocidental**. New Left Books Edição: Edições Afrontamento. 1976.

ARIN, Kubilay. **Think Tanks_ The Brain Trusts of US Foreign Policy**. VS Verlag für Sozialwissenschaften. 2014

AGÊNCIA BRASIL. 2019. **Estados Unidos designam Brasil como aliado extra-Otan**. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-08/estados-unidos-designam-oficialmente-brasil-como-aliado-extra-otan> > Acesso em: 13 de mar. 2022.

AGÊNCIA BRASIL. 2018. **Michel Temer acredita que Bolsonaro dará continuidade a suas políticas**. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-12/michel-temer-acredita-que-bolsonaro-dara-continuidade-suas-politicas> > Acesso em 22 de Jul. 2022.

AGÊNCIA SENADO. **Pedalada Fiscal**. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pedalada-fiscal> > Acesso em 20 de ago. 2022.

AGOSTINE, Cristiane. RAMALHO, André. 2018. **Paulo Guedes diz que Mercosul não é prioridade de Bolsonaro**. Disponível em: < <https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/10/28/paulo-guedes-diz-que-mercosul-nao-e-prioridade-de-bolsonaro.ghtml> > Acesso em: 23 de ago.2022.

AMARAL, Luciana. 2019. **Bolsonaro não telefona a Trump; medida de taxação não preocupa, diz Araújo**. Disponível em: < <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/12/02/bolsonaro-nao-telefona-a-trump-medida-de-taxacao-nao-preocupa-diz-araujo.htm> > Acesso em: 30 de jan.2021.

AMARAL, Luciana. ANDRADE, Hanrrilkson. 2019. **Governo busca explicação dos EUA; aço não foi discutido em visita de Guedes**. Disponível em: < <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/12/02/governo-busca-explicacao-dos-eua-tema-nao-foi-tratado-em-visita-de-guedes.htm> > Acesso em: 12 de Jan. 2021.

AMARAL, Marina. 2015. **A nova roupa da direita**. Disponível em: < <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/> > Acesso em: 10 de set. 2022.

AYRES, Marcela. 2021. **Guedes diz que governo quer queda de 10% na tarifa do Mercosul**. Disponível em: < <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2021/08/19/guedes-diz-que-governo-quer-queda-de-10-na-tarifa-do-mercosul.htm> > Acesso em: 22 de mai. 2022

ARRIGHI, Giovanni. The crisis of hegemony. In: AMIN, Samir et al. **Dynamics of the Global Crisis**. London: MacMillan Press. 1982.

ALBRES, Hevellyn. 2021. **Implementação das diretrizes da OCDE para as empresas multinacionais no Brasil: avanços e desafios**. Boletim de Economia e Política Internacional | BEPI | n. 29 | Jan./Abr. 2021.

ASN. 2022. **“Adesão do Brasil à OCDE impulsiona a produtividade dos pequenos negócios brasileiros”, avalia Carlos Melles**. Disponível em: < <https://agenciasebrae.com.br/brasil-empendedor/adesao-do-brasil-a-ocde-impulsiona-a->

[produtividade-dos-pequenos-negocios-brasileiros-avalia-carlos-melles/](#) > Acesso em: 26 de abr.2023.

ALVES, Fábio. 2023. **O mercado já faz o 'L', resta saber se encanto com o governo Lula é prematuro.** Disponível em: < <https://www.estadao.com.br/economia/fabio-alves/mercado-faz-o-l/> > Acesso em: 02 de jul.2023

ALVES, Juliana. 2021. **São necessárias reformas para Brasil entrar na OCDE, diz economista da XP.** Disponíveis em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/e-preciso-reformas-para-brasil-entrar-na-ocde-diz-economista-da-xp/> > Acesso em: 22 de mar.2023.

AGOSTINE, Cristiane.2023. **No mercado financeiro, avaliação positiva de Haddad vai de 10% para 26%, mostra pesquisa Genial/Quaest.** Disponível em: < <https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/05/10/no-mercado-financeiro-avaliacao-positiva-de-haddad-vai-de-10percent-para-26percent-mostra-pesquisa-genialquaest.ghtml> > Acesso em: 05 de jun.2023.

ANTUNES, Felipe Carlos. **A Mudança do Perfil Institucional da OCDE e a Crescente Participação Brasileira de 1993 a 2004:** novos enfoques no relacionamento mútuo. Dissertação de Mestrado. Brasília: Instituto Rio Branco, 2004.

BALAGO, Rafael. **Brasil fica de fora de 1ª viagem de secretário de Estado dos EUA à América do Sul.** Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/10/brasil-fica-de-fora-de-1a-viagem-de-secretario-de-estado-dos-eua-a-america-do-sul.shtml> > Acesso em: 20 de out. 2022.

BARROW, Clyde. **(Re)Reading Poulantzas:** State Theory and the Epistemologies of Structuralism. Digit., s./d., p.6, Disponível em: < <http://www.umassd.edu/cfpa/docs/poulantzas.pdf>> Acesso em 03 de Jan. 2022

BAKER, Andrew. **The Group of Seven:** finance ministries, central banks and global financial governance. New York: Routledge, 2006.

BARNETT, Michael. FINNEMORE, Martha. The power of liberal international organizations. In. BARNETT, Michael. DUVALL, Raymond. **Power in Global Governance.** Cambridge: Cambridge University Press. 2005.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016:** poder estrutural, contradição e ideologia. Revista de Economia Contemporânea, v. 21. 2017.

BARNETT, Michael. DUVALL, Raymond. Power in global governance. In. BARNETT, Michael. DUVALL, Raymond. **Power in Global Governance.** Cambridge: Cambridge University Press. 2005.

BAUMANN, Renato. **O que esperar da membresia na OCDE?.** Revista Tempo do Mundo, (25), 29-50. 2021.

BBC BRASIL. 2019. **'O governo Bolsonaro vai bem porque está dando sequência ao meu', diz Temer.** Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49053623> > Acesso em: 25 de fev. 2022

BERRINGER, Tatiana. **A 'Escola de Campinas': a análise poulantziana da política brasileira.** Crítica Marxista (São Paulo) v. 51, p. 37-56, 2020.

BERRINGER, Tatiana. **O bloco no poder e a política externa nos governos FHC e Lula.** Tese. (Doutorado em Ciência Política). Unicamp. 2014.

BLAIR, David. J. **Trade negotiations in the OECD: structures, institutions and states.** London: New York: Routledge, 1993.

BLYTH, Mark. **Austerity: The History of A Dangerous Idea.** New York: Oxford University Press, 2013.

BIANCHI, Alvaro. **O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política.** 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2018.

BERGH, Andreas. DACHEHAG, Margareta. RODE, Martin. **Are OECD policy recommendations for public sector reform biased against welfare states? Evidence from a new database.** European Journal of Political Economy. Volume 48, June 2017.

BEROUD, Samuel. Positive Adjustments: The Emergence of Supply-Side Economics in the OECD and G7, 1970–1984. In: LEIMGRUBER, Matthieu. SCHMELZER, Matthias (eds). **The OECD and the International Political Economy Since 1948.** London: Palgrave Macmillan. 2017.

BERRINGER, Tatiana. **A 'Escola de Campinas': a análise poulantziana da política brasileira.** Crítica Marxista. v. 51, p. 37-56, 2020.

BERRINGER, Tatiana et. al. Relações Brasil-EUA nos governos Biden e Bolsonaro (2021). In: SOUZA, Ana Tereza. AZZI, Diego. RODRIGUES, Gilberto. (Org.). **Política externa brasileira em tempos de isolamento diplomático.** 1ed. Rio de Janeiro: Telha, 2022.

BOITO JÚNIOR, Armando. **Dilma, Temer e Bolsonaro: crise, ruptura e tendências na política brasileira.** Goiânia: Editora Phillos Academy, 2020.

BOITO JR., Armando. **O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

BOITO JÚNIOR, Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo.** Trabalho apresentado no Fórum Econômico da FGV / São Paulo. 2012.

BOLTON, John. **The Room Where It Happened: a White House memoir** New York: Simon&Schuster, 2020.

BOITO JÚNIOR, Armando. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT.** 1. ed. Campinas e São Paulo: Editora Unicamp e Editora Unesp, 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. Carlos. **Empresários e administradores no Brasil.** São Paulo: Brasiliense. 1974.

_____. **Estado e Subdesenvolvimento Industrializado.** São Paulo, Editora Brasiliense, 1977.

_____. **Nacionalismo econômico e desenvolvimentismo.** Economia e Sociedade (Unicamp Impresso), v. 27, p. 853-874, 2018.

_____. **Revolução capitalista e formação do estado-nação**. São Paulo: FGV EESP, 2013 (FGV EESP - Textos para Discussão / Working Paper Series).

BULLA, Beatriz. **Momento que Bolsonaro expressa solidariedade à Rússia 'não poderia ser pior', diz governo americano**. Disponível em: < <https://www.estadao.com.br/internacional/momento-que-bolsonaro-expressa-solidariedade-a-russia-nao-poderia-ser-pior-diz-governo-americano/> > Acesso em 12 de jan.2023

BURGES, Sean. BASTOS, Fabrício Chagas. **The importance of presidential leadership for Brazilian foreign policy**. Policy Studies, 38:3, 277-290. 2017.

BORNER, Silvio. **Who Has the Right Policy Perspective, the OECD or Its Monetarist Critics?** Kyklos 32, nº. ½. 1979.

BUGIATO, Caio. **A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira**. Tese (Doutorado em Ciência Política), Unicamp. Campinas-SP, 2016.

CADE. 2020. **Caderno Cade OCDE**. Disponível em: < <https://cdn.cade.gov.br/Portal/Not%C3%ADcias/2020/caderno-cade-ocde-2020.pdf> > Acesso em: 09 de jan. 2023.

CANAL RURAL. 2023. **FPA é contra retorno do voto de qualidade da Receita no Carf**. Disponível em: < <https://www.canalrural.com.br/noticias/fpa-e-contra-retorno-do-voto-de-qualidade-da-receita-no-carf/> > Acesso em: 23 de jun.2023.

CARTA CAPITAL. 2017. **Fazenda e Itamaraty em guerra silenciosa na discutível adesão à OCDE**. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/politica/fazenda-e-itamaraty-em-guerra-silenciosa-na-discutivel-adesao-a-ocde/> > Acesso em: 10 de mai.2023.

CARTA CAPITAL. 2022. **Agronegócio evita criticar Bolsonaro em manifesto que defende a democracia**. Disponível em: < Agronegócio evita criticar Bolsonaro em manifesto que defende a democracia > Acesso em: 04 de jan.2023.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 1972.

CARDOSO, Fernando H. FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CARDOSO, Fernando H. **Xadrez internacional e social-democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CARNOY, Martin. CASTELLS, Manuel. **Globalization, the knowledge society, and the Network State**: Poulantzas at the millennium. Global Networks 1. 2001.

CASARÕES, Guilherme. **'O tempo é o senhor da razão'?** A política externa do governo Collor, vinte anos depois. 2014. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2018.

CAVALCANTE, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. In: Sebastião Velasco e Cruz; André Kaysel; Gustavo Codas. (Org.). **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. 1ed.São Paulo: Perseu Abramo, 2015, v. 1, p. 177-195.

CARVALHO, Daniel. FERNANDES, Talita. 2019. **Estou cada vez mais apaixonado por Trump, diz Bolsonaro.** Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/07/estou-cada-vez-mais-apaixonado-por-trump-diz-bolsonaro.shtml> > Acesso em: 12 de mar.2021.

CASON, Jeffrey e POWER, Timothy. **Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty:** Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era. *International Political Science Review*, vol. 30, no 2. 2009.

CARVALHO, Olavo de. **O Mínimo Que Você Precisa Saber Para Não Ser Um Idiota-** Editora Record. 2013.

CARNEIRO, Ricardo. **Velhos e novos desenvolvimentismos.** *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 749-778, dez. 2012.

CARNEIRO, R. **Navegando a contravento** (Uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do Governo Dilma Rousseff). Campinas: Unicamp. IE, mar. 2017.

CARROLL, Peter; KELLOW, Aynsley. **The OECD:** a study of organizational adaptation. Cheltenham: Edward Elgar, 2011.

CARVALHO, Olavo de.DUGIN, Aleksandr. **Os EUA e a Nova Ordem Mundial:** um Debate Entre Olavo de Carvalho e Alexandre Dugin. São Paulo: Vide Editorial. 2012.

CASARÕES, Guilherme. FARIAS, Déborah. **Brazilian foreign policy under Jair Bolsonaro:** far-right populism and the rejection of the liberal international order. *Cambridge Review of International Affairs JCR*, v. -, p. 1-21, 2021.

CASADO, José. 2022. **Brasil aumenta a dependência da China e perde liderança no Mercosul.** Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/coluna/jose-casado/brasil-aumenta-a-dependencia-da-china-e-fica-mais-vulneravel-no-mercosul/> > Acesso em: 14 de mar. 2023.

CERVO, Amado Luiz. "Tendências da Política Exterior do Brasil". In CERVO, A. L. (Org.) **O Desafio Internacional:** a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília: Editora UnB, 1994.

CERVO, Amado. **Relações internacionais do Brasil:** um balanço da era Cardoso. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Volume: 45, Número: 1, Publicado: 2002.

CHADE, Jamil. 2022a. **Pedido de Bolsonaro para Biden gera constrangimento e é visto como manobra.** Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/06/12/pedido-de-bolsonaro-para-biden-gera-constrangimento-e-e-visto-como-manobra.htm> > Acesso em: 20 de fev.2022.

CHADE, Jamil. 2022b. **Como diplomatas tentaram, de dentro do Itamaraty, conter atos de Bolsonaro.** Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil->

[chade/2022/12/07/como-diplomatas-sabotaram-bolsonaro-de-dentro-do-itamaraty.htm](https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/12/07/como-diplomatas-sabotaram-bolsonaro-de-dentro-do-itamaraty.htm) > Acesso em: 04 de mai.2023.

CHADE, Jamil. 2022c. **Para aderir à OCDE, governo mente, omite e distorce dados ambientais.** Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/10/18/para-aderir-a-ocde-governo-mente-omite-e-distorce-dados-ambientais.htm> > Acesso em: 04 de mai.2023.

CHADE, Jamil. 2022d. **Para aderir à OCDE, Bolsonaro mente sobre combate ao trabalho forçado.** Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/10/20/para-aderir-a-ocde-bolsonaro-mente-sobre-combate-ao-trabalho-forcado.htm> > Acesso em: 05 de mai.2023.

CHADE, Jamil. 2022e. **Governo esconde orçamento secreto e diz à OCDE que contas são transparentes.** Disponível em: < https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/10/19/governo-esconde-orcamento-secreto-e-diz-a-ocde-que-contas-sao-transparentes.htm?utm_source=twitter&utm_medium=social-media&utm_content=geral&utm_campaign=uol > Acesso em: 05 de mai.2023.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato. **O Estado como instituição:** uma leitura das obras históricas de Marx. *Crítica Marxista* (São Paulo), São Paulo - SP, v. 13, p. 9-28, 2001.

COHEN, Benjamin. **International Political Economy:** an Intellectual History-Princeton University Press. 2008.

CONSELHO BRASIL-OCDE. **Relatório - Estado de preparação e o acompanhamento do futuro processo de acessão do Brasil à OCDE.** 2021. Disponível em: < https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/ocde/arquivos-ocde/2021-08-26_anexo_c_relatorio_de_acompanhamento_cg_br_ocde_aprovado_11cg.pdf > Acesso em 15 de Maio.2022.

CORSI, Francisco. **A burguesia industrial e os rumos da economia brasileira ao final do Estado Novo.** *Revista de Sociologia e Política*, nº 4/5, Curitiba. 1995.

COSTA, Paulo Roberto. Neves. **Como os empresários pensam a política e a democracia.** *Opinião Pública*, Campinas, vol. XI, nº 2. 2005

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci:** um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CRUZ, Sebastião. Velasco. **Empresários e o regime no Brasil:** a campanha contra a estatização. São Paulo. Tese (doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo. 1978.

CORSI, Francisco. **Os limites da recuperação da economia brasileira em 2021.** *Mundo e Desenvolvimento. Revista do Instituto de Estudos econômicos e Internacionais*, v. 5, p. 39-50, 2022.

CORSI, Francisco. **A política econômica do governo Dilma:** baixo crescimento e recessão. *Revista Novos Rumos*, v. 53, p. 106-117, 2016.

CONGRESSO EM FOCO.2022. **Temer desmente apoio a Bolsonaro**. Disponível em: < <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/temer-desmente-apoio-a-bolsonaro/> > Acesso em 02 de Jan.2023.

CNN BRASIL. 2022. **Bolsonaro diz que recebeu “apoio velado” de Michel Temer**. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-recebeu-apoio-velado-de-michel-temer/> > Acesso em: 02 de Jan. 2023

COLETTA, Ricardo. 2020. **Brasil aceita derrubar tarifa de etanol em troca de mercado de açúcar nos EUA**. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/brasil-aceita-derrubar-tarifa-de-etanol-em-troca-de-mercado-de-acucar-nos-eua.shtml> > Acesso em: 24 de Jun.2022

CHANG, Ha-Joon. **Bad Samaritans: The Myth of Free Trade and the Secret History of Capitalism**. New York: Bloomsbury USA. 2007.

CHANG, Há-Joon. **Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective**. London: Anthem Press. 2002.

COLETTA, Ricardo. 2021. Chefe da CIA realiza visita a Brasília e se reúne com Bolsonaro e ministros. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/07/chefe-da-cia-realiza-visita-a-brasilia-e-se-reune-com-governo-bolsonaro.shtml> > Acesso em 03 de set.2022.

CLIFTON, Judith. DÍAZ-FUENTES, Daniel. **From ‘Club of the Rich’ to ‘Globalisation à la carte’?** Evaluating Reform at the OECD. Global Policy Volume 2 . Issue 3 . October 2011.

CNI. 2021d. **Empresas estatais na perspectiva da OCDE**. Disponível em: < https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/a6/97/a6971ba7-21e8-49f1-8bf9-26055d54c840/cartilhaocde_empresasestatais.pdf > Acesso em: 21 de fev.2023

CNI. 2021e. **Governança corporativa na OCDE**. Disponível em: < https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/ba/33/ba33d3a5-72ed-4622-af94-6dec8e471fc3/cartilhaocde_governanca_corporativa.pdf > Acesso em: 22 de fev.2023.

CNI. 2021f. **Concorrência na OCDE**. Disponível em: < https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/45/1e/451ec022-cb92-40b2-aa1d-402aaa4172e5/cartilhaocde_concorrencia.pdf > Acesso em: 24 de fev.2023.

CNI. 2021a. **Agricultura e Agroindústria na OCDE**. Disponível em: < https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/89/ab/89aba38f-febf-4ace-95a6-9decda5b2a31/cartilhaocde_agricultura_e_agroindustria.pdf > Acesso em: 12 de jan. 2023.

CNI. 2021b. **A agenda da OCDE em Anti-corrupção e integridade**. Disponível em: < https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/3c/10/3c103a05-daf9-41af-94bf-a40054ad4416/ocde_briefing_anticorruptaointegridade.pdf > Acesso em: 12 de mai. 2023.

CNI PAINEL. 2023. **Monitoramento da adesão do Brasil aos instrumentos da OCDE**. Disponível em: < <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/assuntos-internacionais/o-que-fazemos/temas-prioritarios/acordos-comerciais/ocde-e-a-industria-brasileira/#cartilhas-ocde> > Acesso em 12 de jun. 2023.

CANUTO, Otaviano. SANTOS, Thiago. **O que o Brasil pode esperar da adesão à OCDE?** Revista Tempo do Mundo. (25), 51-68. 2021.

CARAM, Bernardo. WIZIACK, Julio. GARCIA, Larissa. 2021. **Febraban abandona discricão em reação a investidas de Guedes e cenário econômico deteriorado.** Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/08/febraban-abandona-discricao-em-reacao-a-investidas-de-guedes-e-cenario-economico-deteriorado.shtml> > Acesso em: 23 de fev.2023.

CIG. 2022. **Referencial Centro de Governo (CdG) - Comitê Interministerial de Governança.** Disponível em: < <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/governanca/comite-interministerial-de-governanca/arquivos/referencial-cdg-22-12-2022.pdf> > Acesso em 12 de mar.2023

CLIFTON, Judith. DIAZ-FUENTES, Daniel. **Is the organization for economic cooperation and development ready for China?.** Emerging Markets, Finance and Trade 50, no. 6. 2014.

CNA. 2022. **CNA mostra sustentabilidade do agro brasileiro ao Centro de Desenvolvimento da OCDE.** Disponível em: < <https://cnabrasil.org.br/noticias/cna-mostra-sustentabilidade-do-agro-brasileiro-ao-centro-de-desenvolvimento-da-ocde> > Acesso em: 23 de mar.2023.

CNA. 2023a. **CNA publica Sumário Executivo e análise do relatório da OCDE e da FAO.** Disponível em: < <https://cnabrasil.org.br/noticias/cna-publica-sumario-executivo-e-analise-do-relatorio-da-ocde-e-da-fao> > Acesso em: 30 de mar.2023

CNA. 2023b. **CNA se reúne com comissão do Parlamento Europeu.** Disponível em: < <https://cnabrasil.org.br/noticias/cna-se-reune-com-comissao-do-parlamento-europeu> > Acesso em: 22 de jun.2023.

CNN BRASIL. 2023. **Brasil recebe convite da OCDE para adesão a Códigos de Liberalização.** Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/brasil-recebe-convite-da-ocde-para-adesao-a-codigos-de-liberalizacao/> > Acesso em: 05 de mai.2023.

COUTO, Claudio. ABRÚCIO, Fernando. **O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições.** Revista Tempo Social – USP, 2003.

COZENDEY, Carlos. **O pedido de acessão do Brasil à OCDE: onde estamos.** Cadernos de Política Exterior: v. 5, n. 8, p. 49-76, 2019.

DAY, Benjamin. HUDSON, Valerie. **Foreign Policy Analysis_ Classic and Contemporary Theory.** Maryland: Rowman & Littlefield Publishers. 2020.

DEACON, Bob; KAASCH, Alexandra. The OECD's Social and Health Policy: neoliberal stalking horse or balancer of social and economic objectives? In: MAHON, Rianne e McBRIDE, Stephen (eds.). **The OECD and Transnational Governance.** Vancouver: UBC Press, 2008, p. 226-241.

DENHAM, Andrew. **Think tanks of the new right.** Londres: Dartmouth Publishing. 1996.

DIAS, Edmundo. **Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia.** São Paulo: Xamã, 2000.

DICKINS, Amanda. **The evolution of international political economy**. International Affairs, 82(3), 479–492.2006.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. **Associativismo e trajetória política do empresariado brasileiro na expansão e declínio do estado desenvolvimentista**. *Teoria e Sociedade*, Belo Horizonte, n.5, p.48-81, 2000.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. **O Legislativo como arena de interesses organizados: a atuação dos lobbies empresariais**. Locus, Juiz de Fora, v.5, n.1, p.7-32, 1999.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. **Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

DINIZ, Eli. BOSCHI, Renato. **Lideranças Empresariais e Problemas da Estratégia Liberal no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, No 23, out. 1993

DINIZ, Eli, BOSCHI, Renato. **A difícil rota do desenvolvimento: empresários e a agenda pós-neoliberal**. Belo Horizonte: Editora UFMG, IUPERJ. 2007.

DW. **A estreia de Temer nos palcos internacionais**. 2016. Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-br/a-estrela-de-temer-nos-palcos-internacionais/a-19528212> > Acesso em 08 de out.2022.

DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**. Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

DIAP. **Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2019-2023**. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. - Brasília, DF : DIAP, 2018.

FIESP. 2016. FIESP e OCDE se unem para estudar obrigações acessórias. Disponível em: < <https://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-e-ocde-se-unem-para-estudar-obrigacoes-acessorias/> > Acesso em: 26 de abr.2023.

DURAN, Camila. STEINBERG, Daniel. **Liberalização do movimento de capitais e os desafios institucionais para o Brasil integrar a organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)**. Revista Tempo do Mundo, (25), 273-302. 2021.

ENKLER, Jan. SCHMIDT, Sylvia. ECKHARD, Steffen. KNILL, Christoph. GROHS, Stephan. **Administrative Styles in the OECD: bureaucratic Policy-Making beyond Formal Rules**. International Journal of Public Administration, 40(8), 637–648. 2016

ESTADO DE MINAS. 2020. **Trump assina aumento de tarifa de aço e alumínio, mas deixa Brasil fora**. Disponível em: < https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/01/25/interna_internacional,1116999/trump-assina-aumento-de-tarifa-de-aco-e-aluminio-mas-deixa-brasil-for.shtml > Acesso em: 28 de jan.2021.

EL PAÍS. 2016. **“A solução mais fácil era botar o Michel”**. Os principais trechos do áudio de Romero Jucá. Disponível em: < https://12ft.io/proxy?q=https%3A%2F%2Fbrasil.elpais.com%2Fbrasil%2F2016%2F05%2F24%2Fpolitica%2F1464058275_603687.html > Acesso em: 12 de ago. 2022.

EMBAIXADA EUA. 2021. **Embaixador Todd Chapman recebe Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul**. Disponível em: < <https://br.usembassy.gov/pt/embaixador-todd-chapman-recebe-ordem-nacional-do-cruzeiro-do-sul/> > Acesso em: 11 de Jul. 2022.

ÉPOCA. 2019. **Bolsonaro 'vende' o Brasil a empresários chineses**. Disponível em: < <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2019/10/bolsonaro-vende-o-brasil-empresarios-chineses.html> > Acesso em: 11 de jan.2021.

ESTADÃO. 2018. **Bolsonaro presta continência para assessor de Segurança Nacional de Trump**. Disponível em: < <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-se-reune-com-assessor-de-seguranca-nacional-de-trump/> > Acesso em: Jan. 2021.

EXAME INVEST. 2017. **Para o mercado, Temer é "irrelevante" e só um assunto interessa**. Disponível em: < <https://exame.com/invest/mercados/para-o-mercado-temer-e-irrelevante-e-so-um-assunto-interessa/> > Acesso em: 22 de Abril. 2022.

FARIA, Rodrigo. O. **The dismantling of the executive branches budget toolbox and the control of the budget by the National Congress**. SciELO Preprints, 2022. Disponível em: < <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4875> > Acesso em: 11 jan. 2023.

FARIAS, Francisco. **Estado e classes dominantes no Brasil (1930-1964)**. Curitiba: Editora CRV, 2017.

FIEMG. 2023. **Setor privado e governos se reúnem no Encontro Econômico Brasil-Alemanha**. Disponível em: < <https://www7.fiemg.com.br/regionais/zona-da-mata/noticias/detalhe/setor-privado-e-governos-se-reunem-no-encontro-economico-brasil-alemanha> > Acesso em: 20 de abr.2023.

FIESP. 2020. **Missão humanitária ao Líbano foi tema central da reunião do Consea**. Disponível em: < <https://www.fiesp.com.br/noticias/temer-ve-congresso-como-grande-protagonista-politico-e-admite-espaco-para-o-semiparlamentarismo/> > Acesso em: 21 de set. 2021.

FIESP. 2019. **Análise da ascensão do Brasil na OCDE**. São Paulo: FIESP/CIESP, julho de 2019.

FIESP. 2016b. **Mercado ilícito é a maior ameaça às economias modernas', diz economista da OCDE em debate sobre segurança na Fiesp**. Disponível em: < <https://www.fiesp.com.br/noticias/mercado-ilicito-e-a-maior-ameaca-as-economias-modernas-diz-economista-da-ocde-em-debate-sobre-seguranca-na-fiesp/> > Acesso em: 11 de abr.2023.

FIESP. 2016c. **Delegação da OCDE se reúne com Comissão de Desburocratização da Fiesp e do Ciesp**. Disponível em: < <https://www.fiesp.com.br/noticias/delegacao-da-ocde-se-reune-com-comissao-de-desburocratizacao-da-fiesp-e-do-ciesp/> > Acesso em: 23 de abr. 2023.

FIESP. 2022. **Seminário adesão do Brasil à OCDE e os preços de transferência**. Disponível em: < <https://www.fiesp.com.br/multimidia/seminario-adesao-do-brasil-a-ocde-e-os-precos-de-transferencia/> > Acesso em: 23 de abr.2023.

FIGUEIREDO, Carolina. **Em entrevista, Trump cita Brasil como mau exemplo na pandemia de Covid-19.** Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/em-entrevista-trump-cita-brasil-como-mau-exemplo-na-pandemia-de-covid-19/> > Acesso em: 04 de mar.2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2019a. **Na CIA, Bolsonaro se encontrou com diretora acusada de tortura.** Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/na-cia-bolsonaro-se-encontrou-com-diretora-acusada-de-tortura.shtml> > Acesso em: 08 de fev. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO.2018b. **Brasil sairá da 'ONU comunista' se eu for eleito, diz Bolsonaro.** Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/brasil-saira-da-onu-comunista-se-for-eleito-diz-bolsonaro.shtml> > Acesso em Abril.2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2020. **Bolsonaro diz que Brasil pode deixar OMS se organização não abandonar 'viés ideológico'.** Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/bolsonaro-diz-que-brasil-pode-deixar-oms-se-organizacao-nao-abandonar-vies-ideologico.shtml> > Acesso em: Jan. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2018a. **Bolsonaro fará extraordinário governo, afirma Temer.** Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/bolsonaro-fara-extraordinario-governo-afirma-temer.shtml> > Acesso em 17 de set. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2019b. **Governo Trump frustra promessa de Bolsonaro ao bloquear ampliação da OCDE.** Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/governo-trump-frustra-promessa-de-bolsonaro-ao-bloquear-ampliacao-da-ocde.shtml> > Acesso em: 24 de mai. 2022.

FRATIANNI, Michele. PATTISON, John. **The Economics of the OECD.** Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy. Vol 4, 1976.

FRIEDMAN, Milton. BECKER, Gary. **Milton Friedman on Economics: Selected Papers.** Chicago: University of Chicago Press Journals. 2008.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalism and freedom.** Chicago: University of Chicago Press, 1982.

FURTADO, Celso. **Brasil: a Construção Interrompida.** São Paulo: Editora Paz e Terra. 1992.

FPA. 2021. **Revista da Frente Parlamentar Agropecuária 2019-2020.** Disponível em: < https://fpagropecuaria.org.br/wp-content/uploads/2021/03/RevistaFPA2020_21mb.pdf > Acesso em: 03 de abr.2023.

GALASTRI, Leandro. **Gramsci, Poulantzas e a transição socialista** . Lutas Sociais, São Paulo, vol.17 n.31, p.09-20, jul./dez. 2013.

GALLAS, Alexander. **The Thatcherite Offensive: A Neo-Poulantzian Analysis.** Leiden/London: Brill. 2015.

GARÇON, Juliana. 2022. **Presidente da CVM entra para comitê de governança corporativa da OCDE.** Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/presidente-da-cvm-entra-para-comite-de-governanca-corporativa-da-ocde/> > Acesso em: 08 de jan. 2023.

GERRATANA, Valentino. **Marx and Darwin**. New Left Review, n.82, November-December. 1973

GOLDENSTEIN, Ligia. **Repensando a Dependência**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1994.

GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GOODIN, Robert. **The Oxford handbook of political science**. Oxford: Oxford University Press. 2011

GREEN, Donald. SHAPIRO, Ian. **Pathologies of Rational Choice Theory: a critique of Applications in Political Science**-Yale University Press. 1996.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes**. São Paulo: Editora Contraponto, 2006.

GOBETTI, S. W.; ORAIR, R. O. **Política fiscal em perspectiva: o ciclo de 16 anos (1999-2014)**. Rev. Econ. Contemp., Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 417-447, dez. 2015.

GREEN, Andrew. 2021. **What Happened?:** In 2020, Iowa moved from swing state to safe state. Disponível em: < <https://blogs.lse.ac.uk/usappblog/2021/05/14/what-happened-in-2020-iowa-moved-from-swing-state-to-safe-state/> > Acesso em 13 de Ago. 2022.

G1. 2018. **Governo Temer tem aprovação de 7% e reprovação de 62%, diz Datafolha..** Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/27/reprovacao-de-temer-recua-para-62-no-fim-do-governo-diz-datafolha.ghtml> > Acesso em. Jun.2022.

G1.2019. **Bolsonaro atende Trump e vai 'abrir mão' de tratamento especial do Brasil na OMC, diz Itamaraty**. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/19/bolsonaro-atende-trump-e-vai-comecar-a-abrir-mao-de-tratamento-especial-do-brasil-na-omc-diz-itamaraty.ghtml> > Acesso em: 12 de mar.2021.

GUIMARÃES, Feliciano. SILVA, Irma. **Far-Right Populism and Foreign Policy Identity: Jair Bolsonaro's ultra-conservatism and the new politics of alignment**. International Affairs **JCR**, v. 97, p. 345-363, 2021.

GRATTAN, Steven.2022. **Queda do Brasil em índice de corrupção afeta adesão à OCDE, diz relatório**. Disponível em: < <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2022/10/11/queda-do-brasil-em-indice-de-corrupcao-afeta-adesao-a-ocde-diz-relatorio.htm> > Acesso em> 30 de mai.2023.

GILPIN, Robert. **U.S. Power and the Multinational Corporations**. New York: Basic Books. 1975.

GODIN, Benoît. **The New Economy: What the Concept Owes to the OECD**. Project on the History and Sociology of S&T Statistics Working Paper No. 21 2003.

GOMES, Marcelo. *et. al.* **Brasil na OCDE**. Boletim de economia e política internacional/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Nº 28, set-2020.

HALPERIN, Morton, **Bureaucratic Politics and Foreign Policy**. Washington, DC: Brookings Institution. 1974.

HARTUNG, Paulo. MENDES, Marcos. GIAMBIAGI, Fábio. 2022 **As emendas de relator e as narrativas falaciosas**. Disponível em: < https://blogdoibre.fgv.br/posts/emendas-de-relator-e-narrativas-falaciosas#_ftn4 > Acesso em 11 de Jan.2023.

HENDERSON, David. **The Role of the OECD in Liberalising International Trade and Capital Flows**. Blackwell Publisher, The World Economy. 1996.

HUDSON, Valerie The history and evolution of foreign policy analysis In: SMITH, Steve. HADFIELD, Amelia. DUNNE, Tim. **Foreign Policy: theories, actors, cases**.Oxford: Oxford University Press. 2016.

HUNTINGTON, Samuel. **Political order in changing societies**. New Haven: Yale University Press, 1968.

HUNTINGTON, Samuel. **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order**. Samuel P. Huntington. New York: Simon and Schuster, 1996.

HENRIQUES, Luisa. LARÉDO, Philippe. **Policy-making in science policy: the 'OECD model' unveiled**. Research Policy, 2013.

INVESTING. 2023. **OCDE apoia retomada de voto de qualidade do governo no Carf**. Disponível em: < <https://br.investing.com/news/economy/ocde-apoia-retomada-de-voto-de-qualidade-do-governo-no-carf-1106719> > Acesso em: 05 de mai.2023.

INVESTE SP. **CNI lança painel sobre adesão do Brasil aos instrumentos da OCDE**. 2021. Disponível em: < <https://www.investe.sp.gov.br/noticia/cni-lanca-painel-sobre-adesao-do-brasil-aos-instrumentos-da-ocde/> > Acesso em: 12 de jan.2023

IG ECONOMIA. 2021. **Mike Pompeo parabeniza Bolsonaro por afastar Brasil dos Brics**. Disponível em: < <https://economia.ig.com.br/2021-01-20/mike-pompeo-parabeniza-bolsonaro-por-afastar-brasil-dos-brics.html> > Acesso em: 11 de jul.2022.

ISTOÉ. 2019. **Bolsonaro diz 'I love you' para Trump, que desdenha: 'Bom te ver de novo'**. Disponível em: < <https://istoe.com.br/bolsonaro-diz-i-love-you-para-trump-que-desdenha-bom-te-ver-de-novo/> > Acesso em: 20 de mar. 2021.

INFOMONEY.2016. **Uma Ponte Para O Futuro: Analisando os seus pilares**. Disponível em: < <https://www.infomoney.com.br/colunistas/terraceconomico/uma-ponte-para-o-futuro-analisando-os-seus-pilares/> > Acesso em: 20 de jun.2021.

ISTOE ECONOMIA. 2018. **Brasil vai enterrar modelo econômico social-democrata, diz Paulo Guedes**. Disponível em: < <https://istoe.com.br/brasil-vai-enterrar-modelo-economico-social-democrata-diz-paulo-guedes/> > Acesso em: 20 de Nov.2022.

JACINTO, Paulo. RIBEIRO, Fernando. PINELI, André. **Acesso do Brasil à OCDE: efeitos sobre indicadores econômicos e o caminho à frente**. Nota técnica n°55,Brasília: IPEA: 2022.

JACOBSSON, Kerstin. NOAKSSON, Niklas. From Deregulation to Flexicurity? The Makeover of the OECD Jobs Strategy. . In: MARTENS, Kerstin. JAKOBI, Anja.

Mechanisms of OECD Governance: International Incentives for National Policy-Making? Oxford: Oxford University Press. 2010.

JAKOBI, Anja. The OECD and Crime: The Fight against Corruption and Money Laundering Get access Arrow. In: MARTENS, Kerstin. JAKOBI, Anja. **Mechanisms of OECD Governance: International Incentives for National Policy-Making?** Oxford: Oxford University Press. 2010.

JARVIS, Darryl. **The OECD and the Reconfiguration of the State in Emerging Economies: manufacturing ‘Regulatory Capacity’**. Development and Change, 2017.

JARDIM, Lauro. 2020. **Embaixador dos EUA faz lobby no governo por etanol americano**. Disponível em: < <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/embaixador-dos-eua-faz-lobby-no-governo-por-etanol-americano.html> > Acesso em 10 de ago. 2022.

JINKINGS, Ivana(Editor); DORIA, Kim(Editor);CLETO, Murilo(Editor);JÚNIOR, Armando Boito. **Por que Gritamos Golpe?** São Paulo: Boitempo. 2016.

JORNAL DO COMÉRCIO. 2016. **Implementação de regras e desafio para o governo, afirma Goldman Sachs**. Disponível em: < https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2016/05/economia/500792-implementacao-de-regras-e-desafio-para-governo-afirma-goldman-sachs.html > Acesso em 12 de mar.2022.

KEOHANE, Robert. **Review: Economics, inflation, and the role of the state: Political implications of the McCracken Report**. World Politics. 1978.

KOZIOL, Michael. 2017. **Coalition to test Labor again over same-sex marriage as bill heads to lower house**. Disponível em: < <https://www.smh.com.au/politics/federal/coalition-to-test-labor-again-over-samesex-marriage-as-bill-heads-to-lower-house-20171129-gzvajw.html> > Acesso em: 20 de fev.2023

KUBALKOVA, Vendulka. CRUICKSHANK, Andrew. **Marxism and International Relations**. Oxford: Oxford University Press, 1986.

KUDRLE, Robert. Tax Policy in the OECD: Soft Governance Gets Harder. In: MARTENS, Kerstin. JAKOBI, Anja. **Mechanisms of OECD Governance: International Incentives for National Policy-Making?** Oxford: Oxford University Press. 2010.

LACERDA, Lucas. **Bolsonaro foi o presidente com menor gasto em ambiente desde FHC, diz relatório**. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/03/bolsonaro-foi-o-presidente-com-menor-gasto-em-ambiente-desde-fhc-diz-relatorio.shtml> > Acesso em: 05 de mai.2023.

LANDIM, Raquel. 2022. **Fiesp enfrenta rebelião interna após divulgação de manifesto**. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/fiesp-enfrenta-rebeliao-interna-apos-divulgacao-de-manifesto/> > Acesso em: 23 de jan. 2023.

LEIMGRUBER, Matthieu. The Embattled Standard-bearer of Social Insurance and Its Challenger: The ILO, the OECD and the ‘Crisis of the Welfare State’, 1975–1985 293 In: KOTT, Sandrine. DROUX, Joëlle. **Globalizing Social Rights: The International Labour Organization and Beyond**. New York: Palgrave MacMillan, 2013.

LEIMGRUBER, Matthieu. SCHMELZER, Matthias. From the Marshall Plan to Global Governance: Historical Transformations of the OEEC/OECD, 1948 to Present. In: LEIMGRUBER, Matthieu. SCHMELZER, Matthias (eds). **The OECD and the International Political Economy Since 1948**. London: Palgrave Macmillan. 2017.

LEITE, Marcela. Planalto: **Bolsonaro foi à CIA para "cortesia" e por acordos de inteligência**. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/03/18/bolsonaro-faz-visita-de-cortesia-a-cia-durante-viagem-a-washington.htm> > Acesso em: 20 de mar.2021.

LESSA, Antônio. **A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais**. In Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, 1998.

LIMA, Maria Regina Soares. **Tradição e Inovação na Política Externa Brasileira**. Plataforma Democrática: Working Paper nº 3, 2010.

LIMA, Maria Regina Soares. ALBUQUERQUE, Marianna. **O estilo Bolsonaro de governar e a política externa**. BOLETIM OPSA, v. 4, p. 15-21-21, 2019.

LIMA, Mayrá. **Elite ruralista no parlamento**: características principais da bancada que representa a classe proprietária rural. Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas, 38(2), 58–72, 2018.

LIMA, Vandson.2023. **Processo de inserção do Brasil na OCDE levará de 4 a 6 anos, diz Mauro Vieira**. Disponível em: < <https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/05/11/processo-de-insero-do-brasil-na-ocde-levar-de-4-a-6-anos-diz-mauro-vieira.ghtml> > Acesso em: 22 de jun.2023.

LINDERT, Peter. **Making Social Spending Work**. Nova York: Cambridge University Press, 2021.

LUCAS, Robert. **Models of Business Cycles**. London: Basil Blackwell. 1987.

MCRACKEN, Paul. et al. **Toward Full Employment and Price Stability**: A Report to OECD by a Group of Independent Experts. Paris: OECD, 1977.

MAHON, Rianne. Learning, Forgetting, Rediscovering: Producing the OECD's “New” Family Policy1. In: MARTENS, Kerstin. JAKOBI, Anja. **Mechanisms of OECD Governance**: International Incentives for National Policy-Making? Oxford: Oxford University Press. 2010.

MAHON, Rianne. Babies and Bosses: gendering the OECD’s social policy discourse. In: MAHON, Rianne e McBRIDE, Stephen (eds.). **The OECD and Transnational Governance**. Vancouver: UBC Press, 2008.

MAHON, Rianne. McBRIDE, Stephen . Introduction. In: MAHON, Rianne e McBRIDE, Stephen (eds.). **The OECD and Transnational Governance**. Vancouver: UBC Press, 2008, p. 226-241.

MANCUSO, Wagner. **O Lobby da Indústria no Congresso Nacional**: Empresariado e Política no Brasil Contemporâneo. 1. ed. São Paulo: EDUSP/HUMANITAS/FAPESP, 2007.

MARTINS, Luciano. **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento**. Rio de Janeiro : Saga. 1968.

MARTIN, James. **The Poulantzas Reader**_ Marxism, Law and the State. New York: Verso Books. 2008.

MARTUSCELLI, Danilo. **Rousseff Government Crisis and Class Political Realignment**s. The Quarterly of Latin American Economy and Trade, v. 1, p. 3-26, 2017.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo : Boitempo, 2011.

MARX, Karl. Manifesto of the Communist Party. **The Revolutions of 1848**: Political Writings ,vol. 1 (Harmondsworth: Penguin Books em associação com New Left Review. 1973.

MARIANO, Marcelo. **A Política Externa Brasileira, o Itamaraty e o Mercosul**. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

MARINGONI, Gilberto. Há um novo ciclo progressista na América Latina?). In: SOUZA, Ana Tereza. AZZI, Diego. RODRIGUES, Gilberto.. (Org.). **Política externa brasileira em tempos de isolamento diplomático**. 1ed.Rio de Janeiro: Telha, 2022.

MÁXIMO, Welton.2021. **Guedes pede flexibilidade do Mercosul para negociar acordos bilaterais**. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-04/guedes-pede-flexibilidade-do-mercosul-para-negociar-acordos-bilaterais> > Acesso em: 29 de jun.2022.

MARIN, Denise. 2019. **'Temos de desconstruir muita coisa', diz Bolsonaro a americanos de direita**. Disponível em : < <https://veja.abril.com.br/politica/temos-de-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-a-americanos-de-direita/> > Acesso em: 12 de fev.2021.

MARTÍ, Silas. **'O Trump serve de exemplo para mim', diz Bolsonaro em visita aos EUA**. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/10/1925626-o-trump-serve-de-exemplo-para-mim-diz-bolsonaro-em-visita-aos-eua.shtml> > Acesso em 07 de Mai. 2022.

MARTIN, Eric. 2022. **Brazil's Bolsonaro asked Biden for Re-Election help against Lula**. Disponível em: < <https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-06-11/brazil-s-bolsonaro-asked-biden-for-re-election-help-against-lula?leadSource=verify%20wall> > Acesso em: 20 de fev.2023.

MARTELLO, Alexandro. 2020. **Ministro Paulo Guedes diz que Febraban é 'casa de lobby' e que agiu para derrubá-lo**. Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/29/guedes-diz-que-febraban-e-casa-de-lobby-e-que-associao-dos-bancos-agiu-para-derruba-lo.ghtml> > Acesso em: 02 de jan.2023.

MÁXIMO, Welton. 2022. **Brasil envia memorando inicial de adesão à OCDE**. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-10/brasil-envia-memorando-inicial-de-adesao-ocde> > Acesso em: 22 de mai.2023.

MEGALE, Bela. 2021. **Após Ernesto Araújo, chineses pressionam Bolsonaro por demissão de Filipe Martins**. Disponível em: < <https://blogs.oglobo.globo.com/bela-megale/post/apos-ernesto-araujo-chineses-pressionam-bolsonaro-por-demissao-filipe-martins.html> > Acesso em: 06 de jan.2023.

MENDONÇA, Ana. 2021. **Assessor de Bolsonaro apaga tuíte chamando CoronaVac de 'vacina xing ling'**. Disponível em: < https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/03/22/interna_politica,1249363/assessor-de-bolsonaro-apaga-tuite-chamando-coronavac-de-vacina-xing-ling.shtml > Acesso em: 09 de jan.2023.

MELLO, Guilherme. ROSSI, Pedro. **Do Industrialismo à Austeridade: A Política Macro Dos Governos Dilma**. Texto para Discussão. IE/Unicamp. 2017.

METROPOLES. **Chamado de golpista, Eduardo Cunha diz que vai “tirar o PT de novo”**. 2022. Disponível em: < <https://www.metropoles.com/brasil/eleicoes-2022/chamado-de-golpista-eduardo-cunha-diz-que-vai-tirar-o-pt-de-novo> > Acesso em: 01 de out. 2022.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Expressão Popular. 2019.

MINELLA, Ary. **Construindo hegemonia: democracia e livre mercado (atuação do NED e do CIPE na América Latina)**. Cadernos CRH, v. 22, p. 13-40, 2009.

_____. **Grupos financeiros no Brasil: um perfil econômico e sociopolítico dos maiores credores privados**. In: V Workshop Empresa, Empresários e Sociedade. O mundo empresarial e a questão social, Porto Alegre. Anais do V Workshop Empresa, Empresários e Sociedade. 2006.

MIRANDA, José Carlos.; TAVARES, Maria da Conceição **Brasil: Estratégias de Conglomeração**, In: FIORI, José. Luis. [org.] **Estados e Moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes. 1999

MODZELESKI, Alessandra. 2018. **Governo Temer tem aprovação de 4% e reprovação de 79%, diz pesquisa Ibope**. G1.. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/governo-temer-tem-aprovacao-de-4-e-reprovacao-de-79-diz-pesquisa-ibope.ghtml> > Acesso em: 10 de Jan. 2022.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)**. 4ª. ed. Rio de Janeiro/ RJ: Civilização Brasileira, 2011.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **As relações perigosas: Brasil - Estados Unidos (De Collor a Lula, 1990-2004)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010a.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e integração na América do Sul**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010b.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Geopolítica e Política Exterior?** Estados Unidos, Brasil e América do Sul. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**: dois séculos de História (4ª edição revista). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

MOTTA, Luiz Eduardo. **O Estado, o poder, o socialismo**: um livro reformista? Princípios, v. 40, p. 9-40, 2021.

MORTON, Adam. **Unravelling Gramsci**: hegemony and Passive Revolution in the Global Political Economy (Reading Gramsci). 2007.

MELLO, Flávia. **The OECD enlargement in Latin America and the Brazilian candidacy**. Revista Brasileira de Política Internacional. v. 63, 2020.

MTFT. 2016. **Convenção da OCDE contra o suborno transnacional**. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle. Disponível em: < <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/articulacao-internacional-1/convencao-da-ocde/arquivos/cartilha-ocde-2016.pdf> > Acesso em: 12 de jan.2023.

NADIR, Mohammed et. al. Entre a Bíblia e o Agro: Impasses da Agenda Brasileira para a África. In: SOUZA, Ana Tereza. AZZI, Diego. RODRIGUES, Gilberto.. (Org.). **Política externa brasileira em tempos de isolamento diplomático**. 1ed.Rio de Janeiro: Telha, 2022.

NUNES, ALOYSIO. **Brazil's Foreign Policy Is "Back In the Game"**. Americas Quarterly, 2017. Disponível em: < <https://www.americasquarterly.org/article/brazils-foreign-policy-is-back-in-the-game/> > Acesso em: Mai de 2022.

NUNES, Aloysio. **A nova política externa brasileira**. Cadernos de Política Exterior, ano III, nº 6. Brasília: FUNAG, 2017.

NEW YORK TIMES. 2020. **Judge Rejects Trump Request for Order Blocking Bolton's Memoir**. Disponível em: < <https://www.nytimes.com/2020/06/20/us/politics/john-bolton-book-ruling.html> > Acesso em 23 de Set.2022

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NASCIMENTO, Houdine. 2023. **Adesão do Brasil à OCDE será adiada por causa do Carf, diz Haddad**. Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/economia/adesao-do-brasil-a-ocde-sera-adiada-por-causa-do-carf-diz-haddad/> > Acesso em: 19 de mai.2023.

NEVES, Leonardo. **A experiência latino-americana na OCDE**: referências para o Brasil. Revista Tempo do Mundo, (25), 109-132. 2021.

OECD. 2022a. **The secretary-general's report to ministers on the implementation of the OECD global relations strategy**. Disponível em: < <https://www.oecd.org/mcm/SG-Report-Implementation-OECD-Global-Relations-Strategy.pdf> > Acesso em: 26 de fev.2023

OECD. 2022b. **The Secretary-General's Strategic Orientations for the 2023-24 Biennium**. Disponível em: < <https://www.oecd.org/mcm/2022-OECD-SG-Strategic-Orientations-EN.pdf> > Acesso em: 26 de fev.2023

OECD OUTLOOK. 2022. **OECD Economic Outlook, Interim Report**. September, 2022.

OECD. 2013. **Rules of Procedure of the Organisation**. Disponível em: <<https://www.oecd.org/legal/Rules%20of%20Procedure%20OECD%20Oct%202013.pdf>>. Acesso em: 27 de mar.2023

OECD ROADMAP. 2022. **Roadmap for the OECD accession process of Brazil**. Disponível em: <<https://www.oecd.org/latin-america/Roadmap-OECD-Accession-Process-brazil-EN.pdf>> Acesso em: 15 de mar. 2023.

OECD. 2017. **Report of the Chair of the Working Group on the Future Size and Membership of the Organisation to Council: framework for the Consideration of Prospective Members**. Disponível em: <<https://www.oecd.org/mcm/documents/C-MIN-2017-13-EN.pdf>> Acesso em: 23 de fev. 2023

OECD. 2015. **Recommendation of the Council on Guidelines on Corporate Governance of State-Owned Enterprises**. Disponível em: <<https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0414>> Acesso em: 05 de fev. 2023.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge ; ONUKI, Janina. . Política comercial e Legislativo: a atuação do empresariado brasileiro. In: Wagner Pralon Mancuso; Maria Antonieta Parahyba Leopoldi; Wagner Iglecias. (Org.). **Estado, empresariado e desenvolvimento no Brasil**. 1ed.São Paulo: Cultura, 2010.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Política Externa Brasileira**. 1. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

OCDE. **OECD Enhanced Engagement Countries and the Current Economic and Financial Crisis** – discussion note for the OECD Policy Dialogue on Financial Markets with Enhanced Engagement countries. DAF/CMF(2009)17. Paris: OCDE, 2009.

OCDE. 2019. **Revisão por Pares da OCDE sobre Legislação e Política de Concorrência: Brasil**. Disponível em: <www.oecd.org/daf/competition/oecd-peer-reviews-of-competition-law-andpolicy-brazil-2019.htm> Acesso em 03 de mar.2023.

UGAARD, Morten. The OECD's Global Role: Agenda-setting and Policy Diffusion. In: MARTENS, Kerstin. JAKOBI, Anja. **Mechanisms of OECD Governance: International Incentives for National Policy-Making?** Oxford: Oxford University Press. 2010.

OECD. **Centre Stage 2 - The organisation and functions of the centre of government in OECD countries**. OECD Centres of Government, 2018.

OECD. 2014. **Centre Stage - Driving Better Policies from the Centre of Government**. Disponível em: <<https://www.oecd.org/gov/Centre-Stage-Report.pdf>> Acesso em: 20 de mar.2023.

OCDE. 2022. **Revisão do Centro de Governo do Brasil: rumo a um Centro de Governo integrado e estruturado**. Disponível em: <https://read.oecd-ilibrary.org/governance/revisao-do-centro-de-governo-do-brasil_1c2cc7cd-pt#page3> Acesso em: 24 de mai. 2023.

O GLOBO. 2021. **Embaixador americano que fez churrasco para Bolsonaro pede aposentadoria**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/embaixador-americano->

[que-fez-churrasco-para-bolsonaro-pede-aposentadoria-25054933](#) > Acesso em: 11 de Jul. 2022.

O GLOBO. 2020. **Embaixador dos EUA alerta que se Brasil permitir chinesa Huawei no 5G enfrentará 'consequências'**. Disponível em: <

<https://oglobo.globo.com/economia/embaixador-dos-eua-alerta-que-se-brasil-permitir-chinesa-huawei-no-5g-enfrentara-consequencias-24555785> > Acesso em 10 de Ago. 2022.

ONUJI, Janina. 2017 **A Economia Política Internacional construída como subárea das Relações Internacionais**. Disponível em:

< https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5132133/mod_resource/content/1/EPI_Onuki_2017.pdf > Acesso em 18 de Jan.2022.

OREIRO, José. PAULA, Luiz. **Macroeconomia da Estagnação Brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021.

ORTIZ, Délis. 2021. **Ernesto Araújo pede demissão do Ministério das Relações**

Exteriores. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/29/ernesto-araujo-ministro-das-relacoes-exteriores-pede-demissao.ghtml> > Acesso em: 07 de jan.2023.

PAL, Leslie. Inversions Without End: the OECD and global public management. In: MAHON, Rianne e McBRIDE, Stephen (eds.). **The OECD and Transnational Governance**. Vancouver: UBC Press, 2008, p. 60-76

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes. **Ensaio sobre Gramsci e as relações internacionais na prisão da ciência política: a teoria crítica de Robert W. Tese** (Livre-Docência – Teoria das relações internacionais) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2019.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. Uma política externa no governo Bolsonaro? In: CORSI, Francisco; SANTOS, Agnaldo; MENDONÇA. Marina (Org.). **Uma política externa no governo Bolsonaro?** 1ed.Marília: Projeto Editorial Praxis, 2022b.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos ALVES, Rafael. **Incipiente contra-hegemonia chinesa durante o governo de Xi Jinping (2013-)**. Práxis e Hegemonia Popular, v.6, p.191-209, 2022.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. Trump e relações de força: conjuntura ou longa duração? In: BARBOSA, Jefferson. HERNANDEZ, Oscar. (Org.). **Extremismos políticos e direitas: Bolsonaro, Trump e a crise das ?democracias?.** 1ed.Marília, São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2022, v. 1, p. 211-237.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. A inserção da América Latina no contexto mundial em 2021: inserção dos tempos ou tempos da inserção? In: CORSI, Francisco; SANTOS, Agnaldo; MENDONÇA. Marina. (Org.). **A conjuntura latino-americana: instabilidade e resistência.** 1ed.Marília: Projeto Editorial Praxis, 2021.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. SANTANA, Diana. **Uma breve análise das propostas de Jair Bolsonaro para a política externa brasileira**. Perspectivas, São Paulo, v. 52, p. 89-101, jul./dez. 2018.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. O Brasil e o internacional em 2019 em meio à análise de relações de força e do desenvolvimento desigual e combinado. In. CORSI, Francisco. SANTOS, Agnaldo. (Org.). **Os rumos do Brasil e da América Latina**. 1ªed. Bauru: Canal 6, 2020.

PARAGUASSU, Lisandra. 2020. **Bolsonaro declara novamente apoio à reeleição de Trump**. Disponível em: < <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-declara-novamente-apoio-a-reeleicao-de-trump,7833e54299cafd192d0ad48dd55f1806dy16rjuv.html> > Acesso em: 24 de jan.2021.

PAYNE, Leigh. **Brazilian Industrialists and Democratic Change**. Baltimore: Johns Hopkins University. 1994.

PATRICK, Stewart. EGEL, Naomi. **Economic coalition of the willing**: the OECD reinvents itself. Foreign Affairs, March 11, 2015.

PECEQUILLO, Cristina. **A política externa do Brasil no século XXI**: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. In: Revista Brasileira de Política Internacional, nº51, 2008.

PERISSINOTTO, Renato. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

PERES, Sarah. 2023. **Brasil cobrará visto de cidadãos de EUA, Canadá, Austrália e Japão**. Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/governo/brasil-cobrara-visto-de-cidadaos-dos-eua-canada-australia-e-japao/> > Acesso em: 20 de mar.2023.

PINTO, Denis. **OCDE: uma Visão Brasileira**. Coleção Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. Brasília: IRBr/FUNAG, 2000.

PINTO, Eduardo Costa. **Bloco no Poder e Governo Lula**: grupos econômicos, política econômica e novo eixo sino-americano. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, 2010.

PINHEIRO, Letícia. **Política Externa Brasileira (1889 – 2002)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2004.

PIRES, Marcos Cordeiro. **Dependência de Importações e a Crise da Mundialização**: Crescimento e Flutuação na Economia Brasileira 1980-2000. Tese (Doutorado) Programa de Pós Graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PMDB. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015.

PODER 360. 2023. “Missão ainda não acabou”, diz Bolsonaro sobre Presidência. Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/internacional/missao-ainda-nao-acabou-diz-bolsonaro-sobre-presidencia/> > Acesso em: 22 de mar.2023.

POPPER, Karl. **A sociedade aberta e seus inimigos**. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

PORTAL DA INDÚSTRIA. 2016a. **CNI entrega a vice-presidente Michel Temer proposta com 36 medidas indispensáveis para tirar país da crise.** Disponível em: < <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2016/4/agenda-para-o-brasil-sair-da-crise-2016-2018/#agenda-para-o-brasil-sair-da-crise-2016-2018-balanco-final-das-propostas%20> > Acesso em 20 de maio. 2022.

PORTAL DA INDÚSTRIA. 2016b. **Parcerias com setor privado podem alavancar investimentos em infraestrutura, diz Robson Andrade.** Disponível em < <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/infraestrutura/parcerias-com-setor-privado-podem-alavancar-investimentos-em-infraestrutura-diz-robson-andrade/> > Acesso em 12 de Maio. 2022.

PORTAL DA INDÚSTRIA. 2016c. **Reformas da Previdência e das leis trabalhistas devem ser prioridades de Temer, afirma presidente da CNI.** Disponível em: < <https://noticias.portaldaindustria.com.br/posicionamentos/reformas-da-previdencia-e-das-leis-trabalhistas-devem-ser-prioridades-de-temer-afirma-presidente-da-cni/> > Acesso em 02 de jun. 2022

PORTAL DA INDÚSTRIA. 2017a. **Avaliação do Presidente Michel Temer: custo político de colocar a economia nos trilhos.** Disponível em: < <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/avaliacao-do-presidente-michel-temer-custo-politico-de-colocar-a-economia-nos-trilhos/> > Acesso em 12 de Jun. 2022.

PORTAL DA INDÚSTRIA. 2018a. **CNI homenageia presidente Michel Temer com Grande Colar da Ordem do Mérito Industrial.** Disponível em < <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/institucional/cni-homenageia-presidente-michel-temer-com-grande-colar-da-ordem-do-merito-industrial/> > Acesso em 03 de Jun. 2022.

PORTAL DA INDÚSTRIA. 2019a. **Governo Temer encerra gestão com avanços importantes.** Disponível em: < <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/governo-temer-encerra-gestao-com-avancos-importantes/> > Acesso em 04 de Jun. 2022.

PORTER, Tony. WEBB, Michael. **The role of the OECD in the orchestration of global knowledge networks.** Paper presented at the 45th annual convention of the International Studies Association, 17-20 March, Montreal. 2004.

PORTER, Tony. The OECD and Global Finance: The Governance of New Issues, New Actors, and New Financial Frontiers. In: MARTENS, Kerstin. JAKOBI, Anja. **Mechanisms of OECD Governance: International Incentives for National Policy-Making?** Oxford: Oxford University Press. 2010.

POULANTZAS, Nicos. **Classes sociais no capitalismo de hoje.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais.** Campinas: Editora Unicamp. 1968/2009.

PODER 360. 2022. “**Bolsonaro deu sequência ao que fazíamos**”, diz Temer. Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/brasil/bolsonaro-deu-sequencia-ao-que-faziamos-diz-temer/> > Acesso em 25 de fev.2022.

PRAZARES, Leandro. 2019. **Decreto de Bolsonaro vai causar perda de R\$ 60 milhões com isenção de visto**. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/03/19/decreto-de-bolsonaro-vai-causar-perda-de-r-60-milhoes-com-isencao-de-visto.htm#:~:text=Internacional-.Decreto%20de%20Bolsonaro%20vai%20causar%20perda%20de%20R,milh%C3%B5es%20com%20isen%C3%A7%C3%A3o%20de%20visto&text=O%20governo%20federal%20vai%20deixar,da%20Austr%C3%A1lia%20e%20do%20Jap%C3%A3o.> > Acesso em: 24 de jan.2021

PINHEIRO, Vinícius. 2023. **Faria Lima e Leblon se rendem e agora “fazem o L”**: gestores aumentam posições na bolsa e vendidas em dólar nos fundos. Disponível em: < <https://www.seudinheiro.com/2023/bolsa-dolar/faria-lima-leblon-lula-fundos-bolsa-dolar-vinp/> > Acesso em: 22 de jun.2023.

POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021.

RAUTALIN, Marjaana. SYVÄTERÄ, Jukka. VENTO, Eetu. **Packaging OECD policy advice: universal policy models and domestication of recommendations**. Contemporary Politics, 29:3, p.379-402. 2023.

REBELLO, Aiuri. 2019. **Deputados do PSL e DEM em viagem à China vão processar Olavo de Carvalho**. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/18/membros-da-bancada-do-psl-que-foram-a-china-vaio-processar-olavo-de-carvalho.htm> > Acesso em: 07 de dez.2022.

REINALDA, Bob. **International secretariats: two centuries of international civil servants and secretariats**. New York, NY : Routledge, 2021

REIS, Fabio Wanderley. **Governabilidade, instituições e partidos**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n.41, p.40-59, mar.1995.

RESENDE, Carolina. DWECK, Esther. 2022. **Notas sobre uma tragédia anunciada: o Teto de Gastos e os cortes nas áreas sociais**. Disponível em: < [https://www.ie.ufrj.br/images/IE/grupos/GESP/09/Nota%20Or%C3%A7amento.GESP_VF_FFormatada.pdf](https://www.ie.ufrj.br/images/IE/grupos/GESP/09/Nota%20Or%C3%A7amento.GESP_VF_Formatada.pdf) > Acesso em: 11 de Jan.2023.

RIBEIRO, Weudson. 2022. **CNI não assinará manifesto da Fiesp: 'Dialogamos com todos os políticos'**. Disponível em: < <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/07/28/cni-nao-vai-assinar-o-manifesto-da-fiesp.htm> . Acesso em: 29 de mai.2023.

RICUPERO, Bernardo (org). **Fascismo ontem e hoje**. Lua Nova: revista de cultura e política, nº 116, 2022.

ROCHA, Camila. **Menos marx, mais Mises: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

RODRIGUES, Douglas. 2022. **Multinacionais terão prejuízo se Brasil atrasar entrada na OCDE**. Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/economia/multinacionais-terao-prejuizo-se-brasil-atrasar-entrada-na-ocde/> > Acesso em: 22 de abr.2023.

R7. 2019. **Presidente Bolsonaro é homenageado pela CNI**. Disponível em: < <https://noticias.r7.com/jr-na-tv/videos/presidente-bolsonaro-e-homenageado-pela-cni-29062022> > Acesso em: 12 de abr.2022.

ROCKMAN, Beth. **Reinventing What for Whom?** President and Congress in the Making of Foreign Policy. Presidential Studies Quarterly. 2000.

ROSENBERG, Justin. **International Relations in the prison of political science**. International Relations, 30:2. 2016, pp. 127–153. 2016.

ROSENBERG, Justin. **The ‘philosophical premises’ of uneven and combined development**. Review of International Studies. 2021

ROSS, Dorothy. **The Origins of American Social Science**. New York: Cambridge University Press. 1990.

ROUSENEAU, James. Pre-theories and theories of foreign policy. In: FARRELL, Robert. Barry. **Approaches to Comparative and International Politics**. Evanston: Northwestern University Press, 1966.

RUCKERT, Arne. Making Neo-Gramscian Sense of the Development Assistance Committee: towards an inclusive neoliberal world development order. In: MAHON, Rianne e McBRIDE, Stephen (eds.). **The OECD and Transnational Governance**. Vancouver: UBC Press, 2008.

SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SAES, Décio. **A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas**. *Crítica Marxista*, n. 07, 1998a.

SAES, Décio. As frações da classe dominante no capitalismo – notas teóricas In: PINHEIRO, Milton (Org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014

SAES, Décio. O conceito de Estado burguês. In: **Estado e democracia: ensaios teóricos** (Coleção Trajetória). Campinas: IFCH-Unicamp, 1998b.

SANCHEZ, Michelle. **O Brasil e a OCDE: uma aproximação pelas bordas**. Disponível em: < https://cindesbrasil.org/wp-content/uploads/2022/05/microsoft_word_-_textos_cindes_4_brasil_e_a_ocde.pdf > Acesso em: 13 de jun.2023.

SANTOS, Manoel. **O Parlamento sob influência: o lobby da indústria na Câmara dos Deputados**. Tese de Doutorado Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Pernambuco. 2010.

SANTOS, Theotônio dos. **Teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Florianópolis: Editora Insular, 2018.

SARAIVA, Miriam. ALBUQUERQUE, Felipe. **Como mudar uma política externa?** CEBRI Revista, v. 1, p. 148-166, 2022.

SCHMIDT, Brian, GUILHOT, Nicolas. **Historiographical Investigations in International Relations**. Springer International Publishing_Palgrave Mac. 2019

SCHNEIDER, Ben. Ross. **Business Politics and the State in Twentieth-Century Latin America**. Cambridge, Cambridge University Press. 2004.

SCHMELZER, Matthias. **The Hegemony of Growth: the OECD and the making of the Economic Growth Paradigm**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016

SCHMELZER, Matthias .A Club of the Rich to Help the Poor? The OECD, “Development”, and the Hegemony of Donor Countries. In: FREY, Marc. KUNKEL, Sönke. UNGER, Corinna. In: **International Organizations and Development, 1945–1990**. London: Palgrave Macmillan, 2014.

SCHREIBER, Mariana. **Temer deixa G20 sem ter realizado nenhum encontro fechado com outro líder**. BBC, 2017. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40545929> > Acesso em 11 de Jun. 2022.

SCHUTTE, Giorgio. Inserção Econômica Internacional sem Visão Estratégica. In: SOUZA, Ana Tereza. AZZI, Diego. RODRIGUES, Gilberto.. (Org.). **Política externa brasileira em tempos de isolamento diplomático**. 1ed.Rio de Janeiro: Telha, 2022.

SHOUP, Laurence. **Wall Street's Think Tank_ The Council on Foreign Relations and the Empire of Neoliberal Geopolitics, 1976-2014**. Monthly Review Press. 2015.

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

SENRA, Ricardo. 2019. **Um ano após reclamar que China 'compraria o Brasil', Bolsonaro quer vender estatais e commodities em visita a Xi Jinping**. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50161509> > Acesso em: 17 de jul.2021.

SERRA, José. **Diretrizes de política externa: discurso do ministro José Serra por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores**. Cadernos de Política Exterior, ano II, nº 3. Brasília: FUNAG, 2016.

SMITH, James. **The Idea Brokers_ Think Tanks and The Rise of The New Policy**. New York: Elite-Free Press, 1993.

SNA. 2019. **Tecnologia e inovação no agronegócio**. Disponível em: < <https://alavoura.com.br/biblioteca/tecnologia-e-inovacao-no-agrogenocio/> > Acesso em: 03 de abr.2023.

SNYDER, Richard. SAPIN, Burton. **Foreign policy decision-making (revisited)**. Originally published: Foreign policy decision-making. New York: Free Press of Glencoe, 1962/2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 1967.

SOUZA, Angelita Matos. **Estado e dependência no Brasil (1889-1930)**. São Paulo: Annablume, 2001.

SPEKTOR, Matias. Diplomacia da ruptura. ABRANCHES, Sérgio. et. al. **Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

STOCK, James. WATSON, Mark. **Has the Business Cycle Changed and Why?**. National Bureau of Economic Research Macroeconomics Annual 17, no. 9127. 2003.

SPROUT, Harold. SPROUT, Margaret. **Man-Milieu Relationship Hypotheses in the Context of International Politics**. Princeton: Center of International Studies. 1956.

SPUTNIK BRASIL. **Anúncio oficial do G20 omite nome e cargo de Temer**. 2016. Disponível em: < <https://sputniknewsbrasil.com.br/20160905/anuncio-g20-omite-temer-6242235.html> > Acesso em: 23 de Abril. 2022.

TAVARES, Maria da Conceição. **A Retomada Da Hegemonia Norte Americana**. Brazilian Journal of Political Economy. 1985.

TEMER, Michel. **O Brasil no mundo: escritos de diplomacia presidencial (2016-2018)**. Brasília: FUNAG, 2018.

THE OECD OBSERVER. 1977. **Inflation and Unused Capacity Seven major OECD countries**. Disponível em: < <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/observer-v1977-3-en.pdf?expires=1689619886&id=id&accname=guest&checksum=B26864FF9945B97117F39F63091A671E> > Acesso em: 12 de mai.2023.

THOMPSON, Edward. **A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.

THORSTENSEN, Vera. **O Brasil na OCDE: membro pleno ou mero espectador?**. Working paper 479 – CCGI N18. mai- 2018.

UOL ECONOMIA. 2019. **Trump quer retomar tarifas sobre aço e alumínio de Brasil e Argentina**. Disponível em: < <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2019/12/02/trump-diz-que-vai-retomar-tarifas-sobre-importacoes-de-metais-do-brasil-e-da-argentina.htm> > Acesso em: 23 de fev.2021.

UOL ECONOMIA. 2017. **Passagem de Temer no G20 tem gafe, foto com Trump e crise que "não existe"**. Disponível em: < <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/07/08/passagem-de-temer-por-g20-tem-gafe-foto-com-trump-e-crise-que-nao-existe.htm?cmpid=copiaecola> > Acesso em 12 de Jun. 2022

UOL ECONOMIA. 2023. **Quaest: Pesquisa mostra que mercado começa a mostrar simpatia por Haddad**. Disponível em: < <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/05/10/quaest-pesquisa-mostra-que-mercado-comeca-a-mostrar-simpatia-por-haddad.htm> > Acesso em: 05 de jun.2023.

UOL POLÍTICA. 2023. **Bolsonaro critica Lula por ida à África e diz que países não oferecem nada.** Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/02/27/bolsonaro-sa-summit-2023.htm> > Acesso em: 22 de mar.2023.

VALENTE, Rubens. 2019. **Bolsonaro emite sinal de desprestígio ao visitar CIA antes de Abin.** Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/bolsonaro-emite-sinal-de-desprestigio-ao-visitar-cia-antes-de-abin.shtml> > Acesso em: 12 de set.2021

VALOR. 2022. **Temer assume conselho na Fiesp e debate semipresidencialismo com empresários.** Disponível em: < <https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/03/21/temer-assume-conselho-na-fiesp-e-debate-semipresidencialismo-com-empresarios.ghtml> > Acesso em: 20 de abril. 2022.

VALOR. 2017. **Febraban elogia políticas de Temer.** Disponível em: < <https://valor.globo.com/financas/noticia/2017/05/23/febraban-elogia-politicas-de-temer.ghtml> > Acesso em 18 de fev. 2022.

VEJA. 2023. **Como Michel Temer costurou a paz na Fiesp.** Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/como-michel-temer-costurou-a-paz-na-fiesp/> > Acesso em 09 de fev. 2023.

VENTRESCA, Roberto. The OECD as a Global Preacher for Capitalism. In: GRIN, Gilles. NICOD, Françoise. ALTERMATT, Bernhard. **Forms of Europe.** European Union and Other Organisations, Paris-Lausanne, Editions Economica–Fondation Jean Monnet pour L’Europe, coll. «Cahiers rouges», 2018.

VELASCO JÚNIOR, Paulo. **A Agenda e os Desafios da Adesão do Brasil à OCDE.** Disponível em: < https://www.cebri.org/media/documentos/arquivos/BreakingNews_9.pdf > Acesso em: 22 de mar. 2023.

VIGEVANI, Tullio. OLIVEIRA, Marcelo. CINTRA, Rodrigo. **Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração.** Tempo Social (USP. Impresso) São Paulo, v. 15, p. 31-61, 2003

VISENTINI, Paulo. De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005). Civitas (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 5, n.2, p. 381-398, 2005.

VILELLA, Maria. Governo Temer: o início do esvaziamento estratégico da política externa brasileira (2016- 2018). In: SANGALI, Amanda et. al. (Org.). **Desigualdade e Ciência Política.** 1ed.Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR, 2021.

VILELA, Pedro. **Presidentes Bolsonaro e Biden fazem reunião bilateral nos EUA.** Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2022-06/presidentes-bolsonaro-e-biden-fazem-reuniao-bilateral-nos-eua> > Acesso em: 20 de jan.2023.

VIEIRA, Anderson. 2020. **Declarações de Eduardo Bolsonaro contra a China repercutem entre os senadores.** Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/03/19/declaracoes-de-eduardo-bolsonaro-contr-a-china-repercutem-entre-os-senadores> > Acesso em: 14 de out.2022.

ZARUR, Camila. **Sete momentos em que Ernesto Araújo atacou a China**. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/politica/sete-momentos-em-que-ernesto-araujo-atacou-china-1-25023701> > Acesso em 04 de jan.2022.

ZOHAR, Gal. **Institutionalization of the OECD**: Grand-Narrative of Inclusivity (1983-2012). *Qualitative Research in Organizations and Management*. 2018.

YAGO, Kazuhiko. A Crisis Manager for the International Monetary and Financial System? The Rise and Fall of the OECD Working Party 3, 1961–1980. In: LEIMGRUBER, Matthieu. SCHMELZER, Matthias (eds). **The OECD and the International Political Economy Since 1948**. London: Palgrave Macmillan. 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. Crisis as transition. In: AMIN, Samir et al. **Dynamics of the Global Crisis**. London: MacMillan Press. 1982.

WEAVER, Kent. **The changing world of the think tanks**. PS: Political Science and Politics. Cambridge university Press. 1989.

WEHNER, Leslie. **Stereotyped images and role dissonance in the foreign policy of right-wing populist leaders**: Jair Bolsonaro and Donald Trump. *Cooperation and Conflict*, 2022.

WIGHT, Martin. **International Theory**: The Three Traditions, edited by Gabriele Wight and Brian Porter. London: Leicester University Press and the Royal Institute of International Affairs, 1991.

WILLIAMS, Alex. **Political Hegemony and Social Complexity**_ Mechanisms of Power After Gramsci-Springer International. 2020.

WILLIAMS, Russell. The OECD and Foreign Investment Rules: the global promotion of globalization. In: MAHON, Rianne e McBRIDE, Stephen (eds.). **The OECD and Transnational Governance**. UBC Press, 2008.

WILLIAMSON, John. What Washington Means by Policy Reform. In: WILLIAMSON, John (ed.) **Latin American Adjustment**: how Much Has Happened? Ed. Washington: Institute for International Economics, 1990.

WIZIACK, Júlio. 2022. **Ciesp confirma que não vai assinar carta pró-democracia da Fiesp**. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2022/08/ciesp-confirma-que-nao-vai-assinar-carta-pro-democracia-da-fiesp.shtml> > Acesso em:

WOLFE, Robert. From Reconstructing Europe to Constructing Globalization: the OECD in historical perspective. In: MAHON, Rianne e McBRIDE, Stephen (eds.). **The OECD and Transnational Governance**. Vancouver: UBC Press, 2008.

WOODWARD, Richard. **The Organisation for Economic Cooperation and Development (OECD)**. Nova York: Routledge, 2009.

WORLD BANK. 2022. **Mathias Cormann Secretary-General**: Organisation for Economic Co-operation and Development. Disponível em: < <https://live.worldbank.org/experts/mathias-cormann> > Acesso em: 20 de fev.2023

